

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA UFGD**

**SANDRA REGINA MONTEIRO SALLES**

**A ANÁLISE PSICOSSOCIAL DE ADOLESCENTES EM  
CONFLITO COM A LEI ACUSADOS DE PRÁTICAR ABUSOS  
SEXUAIS**

**DOURADOS/MS**

**2018**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA UFGD**

**SANDRA REGINA MONTEIRO SALLES**

**A ANÁLISE PSICOSSOCIAL DE CASOS ADOLESCENTES EM  
CONFLITO COM A LEI ACUSADOS DE PRATICAR ABUSOS  
SEXUAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGpsi), em nível Mestrado em Psicologia, como requisito para banca de defesa.

Orientadora: Profa. Doutora Pamela Staliano.

**DOURADOS/MS**

**2018**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).**

S168a Salles, Sandra Regina Monteiro

A ANÁLISE PSICOSSOCIAL DE ADOLESCENTES EM CONFLITO  
COM A LEI ACUSADOS DE PRATICAR ABUSOS SEXUAIS / Sandra  
Regina Monteiro Salles -- Dourados: UFGD, 2018.

151f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Pamela Staliano

Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Ciências Humanas,  
Universidade Federal da Grande Dourados.

Inclui bibliografia

1. Adolescente. 2. Abuso Sexual. 3. Ato Infracional. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.**

Dissertação apresentada por SANDRA REGINA MONTEIRO SALLES, intitulado A ANÁLISE PSICOSSOCIAL DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI ACUSADOS DE PRATICAR ABUSOS SEXUAIS como exigência para obtenção do título de Mestre em PSICOLOGIA ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGpsi) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Pamela Staliano – UFGD (Orientadora)**

---

**Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Sonia Liane Reichert Rovinski (UNISINOS)**

---

**Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Carolina de Campos Borges (UFGD)**

**Dourados (MS), 20 de março de 2018.**

A todos os adolescentes que tive a oportunidade de conhecer na Vara da Infância e Juventude TJMS, e que me ensinaram a respeitar suas histórias de vida, combater a indiferença e crer em novas possibilidades.

## Agradecimentos

À minha mãe Divete, que me inspira e me incentiva todos os dias a oferecer o meu melhor, acolhendo-me com seu amor e conselhos nos momentos de desafio.

Ao meu pai Francisco, que sempre esteve presente em minha trajetória, independente de todas as circunstâncias da vida, a quem eu sei que posso contar e que torce por minhas conquistas.

Ao meu irmão César, que com suas pacientes caronas até a rodoviária, me apoiou e incentivou nessa caminhada. Obrigada meu irmão, pelo apoio logístico e afetivo de sempre.

Ao meu grande amigo Johnny, que abriu sua casa para me receber em Dourados. Quantas caronas, trocas de impressões e dicas, além das fugas para o bar, foram vividas nesse período de curso. Grata!

A minha orientadora Pamela Staliano, que acreditou na minha pesquisa e me norteou a atravessar esse caminho até o momento. Antes, colega de formação, hoje, exemplo e referência no exercício da docência, só tenho a agradecer pelo reencontro que a vida nos proporcionou.

Aos meus colegas de curso da 1ª turma de Mestrado da UFGD pela oportunidade de dividir com vocês todas as expectativas e desafios dessa caminhada. Em especial, aos amigos Ékelis e Luiz Ronaldo, com suas caronas e parceria; ao Jhonatan pelas dicas do inglês; a Daiane e Natani pelas palavras carinhosas de incentivo, enfim, a Linha 1 que tanto nos uniu.

Aos amigos de longa data, por compreenderem minha ausência e apoiarem minhas escolhas: Em especial a Daniela Kanashiro, irmã que a vida me deu, Vanessa Vieira, que no labor diário vivenciou minhas dificuldades em conciliá-lo com o Mestrado e a Melina Fernandes, que dividiu as etapas e expectativas ao ingressarmos juntas em nossos respectivos Mestrados.

A minha ex-coordenadora, responsável pela Coordenadoria Psicossocial Forense, Kennya Geraldina, que acreditou na minha proposta de conciliar estudo e trabalho, e defendeu tal posição, quando consultada. E mesmo após minha saída da Coordenadoria Psicossocial, me auxiliou na seleção dos processos judiciais, oferecendo a logística necessária para a coleta de dados. Esse suporte foi fundamental.

Aos amigos e psicólogos do Fórum de Campo Grande, pela amizade e incentivo em ingressar no Programa do Mestrado, e dar continuidade ao projeto idealizado, torcendo por minhas conquistas.

A estagiária Déborah Faria, suporte na correria diária, assim como as ex-estagiárias e hoje colegas de profissão: Franciely Ribeiro, Daniele Fagundes e Jeany Terto. Cada uma, a seu modo, me incentivou para que eu desenvolvesse o tema com os adolescentes.

A Juíza Jacqueline Machado que autorizou minhas ausências semanais em meu novo ambiente de trabalho, valorizando o estudo e a pesquisa em sua equipe de trabalho.

Ao Juiz da Vara da Infância e Juventude, Mauro Neringh Karlon, por autorizar a realização dessa pesquisa, oportunizando o enriquecimento científico sobre o tema, assim como, também, valorizando o trabalho do psicólogo jurídico.

Aos assistentes de pesquisa Giovani Monteiro, Karen Dias e Natália Romero, que me ajudaram nas indicações de bibliografia e discussões do caso, tornando meu fazer menos solitário.

E por fim, as professoras convidadas da banca de defesa, Sonia Rovinski e Carolina Borges pela disponibilidade em avaliar o trabalho e contribuírem de forma significativa para a minha formação profissional.

De onde vens, criança?

Que mensagem trazes de futuro?

Por que tão cedo esse batismo impuro

que mudou teu nome?”

(Cora Coralina – “Menor Abandonado”)



## Resumo

O ato infracional na adolescência que envolve a prática do abuso sexual desperta as mais variadas emoções. Trata-se de um fenômeno complexo, em que o adolescente, apesar de perpetrador da violência, também está em desenvolvimento, e necessita de proteção do Estado. O presente trabalho se propôs a analisar o fenômeno do abuso sexual praticado por adolescentes que respondem a processos judiciais na Vara da Infância e Juventude da Comarca de Campo Grande/Mato Grosso do Sul. Para tanto, buscou-se verificar como os adolescentes compreendem a acusação do abuso sexual e suas consequências; a relação estabelecida entre o adolescente e seu meio familiar, bem como, conhecer os fatores que contribuíram para a manifestação deste comportamento. Participaram do estudo sete adolescentes, de 12 a 17 anos encaminhados para avaliação psicológica na Coordenadoria Psicossocial Forense do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul, no período de março a junho de 2017. Foram realizadas entrevistas semidirigidas com os adolescentes e seus responsáveis legais, submetidas à análise de conteúdo temática de acordo com Bardin (1995) e aplicação do Procedimento de Desenho Família-Estórias de Walter Trinca (DF-E) com os adolescentes, analisados a partir da Teoria Psicanalítica. O projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal da Grande Dourados e atendeu às exigências das Resoluções CNS 466/2012 e 510/2016. Os resultados/discussão apontaram a influência de privações ambientais em pelo menos quatro dos sete adolescentes pesquisados, dificuldades na manifestação dos afetos pelos adolescentes, indicativo de abuso sexual transgeracional e/ou envolvimento de familiares em práticas ilegais. Entende-se que os abusos sexuais praticados por estes adolescentes estão muito mais relacionados à falhas no manejo familiar e/ou ausências afetivas importantes em seu desenvolvimento, do que reduzido a uma característica patológica individual do adolescente. O reconhecimento do ato praticado por alguns dos adolescentes também indicou perspectiva positiva de reparação para esses jovens que, caso encontrem o apoio familiar, segurança e intervenção adequada, podem externalizar sobre seus conflitos e angústias, e evitar a reincidência do ato. Acredita-se assim, que essa pesquisa possa motivar os profissionais a atuarem com o adolescente que praticou abuso sexual, diminuindo a rejeição e preenchendo lacunas que possam existir frente a esta temática, seja em futuras avaliações psicológicas jurídicas ou projetos de intervenção.

**Palavras-chave:** Adolescente; Abuso Sexual; Ato infracional

## Abstract

The infraction act in adolescence that involves the practice of sexual abuse arouses the most varied emotions. It is a complex phenomenon, in which the adolescent, although perpetrating the violence, is also developing, and needs protection from the State. The present study aimed to analyze the phenomenon of sexual abuse practiced by adolescents who respond to lawsuits in the Child and Youth Court of the Region of Campo Grande / Mato Grosso do Sul. To do so, we sought to verify how the adolescents understand the prosecution of sexual abuse and its consequences; the relationship established between the adolescent and his / her family environment, as well as know the factors that has contributed to the manifestation of this behavior. Seven adolescents, aged 12 to 17 years, who were referred for psychological evaluation in the Forensic Psychosocial Coordination of the Court of Justice of Mato Grosso do Sul, from March to June 2017, participated in this study. Semi-structured interviews were conducted with the adolescents and their legal guardians, submitted to the analysis of thematic content according to Bardin (1995) and application of the Drawing Family-Stories Procedure of Walter Trinca (DF-E) with the adolescents, analyzed from the Psychoanalytic Theory. This project was submitted to the Research Ethics Committee of the Federal University of Grande Dourados and met the requirements of Resolutions CNS 466/2012 and 510/2016. The results/discussion pointed to the influence of environmental deprivation in at least four of the seven adolescents surveyed, difficulties in the manifestation of affections by adolescents, that indicate transgenerational sexual abuse and/or involvement of family members in illegal practices. It is understood that the sexual abuses practiced by these adolescents are much more related to the failures in the family management and / or important affective absences in their development, than to reduced to an individual pathological characteristic of the adolescent. The recognition of the act practiced by some of the adolescents also indicated a positive perspective of reparation for these youngsters who, if they find family support, security and adequate intervention, can outsource their conflicts and anxieties, by avoiding recurrence of the act. It is believed that this research can motivate professionals to work with adolescent who has committed sexual abuse, reducing rejection and filling gaps that may exist in this area, whether in future psychological assessments or intervention projects.

**Keywords:** Adolescent; Sexual abuse; Infraction act

## Lista de Figuras

Figura 1: Desenho de uma família qualquer (caso 1). .....	89
Figura 2: Desenho de Uma família ideal (caso 1).....	90
Figura 3: Desenho de uma família que alguém não está bem (caso 1).....	92
Figura 4: Desenho da sua família (caso 1).....	93
Figura 5 - Desenho de uma família qualquer (caso 2). .....	94
Figura 6: Desenho de uma família ideal (caso 2).....	96
Figura 7: Desenho de uma família em que alguém não está bem (caso 2). .....	97
Figura 8: Desenho da sua família (caso 2).....	98
Figura 9: Desenho de uma família qualquer (caso 3). .....	100
Figura 10: Desenho de uma família ideal (caso 3).....	101
Figura 11: Desenho de uma família que alguém não está bem (caso 3). .....	102
Figura 12: Desenho de Sua família (caso 3). .....	103
Figura 13: Desenho de uma família qualquer (caso 4). .....	105
Figura 14: Desenho de uma família ideal (caso 4).....	106
Figura 15: Desenho de uma família que alguém não está bem (caso 4). .....	107
Figura 16: Desenho da sua família (caso 4).....	109
Figura 17: Desenho de uma família qualquer (caso 5). .....	110
Figura 18: Desenho de uma família ideal (caso 5).....	111
Figura 19: Desenho de uma família que alguém não está bem (caso 5).....	112
Figura 20: Desenho de sua família (caso 5).....	113
Figura 21: Desenho de uma família qualquer (caso 6). .....	114
Figura 22: Desenho de uma família ideal (caso 6).....	115
Figura 23: Desenho de uma família em que alguém não está bem (caso 6). .....	116
Figura 24: Desenho de sua família (caso 6).....	118
Figura 25: Desenho de uma família qualquer (caso 7). .....	119
Figura 26: Desenho de uma família ideal (caso 7).....	121
Figura 27: Desenho de uma família que alguém não está bem (caso 7). .....	122
Figura 28: Desenho de sua família (caso7).....	123

## Lista de Tabelas

Tabela 1- Levantamento das Ações de Estupro de Vulnerável .....	39
Tabela 2 - Dados gerais dos adolescentes .....	42
Tabela 3 - Dados gerais dos familiares .....	43

## Sumário

<b>1 Introdução</b> .....	14
<b>2 Fundamentação Teórica</b> .....	18
2.1 <i>O desenvolvimento da adolescência</i> .....	18
2.2 <i>A transgressão na adolescência e o abuso sexual</i> .....	23
2.3 <i>O adolescente em conflito com a lei e a responsabilização judicial</i> .....	33
<b>3 Método</b> .....	37
3.1 <i>Local da Pesquisa</i> .....	37
3.2 <i>Participantes</i> .....	37
3.3 <i>Instrumentos</i> .....	37
3.4 <i>Procedimentos éticos</i> .....	38
3.5 <i>Procedimentos de coleta</i> .....	39
3.6 <i>Procedimentos de análise</i> .....	41
<b>4 Resultados e Discussão</b> .....	42
4.1 <i>Histórico das denúncias</i> .....	45
4.2 <i>Análise das entrevistas com os adolescentes</i> .....	47
4.2.1 <i>Representação parental</i> .....	47
4.2.2 <i>Relações interpessoais</i> .....	52
4.2.3 <i>Experiência da prática abusiva</i> .....	59
4.2.4 <i>Consequências após a denúncia</i> .....	66
4.2.5 <i>Expectativa quanto ao futuro</i> .....	69
4.3 <i>Análise das entrevistas com os pais</i> .....	71
4.3.1 <i>Cuidados parentais</i> .....	71
4.3.2 <i>Relações interpessoais do adolescente</i> .....	79
4.3.3 <i>Repercussão familiar com a denúncia</i> .....	84
4.4 <i>Análise do Desenho Família-Estória com os adolescentes</i> .....	89
4.4.1 <i>João (caso 1)</i> .....	89
4.4.2 <i>Fabiano (caso 2)</i> .....	94
4.4.3 <i>Lucas (caso 3)</i> .....	99
4.4.4 <i>Carlos (caso 4)</i> .....	104

4.4.5 Benício (caso 5).....	110
4.4.6 Renato (caso 6).....	114
4.4.7 Eduardo (caso 7).....	118
4.5 <i>Discussão integrada dos casos</i> .....	124
<b>5 Considerações Finais</b> .....	129
<b>Referências</b> .....	131
<b>Apêndice A - Roteiro da Entrevista Individual (Adolescente)</b> .....	139
<b>Apêndice B - Roteiro da Entrevista Individual (Pais ou responsável legal)</b> .....	141
<b>Apêndice C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Responsável Legal</b> .....	143
<b>Apêndice D - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Adolescente</b> .....	146
<b>Anexo A - Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa</b> .....	149

## 1. Introdução

A adolescência é considerada um período de desenvolvimento do ser humano, e deve ser considerada em seus aspectos biológicos, sociais e psicológicos, de forma integrada, reconhecendo que não se trata de uma etapa estabilizada, mas sim um processo (Knobel, 2003), e que irá se diferenciar entre sociedades e culturas diversas (Bee, 1997).

O comportamento antissocial na adolescência, pode assumir um caráter transitório, com sintomas que apresentam remissão espontânea, ou se manifestar de forma precoce na infância e se prolongar até a vida adulta. Diversos fatores, individuais, familiares e sociais, estão relacionados com o seu surgimento e manutenção, interagindo de forma complexa (Bordin & Offord, 2000).

Winnicott (1939/2002) defende a presença de impulsos agressivos na estruturação da personalidade da criança desde tenra idade e discorre que essa agressão pode assumir dois tipos de significado: o de reação à frustração ou de fonte de energia. Assim, será o ambiente acolhedor e estável que contribuirá para um desenvolvimento saudável da personalidade (Lobo, 2008). Entretanto, quando há falhas importantes nos cuidados, com privações significativas neste ambiente, o indivíduo alimentará sentimentos de vingança, e desenvolverá comportamentos na tentativa de retirar deste ambiente, aquilo que lhe foi privado (Winnicott, 1939/2002).

Em relação a desvios e transgressões sexuais, Freud (1905/2006) faz referência a distorções no objeto sexual. Quando há a prática sexual com crianças, ou, como ele denomina, pessoas sexualmente imaturas, essa distorção pode ser exclusiva, quando a criança é sempre usada como substituto, ou decorrente de uma pulsão urgente, em que a criança é utilizada na ausência de outro objeto mais adequado naquele momento. Aponta que todo ser humano, por possuir uma pulsão sexual (libido), pode apresentar tais desvios, e que, dependendo de como foi elaborada essa pulsão na infância, isso contribuirá para o surgimento de patologias futuras.

Gabel (1997) define que o abuso sexual está ligado a noção de abuso de poder, de confiança, em que existe uma relação desigual de força. Apresenta três níveis disfuncionais: o desequilíbrio nessas relações, em que o forte se sobrepõe ao mais fraco; a confiança que o dependente deposita em seu protetor; e o uso transgressivo da sexualidade, atentando contra o direito do outro sobre o domínio do seu próprio corpo.

É primordial a atenção especial aos adolescentes que cometeram o abuso sexual, evitando a reincidência, e promovendo a qualidade de vida e o desenvolvimento saudável desses jovens. A literatura especializada aponta a importância de desenvolver pesquisas no sentido de identificar possíveis fatores que podem contribuir para o desenvolvimento do comportamento ofensivo (Silva-Costa & Fortunado-Costa, 2013).

A aproximação e o interesse com o tema surgiu da prática profissional desta pesquisadora, que trabalhou por três anos nas avaliações psicossociais de adolescentes em conflito com a lei, Vara da Infância e Juventude (VIJ), do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul (TJMS).

Em levantamento realizado do quantitativo de processos distribuídos para a psicóloga da VIJ, verificou-se que no período de maio de 2015 a maio de 2016, computou-se um total de 273 autos para estudo psicológico, sendo que destes, 52 casos (19,05%) eram de estupro de vulnerável. Vale destacar que o quantitativo restringiu-se aos processos encaminhados somente para a psicóloga, não representando o total de autos remetidos pela Vara às demais colegas assistentes sociais (Fagundes & Ribeiro, 2016).

Neste contexto, chamou a atenção o número de processos de estupro de vulnerável encaminhados para estudo psicológico. Na ocasião, tais processos ficavam restritos à avaliação psicológica, pois, de acordo com o entendimento daquele juízo, o psicólogo seria o profissional mais indicado para realizá-lo (Fagundes & Ribeiro, 2016).



Atender os adolescentes neste contexto despertou inquietações quanto a melhor forma de compreender esses jovens e o abuso sexual praticado, sem estigmatizá-los, e ao mesmo tempo oferecer diretrizes para intervenções futuras. As dificuldades do trabalho institucional e o volume processual muitas vezes compromete um fazer mais específico e detalhado sobre os casos.

O presente trabalho se propôs analisar o fenômeno do abuso sexual praticado por adolescentes que respondem a processos judiciais na VIJ de Campo Grande/Mato Grosso do Sul. Para tanto, buscou-se verificar como os adolescentes compreendem a acusação do abuso sexual e suas consequências, a relação estabelecida entre o adolescente e seu meio familiar, bem como os fatores que contribuíram para a manifestação deste comportamento.

A dissertação está estruturada da seguinte forma: no capítulo dois sobre a fundamentação teórica, inicialmente apresenta-se uma breve contextualização sobre a fase da adolescência, as características consideradas comuns nessa etapa de desenvolvimento, com enfoque psicodinâmico, a partir de teóricos como Freud e Winnicott.

Posteriormente, discute-se sobre questões antissociais na adolescência, que podem ser transitórias ou persistentes, assim como a relação estabelecida com o meio familiar, figuras parentais e aspectos sociais para a manifestação desses tipos de comportamentos. Em seguida, argumenta-se sobre a problemática da transgressão sexual na adolescência a partir de um enfoque psicanalítico, o que a literatura aponta sobre os adolescentes que perpetraram tais abusos e a dinâmica estabelecida nesses casos.

Por fim, discorre-se sobre a condição de adolescentes que se encontram em conflito com a lei e as legislações que norteiam a responsabilização desses jovens. Propõe-se também, refletir sobre o peso do termo “estupro de vulnerável” para a subjetividade desses adolescentes.

O método utilizado na pesquisa é apresentado no terceiro capítulo, contendo informações relativas ao local, participantes, instrumentos utilizados, questões éticas, assim como os procedimentos de coleta e de análise dos dados.

O quarto capítulo trata dos resultados e discussão obtidos com os sete casos estudados, sendo divididos em: 1) Análise das entrevistas com os adolescentes; e 2) Análise das entrevistas com os pais. Ambas a partir das categorias de análise elencadas, conforme Bardin (1995); e, 3) Análise do Desenho Família-Estórias com os adolescentes. Ao final é realizada uma discussão integrada dos dados, apontando a dinâmica relacional do adolescente, similaridades e diferenças observadas entre os casos, reflexões sobre a transgressão sexual, e o uso do Desenho Família-Estória como facilitador para a emergência dos conflitos estudados.

As considerações finais são apresentadas no quinto capítulo, pontuando, de forma geral, o que se destacou na presente pesquisa com os adolescentes e trazendo possíveis contribuições para a área de atuação.

## **2. Fundamentação Teórica**

A seguir apresenta-se a construção teórica norteadora do trabalho, em três momentos: 1) a compreensão sobre o desenvolvimento da adolescência; 2) discussão sobre o comportamento antissocial na adolescência e o abuso sexual; e, 3) o adolescente em conflito com a lei e a responsabilização judicial.

### **2.1 O desenvolvimento da adolescência**

Adolescência é considerada como um período de transição, situado entre a infância e a vida adulta, com modificações físicas, cognitivas e emocionais. Esse momento difere entre sociedades e indivíduos de culturas diversas, e por apresentar mudanças tão significativas, é muitas vezes considerada um período de turbulências (Bee, 1997).

As mudanças corporais na adolescência estão relacionadas com as alterações hormonais iniciadas na puberdade, interferindo na altura, forma, músculo e outros órgãos especiais no corpo humano. Também há a maturidade das características sexuais primárias, como os testículos e o pênis, nos meninos, e os ovários, útero e vagina, nas meninas, assim como a produção de espermatozoides e menstruação (Bee, 1997).

Na adolescência os aspectos cognitivos se alteram, com o desenvolvimento do pensamento mais abstrato, o desenvolvimento de juízos morais mais sofisticados e planejamento de futuro. O desenvolvimento psicossocial também sofre modificações nessa fase da vida, com a tentativa do adolescente se diferenciar dos pais, buscando identidade, autonomia e o estabelecimento da orientação sexual (Papalia, Olds & Feldman, 2006).

Definida como uma fase evolutiva do ser humano, a adolescência deve ser pensada em seus aspectos biológicos, sociais e psicológicos, de forma integrada e aprofundada, a fim de

compreender a personalidade do adolescente contemporâneo. Ela não deve ser considerada uma etapa estabilizada, e sim um processo, manifestadas às vezes, por crises diversas e transitórias, e que pode se vista como uma “síndrome da adolescência normal” (Knobel, 2003, p.41).

A Síndrome da Adolescência Normal compreenderia as seguintes características de comportamento do adolescente: busca de si mesmo e da identidade adulta, mediante elaboração dos lutos; tendência e necessidade grupal; necessidade de fantasiar com o futuro imaginário e a saída do presente; questionamentos das religiões e da religiosidade; certa desorientação temporal; evolução sexual desde o autoerotismo até a sexualidade genital; atitude social reivindicatória, agressividade e violência; contradições sucessivas em todas as manifestações da conduta; separação progressiva ou brusca dos pais e constantes flutuações de humor e do estado de ânimo, com base depressiva (Knobel, 2003).

Das nove características apresentadas por Knobel (2003), destacam-se três em específico, que se relacionam de forma mais direta com as discussões propostas por esta pesquisa:

a) A evolução sexual do adolescente se dá em um jogo de interrelação entre a atividade masturbatória e a iniciação das atividades genitais. Nesse período, evidencia-se o caráter exploratório, com instrução de atividades lúdicas como jogos eróticos, esportes, carinhos, na busca de conhecer o outro e a si mesmo. Em geral, os desejos são intensos, porém os amores são transitórios e rápidos. As relações genitais se apresentam de forma imatura, descontrolada ou como uma manifestação lúdica, e em algumas situações, o coito pode ter características masturbatórias;

b) Na atitude social reivindicatória, agressividade e violência o adolescente tende a questionar a sociedade em que vive, e reivindicar mudanças sociais, por meio de suas atividades e força. Destaca-se que diante das contradições sociais vigentes, o adolescente muitas vezes se sente marginalizado. É normal e adequado no processo evolutivo do adolescente, que ele conteste e reivindique melhores condições sociais;

c) Quanto às contradições sucessivas das condutas manifestadas pelos adolescentes, destaca-se que o adolescente não mantém uma linha de conduta rígida e permanente, ele é dominado pela ação e sua personalidade é permeável e instável. O adolescente nesse momento lida constantemente com a imprevisibilidade do seu mundo interno e externo, e a contradição tende a ser o comportamento mais recorrente nesse período.

Para Aberastury (1970/1992), o período da adolescência é visto como uma relação de dependência e independência extrema, contradições, confusão, ambivalência, caracterizado por atritos com o meio familiar e social, podendo muitas vezes, ser confundido com estados patológicos. O adolescente vivencia a perda da identidade infantil na busca de uma nova identidade, com o surgimento dos caracteres sexuais e a determinação sexual, ocorrendo uma mudança corporal, bem como a necessidade de assumirem novos papéis e responsabilidade muitas vezes ainda confusas para eles. Também há a necessidade de estabelecer uma nova relação com os pais, que muitas vezes entram em conflito com suas dificuldades em aceitar o crescimento do filho e lidar com os sentimentos de rejeição despertados durante esse processo.

Antes de atingir a maturidade biológica, afetiva e intelectual que o insere no mundo adulto, o adolescente se deparará com novas e múltiplas identificações, muitas vezes contraditórias, que dificultarão todo o processo de aquisição da nova identidade. Nessa etapa, o comportamento e reação dos pais também serão importantes. Eles vivenciarão o luto do filho criança, das relações de dependência infantil e serão provocados a lidar com o reconhecimento do processo de envelhecimento e morte, e das revivências de suas próprias adolescências (Aberastury, 1970/1992).

Contudo, a autora destaca:

A qualidade do processo de amadurecimento e crescimento dos primeiros anos, a estabilidade nos afetos, a soma de gratificações e frustrações e a adaptação gradativa às exigências ambientais vão marcar a intensidade e gravidade dos conflitos. (Aberastury, 1970/1992, p.18).

Em diferentes culturas, os ritos de passagem marcavam a inserção do jovem na idade adulta, demonstrando, historicamente, a preocupação existente nesse processo de transição. Porém, será a partir do reconhecimento da especificidade da infância na sociedade burguesa e industrializada, que a adolescência passa a ter um lugar de atenção das diversas áreas do saber, apesar das dificuldades de se distinguir claramente as etapas de desenvolvimento que estão ligada à infância e à maturidade (Herzog & Mariante, 2008).

A partir de uma percepção psicodinâmica, Freud (1905/1996) em sua teoria sobre o desenvolvimento psicosexual, descreve a existência de uma sexualidade desde a infância, e essa se apresenta de forma bastante primitiva, muito relacionada às estimulações das zonas erógenas sendo essas as primeiras referências de prazer para a criança. Durante o desenvolvimento sexual normal da criança, há a necessidade desta repetir o estímulo de satisfação, após ter entrado em contato com esse estímulo anteriormente. Esse estado de necessidade se apresentará de duas maneiras: pelo sentimento de tensão, que antes assume um caráter de desprazer, e posteriormente, por uma sensação de estimulação condicionada voltada para a zona periférica (Freud, 1905/1996).

Com as transformações na puberdade, a pulsão sexual que antes era autoerótica, passa nesse momento a escolha de objetos definidos, com a primazia das zonas genitais, havendo uma nova função das zonas erógenas. A escolha objetual está relacionada aos indícios infantis existentes no indivíduo, que serão apenas renovados com a puberdade. Devido à barreira do incesto, o desejo sexual direcionado aos seus cuidadores serão deslocados para outras pessoas que se assemelham a seu amor original (Freud, 1905/1996).

A teoria freudiana descreve um longo percurso do desenvolvimento sexual humano, e as possíveis perturbações patológicas que surgem, são resultado das inibições ou fixações ocorridas nesse percurso. Em sua obra, Freud indica que o infantil é algo que permanece no adolescente, independente da maturação biológica, pois não apresenta uma causa destas tendências normais e/ou

anormais no período da puberdade. O infantil é o que dá subsídio ao adolescente para lidar com as dificuldades desse período, é o que o insere no processo de subjetivação, e como um ser de passagem, ele deve transportar esse infantil à idade adulta, junto com suas novas aquisições (Herzog & Mariante, 2008).

Esse infantil que permanece como traço da singularidade do sujeito impossibilita uma divisão estanque entre as fases do desenvolvimento, mas não impede de pensar na especificidade da adolescência, período que traz como marca o signo da passagem. Em outras palavras, trata-se de entender o adolescente não como aquele que se prepara para o futuro, nem tampouco num sentido nostálgico, remetido ao que perdeu, mas como um “ser do entre”: testemunha e ao mesmo tempo mensageiro. (Herzog & Mariante, 2008, p. 52).

De forma análoga às pulsões freudianas, Winnicott (1939/2002) postula o conceito de impulsos agressivos que domina o bebê, e já se manifestam ainda na barriga da mãe, sendo que essa agressividade surgirá de diversas formas ao longo da vida.

A criança, em seus anos iniciais, experimenta a sensação do impulso agressivo através de algumas atitudes, como morder o seio de sua mãe ou derrubar bloquinhos de montar. Essa agressividade não está ligada ao ódio, isto é, a criança não morde porque está frustrada, mas sim excitada. No momento em que o bebê descarrega sua agressividade ele se satisfaz, porém, desperta um conflito interno, pois ele machuca o objeto amado que o satisfaz (Winnicott, 1939/2002).

A agressão assume dois significados, um de constituir uma reação à frustração, outro de ser uma fonte de energia de um indivíduo. Como destaca Winnicott (1939/2002, p.103), “Às vezes, a agressão se manifesta plenamente e se consome, ou precisa de alguém para enfrentá-la e fazer algo que impeça os danos que ela poderia causar.”

Neste momento, o ambiente para Winnicott se torna essencial na construção da personalidade. Possuir um ambiente acolhedor e estável e uma mãe e/ou cuidador que esteja presente e que deposite esforços e afetos são essenciais para o bom desenvolvimento do bebê (Lobo, 2008).

Para o desenvolvimento potencial que será herdado do lactente, pela criança e assim, sucessivamente, até o desenvolvimento da independência do indivíduo, é necessário que, além do cuidado materno satisfatório, também exista o cuidado paterno. O estabelecimento do *holding*, muito mais do que o simples segurar físico, mas sim, a capacidade de provisão ambiental. Em condições gerais, a mãe cuida do bebê, o pai lida com o ambiente para a mãe (Winnicott, 1960/2007),

A integração está intimamente ligada à função ambiental de segurança. A conquista da integração se baseia na unidade. Primeiro vem o "eu" que inclui "todo o resto é não-eu". Então vem "eu sou, eu existo, adquiro experiências, enriqueço-me e tenho uma interação introjetiva e projetiva com o *não-eu*, o mundo real da realidade compartilhada". Acrescente-se a isso: "Meu existir é visto e compreendido por alguém"; e ainda mais: "É me devolvida (como uma fase refletida no espelho) a evidência de que necessito de ter sido percebido como existente". (Winnicott, 1960/2007, p. 60).

Em contrapartida, há mães que, por algum motivo, não cumprem com êxito as funções de uma "mãe suficientemente boa" realizando uma maternagem deficiente que pode conduzir ao surgimento de um sintoma ao longo do processo de amadurecimento pessoal, sendo, esse sintoma, uma tendência a comportamentos antissociais (Londero & Souza, 2016).

Quando esse ambiente não proporciona à criança as condições necessárias, ela se volta ao mundo, buscando por aquilo que não foi proposto a ela dentro do ambiente familiar. Nessa busca, a criança se defronta com a falha, fazendo com que alimente sentimentos de vingança e inicie um processo de retirar do mundo aquilo que lhe pertence por direito (Winnicott, 1939/2002).

A partir dos aspectos discutidos sobre a adolescência e sua interação com o ambiente, discorre-se sobre o ato infracional e a ocorrência do abuso sexual nessa fase do desenvolvimento, e as consequências significativas que isso pode trazer para a vida desses jovens.

## **2.2 A transgressão na adolescência e o abuso sexual**



Na adolescência é possível observar comportamentos considerados antissociais que surgem como sintomas isolados e transitórios, mas desaparecem no decorrer do tempo. Como também podem ter início de forma precoce na infância, e se prolongar durante a vida adulta, constituindo quadros psiquiátricos mais estáveis. Pontua-se porém, que diversos fatores, como os individuais, familiares e sociais estão relacionados com o surgimento e a manutenção desses comportamentos, interagindo de forma complexa e necessitando de ampla compreensão do fenômeno (Bordin & Offord, 2000).

Destaca-se que o adolescente ainda está em desenvolvimento, e como aponta Cardoso (2008), não deve ser considerado e condenado como adulto, mas sim pensando em suas determinações subjetivas, nas experiências de rupturas e transformação, e o retorno de conflitos infantis inconscientes, que também podem estar relacionados às transgressões e violências na adolescência. Ademais, assina-la:

Estas experiências que, ao menos transitoriamente, vêm promover um acirramento do conflito psíquico não se dão, entretanto, apenas nos sujeitos adolescentes em sua travessia, mas encontram forte eco na vida psíquica das figuras parentais, confrontadas que são com a radical transformação da vida pulsional de seus filhos. (Cardoso, 2008, p.70)

Para Winnicott (1956/2002) a tendência antissocial pode ser encontrada em todo indivíduo, seja ele normal, neurótico ou psicótico, e nas mais diversas faixas etárias. Na criança/adolescente, especificamente, ela implica esperança, e está diretamente ligada à privação que ocorreu no passado.

A tendência antissocial, justifica-se pela perda de algo que era bom e positivo, retirado por um período muito maior do que a criança poderia suportar. É representada por duas direções: uma pelo roubo e a outra pela destrutividade. Na primeira direção, o indivíduo procura algo em algum

lugar, na esperança de encontrá-lo. A outra, consiste na busca por uma estabilidade ambiental, que lhe dê segurança e suporte à tensão resultante do comportamento impulsivo (Winnicott, 1956/2002).

Há a necessidade da criança/adolescente de recorrer à sociedade para encontrar a estabilidade necessária ao seu desenvolvimento emocional, e ao praticar um ato infracional, como o furto, por exemplo, está a procura da mãe, provedora de cuidados, que de alguma forma lhe foi roubada, e de um pai limitador, que conterá seus impulsos agressivos. Na delinquência plenamente desenvolvida, a criança evoca um pai rigoroso, severo e forte, na tentativa incessante de recuperar “seus impulsos primitivos de amor, seu sentimento de culpa e seu desejo de corrigir-se”, como pedidos de socorro (Winnicott, 1946/2002, p.131).

Na teoria winnicottiana, a sobrevivência ao ambiente é o que permitirá ao bebê passar da relação de objeto para uso de objeto, dentro do espaço potencial criativo. O meio, que será testado várias vezes pela criança, deve reconhecer o elemento positivo da tendência antissocial. A criança espera que o ambiente suporte a agressão, propicie-lhe a contenção necessária e a possibilidade de reparação (Bueno, Mishima & Barbieri, 2010).

O desenvolvimento emocional ocorre na criança se provêm *[sic]* condições suficientemente boas, vindo o impulso para o desenvolvimento de dentro da própria criança. As forças no sentido da vida, da integração da personalidade e da independência são tremendamente fortes, e com condições suficientemente boas a criança progride; quando as condições não são suficientemente boas essas forças ficam contidas dentro da criança e de uma forma ou de outra tendem a destruí-la. (Winnicott, 1962/2007, p.63).

Silva e Milani (2015), ao analisarem letras de rap, destacaram as realidades de muitos adolescentes imersos em história de vida repletas de perdas e negligências, que tendem a encontrar na transgressão a esperança de serem vistos pela sociedades e reconhecidos enquanto sujeitos de desejo.

As falhas nas práticas educativas parentais também são apontadas por Gomide (2017) como fatores importante para o estabelecimento do comportamento transgressivos nos jovens. Cita como

exemplo, a negligência, ausência de apoio e ajuda aos filhos, falhas no processo de supervisão como o uso de controle excessivo ou falta de diálogo, invasão de privacidade, uso da punição conforme o humor dos pais, ora punindo, ora ignorando as crianças, existindo assim o que denomina como punição inconsciente, que gera nos filhos, a dificuldade em discriminar o certo e o errado.

Pacheco e Hutz (2009) discorrem que, além das práticas educativas, algumas variáveis podem contribuir para o estabelecimento de atos infracionais, como o cometimento de delitos e usos de drogas por algum familiar, número de irmãos e uso de drogas pelo adolescente. A relação do número de irmãos pode indicar dificuldades quanto ao recebimento de atenção, cuidado e monitoramento dos pais, além do comprometimento quanto a renda familiar, indicando o risco de uso de práticas coercitivas ou negligentes no trato com o adolescente.

A família é considerada como recurso positivo para o processo formativo do adolescente em conflito com a lei, e também deve ser compreendida sob o ponto de vista das práticas educacionais para subsidiar programas de acompanhamento e treinamentos de pais desses adolescentes (Carvalho & Gomide, 2005).

Destaca-se a importância de diferenciar o real interesse nas atividades do filho, de uma supervisão estressante, que se fixa na simples fiscalização das atividades do adolescente. Assim como o estabelecimento de um modelo moral, permitindo a reflexão autocrítica e conseqüente modificação do comportamento antissocial. (Gomide, 2017)

De forma geral, por muito tempo a família brasileira foi denominada como "patriarcal" - aquela em que havia a dependência na autoridade paterna e a solidariedade entre os parentes - sendo por vezes utilizada como sinônimo de família extensa. Contudo, pesquisas e estudos mais recentes, indicam que essas não foram as mais predominantes, sendo muito mais comum, famílias com estruturas mais simplificadas e com menor número de integrantes (Samara, 2004).

Araújo (2014) reflete que alguns pais, inseridos no mercado de trabalho, já não conseguem exercer os mesmos modelos de identificação para os adolescentes, e estes acabam por buscar modelos em terceiros, ocorrendo um esvaziamento da função paterna enquanto figura de autoridade para o adolescente. Como aponta a autora:

O exercício da Função Paterna pressupõe muito mais que a simples presença masculina na relação com o bebê. Acredito que essa função se localiza no espaço de subjetivação do exercício do poder, entendido como a representação da Lei, como representação simbólica do mundo. (Araújo, 2014, p. 27).

Em contrapartida, outros autores enfatizam que em algumas famílias é possível observar substitutos das figuras paternas, como um tio por exemplo. Porém, em sua maioria, o exercício dessa autoridade recai sobre a mãe, que encontra muitas vezes dificuldade em exercê-la no período da adolescência do filho, quando surgem os movimentos de dependência e separação dos adultos (Penso, Conceição, Costa & Carreteiro, 2012).

Em relação às transgressões no campo da sexualidade, retornemos a Freud, que apresenta dois conceitos importantes para o entendimento de comportamentos considerados patológicos nessa área. São eles: objeto e alvo sexual. O objeto sexual refere-se à pessoa de quem provém a atração sexual. Já o alvo sexual consiste na ação para a qual a pulsão é direcionada (Freud, 1905/1996).

A prática sexual com crianças, ou como denomina Freud (1905/1996), com pessoas sexualmente imaturas, trata-se de uma distorção no objeto sexual, que pode ocorrer de forma exclusiva quando a criança passa a ser usada como substituto, ou quando, devido a uma pulsão urgente, não pode se apropriar de outro objeto mais adequado, naquele momento, e se recorre à criança. O sujeito que pratica o abuso toma para si um sentimento de supervalorização sexual, tendo como único objetivo sanar o desejo da pulsão, não convivendo bem com a restrição do alvo sexual, sendo essa restrição um grande causador da busca por maneiras fora do comum de alimentar o desejo. Destaca que o ser humano, uma vez possuidor de uma pulsão sexual (libido), poderá

apresentar tais desvios, e dependendo de como será elaborada essa pulsão na infância, contribuirá ou não para uma má resolução e o surgimento de patologias futuras.

Na teoria freudiana, o objeto para o qual a pulsão sexual se dirige, não é determinado, mas sim variável, e não necessariamente está restrita ao ato sexual em si, como o coito, mas pode encontrar prazer no que precede o ato, como olhar ou tocar, os chamados alvos sexuais preliminares. O psiquismo é movimentado pelos estímulos pulsionais, e tende a procurar formas de saída para dar vazão ao excesso de estimulação sexual que recebe, em uma ação sobre o biológico. O ser humano pode até afastar-se de tais estímulos sexuais temporariamente, porém, as pulsões continuarão a existir e pressionar o psiquismo (Silva & Brígido, 2016).

No adolescente, o eixo pulsional e o eixo narcísico se confundem e evidência a dependência infantil que ainda não foi elaborada por eles, desencadeando sintomas importantes (Chagnon, 2008).

Esse movimento ao qual o adolescente é confrontado passivamente (o corpo não se controla, não mais do que a pulsão ou o objeto, a não ser que se faça uso de sintomas) solicita uma certa capacidade de ocupar posições passivas, portanto de tolerar a dependência, em equilíbrio dialético com uma necessária atividade. Para muitos meninos de frágeis estruturas narcísicas o "machismo" comum esconde uma recusa de passividade e de integração da feminilidade que subentende muitos comportamentos de agressões, sexuais ou não. (Chagnon, 2008, p. 122)

O abuso sexual é um evento que envolve desde palavras sexualizadas até o intercuro completo, sendo definido como todo ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual, que parte de um agente que esteja em um estágio de desenvolvimento mais adiantado e/ou de mais poder que a criança e o adolescente (Habigzang et al., 2008). No abuso sexual encontram-se presentes três níveis disfuncionais: o desequilíbrio nas relações de poder, em que o forte se sobrepõe ao mais fraco; a confiança que o dependente deposita em seu protetor; e o uso transgressivo da sexualidade, atentando contra o direito do outro sobre o domínio do seu próprio corpo (Gabel, 1997).

Essa relação pode ser estabelecida entre o adolescente e uma criança mais nova, intra ou extrafamiliar, devendo ser considerados os papéis desempenhados na dinâmica em que o jovem está inserido. Habigzang et al. (2008) apontam que o abuso sexual tem grandes possibilidades de ser um comportamento reproduzido dentro do contexto familiar, pois a maioria dos casos relatados são cometidos por sujeitos com laços afetivos muito próximos ou de grande confiança e convivência com a vítima, o que acaba dificultando a denúncia, fazendo com que a vítima se sinta culpada pelo abuso.

Furniss (1993) ao discorrer sobre os ofensores sexuais menores de idade e os irmãos abusivos, mais especificamente do sexo masculino, pontuou que eles podem apresentar quatro antecedentes em seus históricos pessoais: 1) terem eles próprios sofrido abuso sexual; 2) serem provenientes de famílias em que os filhos foram abusados sexualmente, por saberem do abuso ou terem testemunhado a interação sexual; 3) crescerem em um relacionamento progenitor-criança desprovido emocionalmente e ao mesmo tempo sexualizado, com baixa autoestima e baixa tolerância à frustração. O abuso sexual dos irmãos ou outras crianças acontecerem como busca de satisfação emocional e alívio da tensão; e 4) terem sofridos abusos físicos graves e com forte privação emocional.

Furniss (1993) apresenta ainda duas dinâmicas distintas, quando o abuso sexual é praticado por irmãos mais velhos:

A) Quando o irmão é muito mais velho que a criança abusada, tende-se a estabelecer neste caso, uma posição de autoridade parental em relação à criança, assemelhando-se aos atos de abusos cometidos por figuras paternas. Identifica-se nessa dinâmica, a mesma diferença de dependência estrutural e imaturidade, isto é, biologicamente a criança é dependente do irmão na interação estabelecida. Também a existência da síndrome do segredo na criança e adição no abusador, que são interligadas.

A síndrome do segredo compreende os fatores externos e internos que dificultam a revelação do abuso pela criança. Por exemplo: a falta de evidência médica, a necessidade da acusação verbal da criança e o descrédito quando comunica o fato, ameaças, ansiedade em relação às consequências da revelação, a confusão entre a mentira consciente e a negação inconsciente, a anulação da própria experiência de abuso, entre outros (Furniss, 1993).

A síndrome da adição para a pessoa que abusa é semelhante a outros tipos de adição, e compreende as seguintes características: 1) a pessoa sabe que o abuso é prejudicial à criança e é crime; 2) a pessoa sabe que o abuso é prejudicial a criança, mas mesmo assim acontece; 3) o abuso sexual serve para alívio de tensão; 4) o processo é conduzido pela compulsão à repetição; 5) os sentimentos de culpa e o conhecimento que traz prejuízos para criança podem levar a tentar interromper o abuso; 6) o aspecto sexual egossintônico do abuso sexual promove a excitação como elemento aditivo principal; e 7) há uma evitação da realidade, baixa tolerância à frustração, mecanismos de manejo e funções de ego frágeis (Furniss, 1993).

B) Quando o abuso é praticado pelo irmão, mas ele não é muito mais velho que a criança, pode se configurar como a “síndrome do João e Maria”. Nesse caso, não existe dependência estrutural ou relação de autoridade, mas pode ser um sintoma decorrente de alguma privação emocional, que ambas as crianças estejam vivenciando. O abuso sexual pode ser vivenciado por esses irmãos como uma forma confusa de cuidado emocional, estimulação e excitação sexual, como substituto do afeto e cuidados parentais.

Embora encontremos na síndrome de João e Maria uma dependência mútua muito maior para cuidado e conforto e uma igualdade maior no relacionar-se, ambas as crianças aprendem, ao longo do tempo, que relacionar-se emocionalmente é idêntico a relacionar-se de maneira sexual. Essa confusão emociosexual é traduzida nas meninas por um comportamento sexualizado de vítima e por uma vulnerabilidade a novos abusos e nos meninos por um comportamento sexualizado de abusador, com o perigo de abuso sexual em outros relacionamentos. (Furniss, 1993, p. 30-31).

Outro fator que pode implicar na estimulação sexual precoce, é a influência da pornografia infantil, devido ao fácil acesso a sexo virtual na Internet pelos jovens. Em trabalhos realizados com adultos pedófilos, muitos deles teriam começado as práticas de violências sexuais contra criança ainda na adolescência, sendo importante os profissionais detectarem o abuso precoce e proporcionarem intervenção imediata (Sanderson, 2005).

Em pesquisa realizada em Porto Alegre/RS, com prontuários de adolescentes que praticaram abuso sexual na Delegacia para Adolescente Infrator, foi identificado o predomínio do sexo masculino. Houve correlação importante quanto a idade da vítima e a idade do agressor. Nas vítimas de 3-6 anos e 7-10 anos, 80% dos adolescentes agressores eram menores de 14 anos. Enquanto das vítimas com mais de 10 anos, a idade do adolescente também era maior, acima de 14 anos. Ainda destacou-se que a maioria dos abusos sexuais praticados pelos adolescentes ocorreu nas residências das próprias vítimas, e outra parcela significativa no ambiente escolar (Bianchini & De Antoni, 2012).

A literatura especializada aponta que não existe um perfil de adolescentes que cometem abuso sexual. As pesquisas realizadas surgem no sentido de identificar fatores que podem contribuir ou não para o desenvolvimento deste comportamento ofensivo; assim como compreender as relações familiares existentes, que podem configurar como um dos elementos para práticas transgressoras do adolescente, quando estas se apresentam com falhas importantes (Silva-Costa & Fortunato-Costa, 2013).

Também foi realizada uma pesquisa, por Penso et al. (2012), comparando dois grupos de adolescentes do sexo masculino: um formado por jovens que praticaram outros atos infracionais e se encontravam em uma unidade de atendimento de medida socioeducativa de liberdade assistida; e outro grupo formado por sete adolescentes, que praticaram especificamente o abuso sexual, e eram atendidos em um núcleo de atendimento a adolescentes ofensores sexuais. O estudo destacou



diferenças importantes, entre os grupos, tanto em relação às construções subjetivas, intersubjetivas, história de vida, quanto à transmissão geracional familiar destes adolescentes.

Nos ofensores sexuais se evidenciou que os mesmos não tinham contato com o pai biológico ou outro familiar que representasse papel de autoridade e afeto; havia falta de projeto parental para esses adolescentes, assim como a impossibilidade de identificação dos mesmos com os genitores. Destacou-se também que a maioria era responsável pelo trabalho da casa, em uma condição de dominação (eram vistos como empregadas domésticas) ao mesmo tempo que também atuavam, dominando outras crianças, através da violência sexual. A dinâmica vincular das mães estabelecida com esses adolescentes se mostrou mais voltada a mantê-los sob vigilância e disposição para realizar os trabalhos domésticos, do que o reconhecimento de autonomia e separação, não retirando assim, gradativamente, o desinvestimento afetivo destes filhos, prendendo-os a elas (Penso et al., 2012).

Em estudo de caso sobre da passagem ao ato violento na adolescência, Amparo e Pereira (2010) analisaram dois casos clínicos: um adolescente que praticou o abuso sexual em episódio único e um adolescente que tinha registros de diversos atos infracionais, culminando em roubo a mão armada. Nesses estudos, evidenciou-se que, apesar das singularidades individuais, encontrava-se presente nesses jovens a fragilidade narcísica, isto é, ameaças à identidade e falhas no reconhecimento das diferenças no outro; a dificuldade de realizar a prova da realidade, visto que a qualidade da relação que estabelecem com a realidade é reduzida e limitada; e a presença de poucos recursos simbólicos e sublimatórios, recorrendo-se a ação como forma de colocar para fora os conflitos internos, sem elaboração dos impulsos destrutivos

No atendimento a esses adolescentes, enfatiza-se que além de promover apoio ambiental, há também a necessidade de intervenções que compreendam a subjetividade, os impactos psíquicos

dos traumas, seus remanejamentos, e as dificuldades de simbolização e sublimação existentes (Amparo & Pereira, 2010).

Como aponta Chagnon (2008) é necessário uma atitude socio judiciária firme, mas também compreensiva, e que aponte projetos de realização para esses adolescentes, e não apenas modelos invulneráveis e desumanos.

A intervenção judicial se faz necessária e deve-se ir além da simples punição do adolescente, mas lhe oportunizar novos significados a partir da contenção e responsabilização. A legislação vigente sobre o adolescente em conflito com a lei traz parâmetros e limites para a atuação com esses jovens, que serão discutidas a seguir.

### **2.3 O adolescente em conflito com a lei e a responsabilização judicial.**

O adolescente que praticou o abuso sexual e responde judicialmente pelo ato denunciado, é inserido em um universo jurídico diferenciado do adulto, com legislações específicas, que sofreram modificações no decorrer dos anos.

Santos (2004), a partir de um levantamento histórico, aponta que a expressão “menor” tinha suas primeiras menções ligadas às leis criminais do Brasil Império. Transita do espaço jurídico para o discurso social no final do século XIX, sendo utilizado quando se referia às crianças nascidas em camadas sociais desfavorecidas. A expressão "menor" assumia um viés de controle político, segmentando certos setores sociais, em que as crianças consideradas bem-nascidas eram tratadas diferente das potencialmente perigosas.

Os dois Códigos de Menores que existiram no Brasil, em 1927 e 1979, tinham como entendimento que apenas os “menores” em “situação irregular” seriam alvo da tutela do Estado, não existindo distinção entre crianças e adolescentes que precisavam de medidas de proteção e aqueles

que necessitavam de reeducação. O juiz de menores poderia aplicar a mesma medida para ambos os casos (Brusius & Gonçalves, 2004).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) surge com o grande aparato jurídico-institucional para a tutela dos menores e consequente intervenção sobre as famílias, trazendo as figuras jurídicas do juiz, promotor, advogado ou defensor público e a responsabilização das administrações locais, nas questões da Política Social. Assim como a importância de equipes multidisciplinares, com a atuação do psicólogo, no atendimento aos adolescentes (Santos, 2004).

O ECA é composto por dois livros, sendo que o livro I trata dos direitos fundamentais de todos os menores de 18 anos, como: saúde, família, educação, cultura, lazer, trabalho, entre outros. Já o livro II refere-se às crianças e aos adolescentes em situação especial de risco que necessitem de políticas específicas de proteção e medidas socioeducativas. Nesses dois componentes fica marcada a necessidade de proteção ao desenvolvimento bem como o reconhecimento de potencialidades desse grupo populacional, sua autonomia e protagonismo (Areco, Silva & Matias, 2010).

Em busca de avanços na área, em 18 de janeiro de 2012 foi sancionada a Lei nº 12.594, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), com o intuito de regulamentar a execução das medidas socioeducativas destinadas aos adolescentes que praticam atos infracionais, alterando o ECA entre outras leis.

O SINASE define parâmetros de atendimento, enfatizando ações de educação, saúde e profissionalização, além da formação das equipes interdisciplinares e as estruturas das unidades de internação (Brusius & Gonçalves, 2004). Para responsabilizar o adolescente, são utilizadas as medidas socioeducativas, as quais permitem processos de reestruturação e ressignificação dos sujeitos que cometeram atos infracionais (Costa, 2005).

Essas medidas são aplicadas a autores de atos infracionais e estão divididas em seis direções:

Advertência: é a primeira forma descrita no ECA, que consistirá em uma repreensão verbal com a

presença do responsável e a formalização através de uma assinatura dessa repreensão; Obrigação de reparar o dano: ocasionado ao patrimônio público, ou por vezes, restituir a vítima; Prestação de serviços à comunidade: realizando tarefas gratuitas por um período de até seis meses; Liberdade assistida: o adolescente terá o auxílio e acompanhamento de um profissional no desempenho de suas tarefas do cotidiano; Inserção em regime de semiliberdade e Internação em estabelecimento educacional, que são os casos de delitos de maior gravidade, que podem ocorrer nas perdas de direito parcial ou completo de sua liberdade, cabendo ao juiz respeitar a peculiaridade de cada indivíduo (Lei, 1990).

A tomada de decisão do encaminhamento do adolescente, deverá levar em conta alguns fatores para balizar as medidas como: o nível de desenvolvimento em que ele se encontra, a natureza da infração e as condições oferecidas pelo Estado para o cumprimento dessas medidas (Costa, 2005).

A prestação de serviço à comunidade propicia ao adolescente em conflito com a lei a oportunidade de um corte em sua trajetória, favorecendo condições para que ele construa outros laços e aposte em novos caminhos (Araújo & Santos, 2008). Contudo, teóricos como Costa (2005) e Boll (2014) discutem acerca da aplicabilidade dessas medidas, e suas reais funcionalidades. Pontua-se que, da forma como vem ocorrendo sua aplicação, não consegue alcançar a realidade do indivíduo, deixando de lado suas bases e desconsiderando o nível de desenvolvimento e o meio ao qual ele está inserido.

As medidas sofrem grandes embargos, pois além de todas as dificuldades enfrentadas, se defrontam com a falta de estrutura física que inviabiliza as atividades dos trabalhadores desse contexto, tornando instituições que deveriam ser socioeducativas e pedagógicas apenas meras réplicas de uma penitenciária comum (Francischini & Campos, 2005). Outro principal entrave que acaba por inviabilizar a efetividade das ações, consiste na barreira metodológica e na falta de

experiências dos profissionais, especializadas para esse contexto. No sistema se encontram inúmeros profissionais pouco capacitados para atuar nessa realidade (Costa, 2005).

Em relação ao adolescente que pratica o abuso sexual, a problemática se identifica, pois, como aponta Ikuma, Kodato e Sanches (2013, p. 9), “Há uma hierarquização das práticas delitivas, os atos infracionais que envolvem violência sexual e delação de pares são condenados pelo grupo.”

De acordo com o Código Penal, que foi alterado pela Lei 12.015 de 2009, o Art. 217 considera: “Estupro de Vulnerável” a conjunção carnal ou ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos. Incorre na mesma pena quem pratica as ações descritas acima, com alguém que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência. O ato infracional é descrito como um crime ou contravenção penal (art. 103 - ECA) assim, o adolescente responde por “Estupro de vulnerável”, quando realiza alguma prática desviante, de cunho sexual, com menores de 14 anos. Independente ou não do consentimento da vítima, o adolescente poderá ser responsabilizado pela sua conduta, respondendo a medidas socioeducativas pertinentes a cada caso.

O peso do termo “estuprador”, por vezes é trazido nos atendimentos com esses jovens. Em meio aberto, temem o tratamento social e como serão tratados em futuras abordagens policiais. Penso et al. (2012) pontuam que a relação com a polícia é percebida pelo adolescente como vigilância dos maus atos praticados, ou exercício de castigo, não de proteção. Assim, o adolescente tende a ser reduzido à sua prática infracional, sendo desconsiderado em suas particularidades e potencialidades.

### **3. Método**

Trata-se de estudo exploratório, utilizando o delineamento de estudos de casos múltiplos. Yin (2015) define o estudo de caso como a investigação empírica de um estudo contemporâneo em seu contexto de mundo real, e este estudo pode incluir tanto o estudo de caso único quanto de casos múltiplos. No estudo de casos múltiplos, pode-se tirar um conjunto único de conclusões, nos cruzamentos de casos.

#### **3.1 . Local da pesquisa**

Foram utilizadas as dependências da Coordenadoria Psicossocial Forense, do Fórum Central de Campo Grande, do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul. As salas individuais utilizadas foram as disponíveis para os atendimentos psicossociais do setor, com agendamento prévio.

#### **3.2. Participantes**

Adolescentes, na faixa etária de 12 a 17 anos, que respondem a processo judicial na Vara da Infância e Juventude (VIJ), por estupro de vulnerável, encaminhados para avaliação psicológica no período de março a junho de 2017.

#### **3.3. Instrumentos**

Para a coleta de dados foram utilizados:

- Roteiro para as entrevistas individuais semiestruturadas (Apêndices A e B): as entrevistas foram realizadas tanto com o adolescente quanto com seus genitores, com duração média de 60 minutos cada.
- Procedimento de Desenho Família-Estória (DF-E) consiste em uma série de quatro desenhos de família com as seguintes consignas: desenho de uma família qualquer, de uma família

ideal, uma família em que alguém não está bem e outro da própria família. Os desenhos são realizados livremente, e após cada produção, é feito um “inquérito” pelo entrevistador e solicitado um título. A ordem sequencial não se modifica durante a aplicação. Os materiais necessários são folhas de papel em branco de tamanho ofício, lápis preto e caixa de lápis de cor (Trinca, 2013).

### **3.4. Procedimentos éticos**

A pesquisadora fez contato com o juiz titular da VIJ, responsável pelos processos que tramitam em segredo de justiça, assim como o Juiz Diretor do Foro de Campo Grande, responsável pelo espaço físico das salas de atendimento, para a assinatura do Termo de Compromisso.

O projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal da Grande Dourados, com parecer nº 1.858.831 e atende às exigências das Resoluções CNS 466/2012 e 510/2016.

Aos participantes foi garantido o sigilo de identificação, que autorizaram a gravação em áudio das entrevistas, para posterior transcrição, bem como, foram informados que a recusa em participar da pesquisa não traria prejuízos para a avaliação psicológica do caso. Assim como, que lhes seria garantida a devolutiva dos resultados levantados, após o término da pesquisa.

Foram apresentados o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido ao adolescente, e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido aos responsáveis legais, conforme previsto em legislação específica.

Vale destacar que todos os nomes utilizados para se referir aos adolescentes são fictícios, a fim de preservar a identidade dos participantes da pesquisa.

### 3.5. Procedimentos de coleta

Os processos judiciais recebidos para avaliação psicológica na Coordenadoria Psicossocial Forense, foram selecionados com a ação “Estupro de vulnerável”.

Foram selecionados 23 processos de estupro de vulnerável, no período de março a junho de 2017, sendo 02 casos no mês de março, 02 casos no mês de abril, 15 casos no mês de maio e 04 casos no mês de junho.

Para a pesquisa foram estabelecidos os seguintes critérios de inclusão:

- 1) Adolescentes que respondem a processo judicial pela prática de abuso sexual;
- 2) Diferença de no mínimo cinco anos entre o adolescente e a vítima ou com uso de força/coação por parte do adolescente.

Os critérios de exclusão elencados foram:

- 1) Jovens que praticaram o ato infracional de estupro de vulnerável na adolescência, porém, no período da avaliação psicológica já se encontram na maioridade penal;
- 2) Adolescentes que respondem a processo judicial de estupro de vulnerável, porém a relação se deu decorrente de namoro entre os envolvidos, de forma consentida; e,
- 3) Adolescentes que no momento da avaliação não residiam mais em Campo Grande/MS.

A Tabela 1 expressa o quantitativo de processos que foram pesquisados, selecionados ou excluídos da presente pesquisa, de acordo com os critérios informados:

Tabela 1- Levantamento das Ações de Estupro de Vulnerável

Nº de autos recebidos	23
Nº de autos selecionados	6
Nº de autos excluídos	17
Adolescentes pesquisados	7
<b>Tipos de ações excluídas</b>	



Adolescentes eram namorados e mantiveram relações sexuais	9
Adolescentes que não residiam mais em Campo Grande	2
Adolescentes que se encontram em lugar incerto.	2
Adolescentes que já completaram a maioridade penal	4

Nota: Dos sete adolescentes selecionados para a pesquisa, dois são citados na mesma ação judicial.

Após a análise dos autos eletrônicos, os adolescentes e responsáveis legais foram contatados para agendamento de entrevistas no Fórum. Todos os envolvidos foram informados, previamente do objetivo da pesquisa e assinaram os respectivos termos de assentimento e consentimento.

Foram realizadas entrevistas individuais semiestruturadas, gravadas em áudio, com os adolescentes e responsáveis legais. As entrevistas foram baseadas em um roteiro prévio, que buscou estabelecer relações com a família, escola, rede social, com o processo judicial e possíveis motivações para a prática do abuso sexual.

Na entrevista semi-estruturada *[sic]*, a resposta não está condicionada a uma padronização de alternativas formuladas pelo pesquisador como ocorre na entrevista com dinâmica rígida. Geralmente, a entrevista semi-estruturada *[sic]* está focalizada em um objetivo sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. O uso do gravador é comum a este tipo de entrevista. É mais adequado quando desejamos que as informações coletadas sejam fruto de associações que o entrevistado faz, emergindo, assim, de forma livre. (Manzini, 1990/1991, p.154).

Inicialmente, os adolescentes foram submetidos ao Procedimento DF-E e ao Teste das Pirâmides Coloridas de Pfister: versão para crianças e adolescentes (2015), como proposto no projeto. Contudo, devido à faixa etária dos adolescente selecionados ultrapassarem as tabelas de avaliação do Pfister – versão para crianças e adolescentes (12 a 14 anos) e não atingirem a idade estabelecida para a avaliação na versão para adultos, optou-se por descartar a análise dos protocolos deste instrumento, atendendo as orientações apresentadas na banca de qualificação.

Em relação ao DF-E, as aplicações do instrumento com os adolescentes foram individuais, em uma única sessão de 60 minutos, em dia distinto em que se realizou a entrevista semiestruturada.

### **3.6. Procedimentos de análise**

As entrevistas foram analisadas a partir do conteúdo temático, de acordo com Bardin (1995) estabelecendo critérios de leitura geral das entrevistas transcritas, construção de categorias iniciais, intermediárias e finais, com posterior inferência e interpretação conforme o referencial teórico apresentado.

Posteriormente foi realizada a análise do desenho do Procedimento DF-E, tendo como referencial de análise a proposta de Van Kolck (1984), observando a avaliação dos aspectos adaptativos (produção de acordo com o solicitado, evolução geral do grafismo conforme idade, sexo, cultura e nível socioeconômico), aspectos expressivos (significado geral do desenho como localização do desenho na página, tamanho do desenho, consistência do traçado, indicadores de conflito, entre outros) e análise dos aspectos projetivos (questões inconscientes que podem indicar conflitos ou organização e estrutura da personalidade).

Já as análises dos inquéritos foram pautadas nas orientações de Trinca (2013) e Villela (2013), que sugerem princípios gerais de observação, como a dinâmica familiar, descortinando as figuras de identificação, possíveis angústias, defesas e conflitos básicos, os sentimentos expressos e principais soluções dadas ao conflito. Assim como, a pesquisa de Barbieri (2013) que procurou estudar a contribuição do DF-E para a compreensão da tendência antissocial infantil.

#### 4. Resultados e Discussão

Os dados sociodemográficos sobre os adolescentes e familiares estão apresentados nas Tabelas 2 e 3, respectivamente. Na Tabela 4 estão descritas as principais características da ação judicial que estes adolescentes respondem. Na sequência podem-se encontrar as entrevistas com os adolescentes e pais, discutidas em categorias de análises, separadamente; as produções dos adolescentes do procedimento Desenho Família-Estória; e, por fim discute-se os casos apresentados, com as correlações observadas.

Tabela 2 - Dados gerais dos adolescentes

	<b>Idade Atual</b>	<b>Sexo</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Exerce atividade laboral</b>	<b>Responde a outros processos</b>	<b>Sofreu abuso sexual</b>
<b>Caso 1</b>	16	M	1º ano Ens. Médio (rede pública)	Não	Não	Não
<b>Caso 2</b>	16	M	1º ano Ens. Médio (rede pública)	Não	Vias de Fato (agressão)	Não
<b>Caso 3</b>	15	M	2º ano Ens. Médio (rede pública)	Não	Não	Não
<b>Caso 4</b>	14	M	1º ano Ens. Médio (rede pública)	Não	Não	Sim
<b>Caso 5</b>	17	M	1º ano Ens. Médio (rede pública)	Não	Não	Não
<b>Caso 6</b>	16	M	6º/7º (EJA) (rede pública)	Sim	Não	Não
<b>Caso 7</b>	17	M	1º ano Ens. Médio (rede pública)	Não	Não	Não

Fonte: Organização Sandra Salles

Na Tabela 2 é possível observar que todos os adolescentes que participaram da pesquisa eram do sexo masculino, inseridos na rede de ensino, provenientes de escolas públicas. A maioria cursava o ensino médio, e somente (um) adolescente encontrava-se ainda no ensino fundamental, pela Educação de Jovens e Adultos. Em contrapartida, também era o único adolescente que exercia atividade remunerada, laborando durante o dia e estudando no período noturno.

Dos sete casos estudados, somente o adolescente do caso 2 tinha outro processo judicial de Vias de Fato, após agredir um adolescente na escola e o vídeo da agressão ter sido veiculado por

grupos de WhatsApp. Contudo o processo foi arquivado, sendo concedida remissão direta ao adolescente, isto é, perdão judicial.

Dos adolescentes pesquisados, apenas no caso 4 houve relato de possível abuso sexual quando criança, verbalizado pela genitora.

Tabela 3 - Dados gerais dos familiares

	<b>Composição Familiar</b>	<b>Renda Informada</b>	<b>Moradia</b>	<b>Histórico de abuso sexual familiar</b>	<b>Respondem a processos judiciais</b>
<b>Caso 1</b>	Mãe, pai, irmãos (3)	R\$ 1.107,00 (mãe)	Própria	Não	Não
<b>Caso 2</b>	Avó, mãe, padrasto, irmãos (2)	R\$ 937,00 (mãe)	Própria	Não	Irmão mais velho (receptação e estelionato)
<b>Caso 3</b>	Mãe, pai e irmãos (2)	Não informado	Própria	Não	Não
<b>Caso 4</b>	Mãe, avó, tios, irmãos (3)	R\$ 937,00 (mãe)	Própria	Mãe	Não
<b>Caso 5</b>	Pai, mãe, madrasta e irmãos (12)	R\$ 1600,00 (pai)	Própria	Não	Não
<b>Caso 6</b>	Mãe, padrasto, irmãos (3), sobrinho (1), prima, marido da prima, avô.	R\$ 937,00 (mãe) R\$ 350,00 (sublocação) R\$ 400,00 (adolescente)	Própria	Mãe	Pai (tráfico de drogas) / Padrasto (homicídio)
<b>Caso 7</b>	Mãe, pai, irmãos (2)	R\$ 4.000,00 (pai/mãe)	Própria	Não	Não.

Fonte: Organização Sandra Salles

Na Tabela 3 é possível observar que todos os adolescentes estão inseridos em ambiente familiar, havendo o contato com a figura materna e irmãos em todos os casos. A figura paterna se mostra ausente ou é representada pelo padrasto ou avô. Em sua maioria, tratam-se de famílias de camadas populares, que possuem casa própria e recebem em média até dois salários mínimos.

Quanto ao histórico de abuso sexual familiar, em dois casos as mães relataram ter sofrido abuso sexual na infância, um abuso intrafamiliar e o outro extrafamiliar. Já em relação ao envolvimento de familiares em atos ilegais, destaca-se em dois casos, o envolvimento do irmão, pai e padrasto com crimes e consequente encarceramento.

Tabela 4 – Características sobre a ação judicial

	<b>Idade do adolescente à época da denúncia</b>	<b>Idade das supostas vítimas (todas do sexo feminino)</b>	<b>Vínculo existente</b>	<b>Reconhece a prática do abuso sexual</b>
<b>Caso 1</b>	16	5 anos	Mãe do adolescente era babá da criança	Sim
<b>Caso 2</b>	15	14 anos	Colega da escola	Parcialmente
<b>Caso 3</b>	16	14 anos	Colega da escola	Não
<b>Caso 4</b>	14	9 anos	Irmã	Não
<b>Caso 5</b>	17	4 anos	Filha da madrasta	Sim
<b>Caso 6</b>	14	4; 6; 6; e 7 anos	Sobrinhas	Não
<b>Caso 7</b>	16	7 anos	Vizinha	Não

Fonte: Organização Sandra Salles

Na Tabela 4, sobre as ações judiciais, nota-se que todos os adolescente denunciados tinham acima de 14 anos, na época da denúncia. Já as vítimas variaram quanto a idade, sendo cinco na segunda infância (4 a 6 anos), três na terceira infância (7 a 9 anos) e dois na adolescência (14 anos).

O vínculo existente entre adolescente e supostas vítimas foram variadas, sendo que em três casos, as crianças pertenciam ao grupo familiar do adolescente, com convivência frequente, indicando possível violência intrafamiliar. Já em dois casos, tratava-se de vizinhos, colega da escola e crianças cuidadas por adultos da família, apesar de configurar possível violência extrafamiliar, nota-se que as supostas vítimas conviviam diariamente com os adolescentes, indicando proximidade entre eles. Autores como Habigzang et al. (2008) argumentam a grande possibilidade do abuso sexual ocorrer no contexto familiar, ou com pessoas que convivem ou possuem laços afetivos

próximos de confiança com a vítima, gerando muitas vezes sentimento de culpa nesta, o que dificulta a denúncia.

Apenas dois adolescentes reconheceram que perpetraram o abuso sexual, e o terceiro reconheceu parcialmente a responsabilidade pelos fatos. Como trata-se de ações judiciais em andamento, os casos pesquisados ainda não possuem decisão transitada em julgado.

#### **4.1 – Histórico das denúncias**

**Caso 1:** João, 16 anos, foi acusado de praticar atos libidinosos com Brenda, de cinco anos. Consta na denúncia, que a mãe do adolescente, babá da criança, teria se ausentado brevemente da residência, e deixado Brenda aos cuidados do marido e filho. Nesse intervalo, João teria mostrado o órgão sexual para a criança e passado o pênis na boca da mesma. No mesmo dia, Brenda teria contado sobre o ocorrido aos pais, e estes procuraram a família do adolescente e realizaram a denúncia. João confirmou os fatos, foi apreendido e permaneceu dez dias na Unidade de Internação.

**Caso 2 e 3:** Fabiano, 16 anos e Lucas, 15 anos, foram acusados de constranger, mediante violência, a adolescente Ana Luíza, 14 anos. Na acusação, consta que os adolescentes, ao acompanharem Ana Luíza após a escola, a teriam levado para dentro de um terreno baldio. Lucas teria baixado suas calças e passado a se esfregar na adolescente, conseguindo tirar à força a blusa e o sutiã da jovem, e insistindo que ela praticasse sexo oral nele. Enquanto Fabiano, teria agarrado Ana Luíza, segurando-a para que Lucas retirasse a calça da jovem. Fabiano teria passado a mãos nos seios de Ana Luíza, enquanto Lucas teria mordido as nádegas da adolescente. O ato teria sido interrompido quando um carro passou próximo ao local e iluminou, com o farol na direção dos adolescentes, que se evadiram do local e deixaram Ana Luíza sozinha.

**Caso 4:** Carlos, 14 anos, foi acusado de abusar da irmã Vânia, 9 anos, enquanto sua mãe saía para trabalhar. Consta na denúncia, que enquanto Vânia dormia, o adolescente teria subido na

cama, retirado a parte de baixo da roupa da irmã e passado a esfregar e encostar seu pênis nas nádegas da criança. Que só parou a ação, quando Vânia gritou e pediu para ele sair. Em outra ocasião, o irmão teria começado a brincar de lutinha com Vânia, quando teria pego as pernas da vítima, que estava deitada no sofá, levantando e passado a simular um ato sexual em Vânia, que teria conseguido se desvencilhar com um chute. Vânia teria contado os fatos à diretora da escola, após se envolver em uma briga com outra aluna do colégio, e esta teria dito que estupraria Carlos. Foi acionado o Conselho Tutelar, e Vânia foi afastada do convívio familiar da mãe e irmãos por alguns meses, reatando após permissão judicial.

**Caso 5:** Benício, 17 anos, foi acusado de praticar atos libidinosos com a vítima Maria, 4 anos de idade. O adolescente é enteado da mãe da vítima, e residiam no mesmo endereço. Também era o responsável por cuidar da criança quando a madrasta se ausentava pra trabalhar. Consta na acusação que Benício, durante a madrugada, foi até o quarto da vítima, abaixou-lhe a calcinha e praticou sexo oral com a criança. Quando ela acordou, ele saiu do quarto. Maria contou inicialmente para a genitora, que não acreditou, e posteriormente contou para a avó materna, que fez a denúncia.

**Caso 6:** Renato, à época com 14 anos, foi acusado de praticar atos libidinosos com as vítimas Luíza, 4 anos, Sonia, 6 anos, Rosa, 6 anos e Paula, 7 anos. As vítimas foram levadas por suas respectivas genitoras para passar alguns dias no sítio do avô de Renato, local onde o adolescente residia. No sítio, Renato teria se aproveitado dos momentos que ficava a sós com as crianças, passado as mãos no corpo de Luiza e Paula e tentado beijá-las à força. Assim, como em outras oportunidades, o adolescente teria passado as mãos no corpo de Sonia e Rosa, bem como tirado as roupas delas e esfregado seu pênis nas partes íntimas das crianças

**Caso 7:** Eduardo, à época com 16 anos, foi acusado de praticar atos libidinosos com Mônica, de 7 anos. A criança residia na mesma vila de casas que o adolescente, e brincava com as irmãs do mesmo, no interior da casa deles. Em uma das ocasiões, Eduardo teria levado Mônica para

dentro de um dos quartos da casa, e se aproveitando da ausência de pessoas no local, passado as mãos pelo seio de Mônica e forçado um beijo na boca da criança. O adolescente teria pedido para a vítima não contar a ninguém sobre o ocorrido, contudo, a criança teria contado para a irmã mais velha, e esta decidiu registrar o boletim de ocorrência.

## **4.2 Análise das entrevistas com os adolescentes**

A partir dos dados levantados nas entrevistas com os adolescentes, foram elencadas as seguintes categorias de análise, conforme Bardin (1995): 1) representação parental; 2) relações interpessoais; 3) experiência da prática abusiva; 4) consequências após a denúncia; e, 5) expectativas quanto ao futuro.

### **4.2.1 Representação Parental**

Nesta categoria são apresentados os vínculos parentais e familiares existentes sob a perspectiva dos adolescentes, como também, a qualidade dessas relações.

No **caso 1**, os pais aparecem como figuras centrais e de referência para o adolescente. O pai se destaca ao acompanhar João em todo o período de internação e desinternação da UNEI. Indica que é o pai quem exerce maior contenção e supervisão de seu comportamento: “Meu pai está paranoico, ele não deixa eu nem sair em frente de casa. [...] Ele tem medo, ele acha que a polícia vai parar do nada e me levar de volta. Ou alguém vai vir e me matar.” (João).

Ao mesmo tempo, para João, a mãe é apresentada como a provedora do lar, a quem o adolescente se referiu como sendo o motivador para que viesse a reconhecer o ato infracional praticado.

Na hora a única coisa que pensava era na minha mãe. Porque quando ela soube que a polícia já estava lá, ela entrou chorando. Aí os policiais começaram a conversar comigo, com ela e com meu pai. Aí eu pensei que eu tinha que assumir né? Pra não sobrar pra ela. Porque os policiais falaram



que se eu não contasse, porque eles queriam ouvir né? Minha mãe podia ser presa, ela podia receber um monte de processo e aí na hora eu falei tudo, tudo o que eles queriam, tudo o que tinha acontecido. (João)

O genitor no exercício de sua função paterna, apontada por Araújo (2014) como representante da autoridade e a lei, pode indicar um prognóstico positivo para a reorganização deste adolescente. Contudo, há um sentimento ambivalente manifestado por João, que ao reconhecer no pai essa função de controle, o sente de forma persecutória, queixando-se da reação excessiva. Ao mesmo tempo, potencializa o papel da mãe enquanto provedora do lar, por ser ela quem mantém economicamente a família, com o receio de prejudicá-la socialmente.

Já no **caso 2**, a referência familiar de Fabiano se alterna entre a genitora e a avó materna. Apesar da mãe acompanhá-lo na entrevista, e ser ela, quem judicialmente, responde pelo adolescente, é com a avó materna, de 72 anos, que o adolescente e os irmãos residem desde os dez anos de idade. Fabiano ressaltou vínculo positivo com a mãe e afirmou que foi criado pela mesma, na companhia da avó, até ela se casar novamente, e se mudar para a nova residência. Mantém vínculo com outros familiares, como os tios.

Quanto ao genitor, houve rompimento de vínculo desde a separação dos pais, quando Fabiano possuía 06 anos de idade. Desde então, não mantém comunicação com o genitor, que mora em outro Estado. O adolescente mostrou-se indiferente quando questionado como foi crescer sem contato com o pai: “Foi de boa... Foi tranquilo”. Contudo, traz como figura de referência, o padrasto, com o qual a mãe mantém relacionamento há 9 anos. Chama-o de “pai” ao relatar sobre a rotina familiar aos finais de semana.

Penso et al. (2012) apontam que nos contextos familiares ou sociais em que muitos adolescentes estão inseridos, as figuras de autoridade ou estão totalmente ausentes ou despotencializadas na função de colocar limites, de autoridade e de ascendência moral.

No **caso 3**, Lucas também possui como referência afetiva o casal parental. Tanto a mãe quanto o pai participam da rotina do adolescente. Relembrou a infância com programas familiares, viagens com pescaria, envolvendo os pais e irmãos. Também mantém vínculo com a família extensa (avó, tios, primos) na dinâmica familiar apresentada, o pai é visto como o genitor de maior afinidade: “Pelo motivo de a gente sempre estar junto, né? Dele ter que me levar pra escola, para as atividades: futebol.” Questionado sobre o relacionamento familiar, Lucas afirmou: “Relacionamento é muito bom. Sempre relacionamento de família mesmo, a gente conversa, harmonia, briga também, como toda família.”

Nota-se que a princípio o adolescente sente os pais exercendo papéis mais igualitários na interação familiar, ocorrendo a comunicação com ambos. Aberastury (1992) reforça a necessidade na adolescência, de se estabelecer uma nova relação com os pais e estes com os filhos, diante das crises e possíveis conflitos vivenciados nessa etapa do desenvolvimento.

No **caso 4**, o conflito familiar mostrou-se mais evidente. Trata-se de uma denúncia de violência intrafamiliar em que a vítima é a irmã do adolescente. A convivência com a mãe revelou-se permeada de sentimentos contraditórios para Carlos. Ora atribui boa relação: “É um relacionamento bom, tipo, eu nunca fui de tirar a confiança dela em mim. Eu sempre fiz as coisas no padrão certo, até nesse caso da minha irmã. [...] Em outros momentos, revelou distanciamento afetivo, e dificuldade na comunicação:

Igual assim. A gente sempre conversou eu e minha mãe. Só que agora eu parei de conversar com ela depois que meu pai faleceu. A gente não fala muito, a gente não tem mais, eu chegar pra ela e falar. As coisas que eu passo ou que eu faço. Aí depois, não foi só o meu pai que morreu. Eu também namorava uma guria, ela também faleceu, no mesmo ano, da mesma coisa, de câncer (Carlos).

Há um ano, Carlos vivenciou o luto pela morte do pai, que desenvolveu câncer terminal. Entretanto, desde os três anos de idade o adolescente não via o genitor presencialmente, vindo a vê-lo novamente dias antes do seu falecimento. Apesar do distanciamento físico, Carlos trouxe

aspectos positivos ao se recordar do pai, enfatizando que o genitor mantinha contatos por telefone e pagava pensão alimentícia, como manifestação de afeto. “Tinha contato só pelo celular, já que não tinha como eu ir pra lá, nas minhas férias, e ele vir pra cá. Por causa, financeiramente. Aí ano passado eu consegui ir lá, visitar ele.” (Carlos.)

Apesar do adolescente apresentar uma fala idealizada desta figura paterna, como representante de afeto e proteção, nota-se que o exercício da autoridade recaiu sobre a mãe, como Penso et al. (2012) apontam ser comum em muitas famílias.

O convívio do adolescente com a família extensa se intensificou, após a denúncia, com o rearranjo familiar para acolher tanto o adolescente, quanto a criança, na residência do tio materno, atendendo as determinações judiciais.

No **caso 5**, o adolescente Benício apesar de apresentar convivência com os genitores, esta relação se mostrou instável. Há histórico de alternância de residência, ora na companhia materna, ora na paterna, desde os dez anos de idade, quando os pais se separaram. Retomou a moradia paterna em definitivo, em meados de 2016, permanecendo desde então, porém, com perda do ano letivo. Trouxe queixas de dificuldades de convivência com o atual companheiro da mãe. O pai surgiu como figura de maior autoridade para Benício. O contato materno passou a ocorrer por telefone e nas férias escolares, por residir em outro Estado.

Benício mostrou-se lacônico, verbalizando de forma sucinta sobre o relacionamento familiar, restringindo-se a dizer: “É convívio assim normal. (O que é normal pra você? Tenta explicar.) Assim, sem briga. Todo mundo gosta um do outro.”

Como apontado por Lobo (2008), é importante na construção da personalidade a existência de um ambiente acolhedor e estável, que os cuidados estejam presentes e haja o depósito de afeto e esforços essenciais para o bom desenvolvimento. No caso de Benício, nota-se que a alternância de moradia e de referências, foi um complicador em seu histórico familiar.

No **caso 6**, Renato também vem de um histórico familiar marcado por abandono paterno, e posterior prisão do genitor, alternância de moradia e convívio com a mãe, sendo criado pelo avô materno. O atual padrasto, com o qual atribui boa convivência, também encontra-se recluso no presídio.

Observam-se significativos rompimentos afetivos para o adolescente, agravados pelo transtorno mental da genitora, com sucessivas tentativas de suicídios e internações. O relacionamento com o avô materno, a quem atribuía a função paterna, ficou comprometido desde a denúncia do abuso sexual.

O ambiente tem apresentado falhas importantes para a construção da subjetividade deste adolescente, e como discutido por Winnicott (1939/2002), propiciando a busca pelo objeto perdido, e com risco no desenvolvimento do comportamento antissocial.

Os modelos identificatórios também encontram-se comprometidos, visto que seus representantes de figuras de autoridade (pai e padrasto) encontram-se envolvidos em atos ilegais. Gomide (2017) aponta que mediante a observação, os filhos aprendem segundo o modelo apresentado pelos pais, porque gosta deles e os admiram.

De todos os casos apresentados, Renato é o único adolescente que exerce atividade laboral, e contribui com as despesas na casa. “Eu acordo 5:00 horas, vou pro serviço. 7:00 horas eu chego, adiciono as garrafas (de leites da chácara), aí eu venho embora. Aí eu chego tomo banho, vou pra escola, volto. E aí tudo de novo.” (Renato). Neste momento, a referência afetiva mais próxima para o adolescente, vem ser a irmã mais velha, Bruna, 17 anos, que assume a organização da casa, os cuidados da mãe e dos irmãos. Novamente se destaca as inversões de papéis, neste contexto familiar.

O adolescente Eduardo, do **caso 7**, apresentou vínculos afetivos positivos com os pais, sem afastamento temporários. O pai é representado pelo adolescente como a figura de maior identificação e cumplicidade:

É como se fossemos amigos, mais que irmãos, eu e meu pai. Porque a gente nunca brigou, eu sempre conto tudo pra ele, tudo que aconteceu. (Você falou que você e seu pai são como irmãos, você conta tudo, e que nunca brigaram, em que sentido seria isso?) Aaah se aconteceu alguma coisa na escola, eu falo: “Pai, tem um problema aqui, que você precisa resolver lá na escola, comigo.” Aí ele sempre vai comigo. (Eduardo).

Já a mãe é identificada com o papel de maior autoridade e imposição de limites: “Porque minha mãe é mais pilhada. Na maioria das vezes o pai é mais tranquilo, é mais calmo. Já a mãe é mais firme, já.”

Nota-se que há um ambiente estável nas relações estabelecidas e uma divisão de funções desempenhadas pelos pais. A princípio, essa forma de organização e dinâmica familiar parece ser reconhecida e aceita pelo adolescente. Apesar de ao verbalizar sobre o pai, indicar uma possível confusão nos papéis desempenhados: amigo versus autoridade; a mãe exerceria a função mais reguladora e de imposição de limites ao adolescente. Há de forma geral, o reconhecimento da autoridade dos pais.

#### 4.2.2 Relações interpessoais

Nessa categoria destacou-se o convívio com os irmãos, pares e o ambiente escolar dos adolescentes.

João, do **caso 1**, apresentou a convivência fraterna, sem conflitos aparentes. Quanto aos grupos de pares, indicou possuir maior liberdade antes da denúncia, quando frequentava e pernoitava na casa de colegas, saía à noite e se reunia com os amigos. Após a internação, destacou a restrição em sair da residência, até mesmo em permanecer em frente ao portão.

Neste sentido, o temor pela tratamento social diante da acusação de abuso e do termo "estuprador" em futuras abordagens policiais, como também é apontado por Penso et al. (2012), mostrou-se bem evidente, talvez por João ter sido o único adolescente dos casos pesquisados, que passou pela experiência da internação na UNEI.

Em seu histórico escolar relatou ter sofrido *bullying* na infância (dos seis aos dez anos), porém tais características foram minimizadas pelo adolescente, que atribuiu as agressões físicas e verbais sofridas a comportamento "normal" de crianças. O motivo seria o estrabismo. "Eles mexiam comigo porque eu tenho estrabismo. Foi a maior parte por causa disso. Tinha agressão física normal de criança, sabe? Mexer, empurrar, dar soco, fora isso normal." No ano de 2016, houve reprovação escolar do adolescente.

Fabiano, do **caso 2**, apresentou comportamento extrovertido no ambiente familiar, social e escolar. Há convívio próximo com os irmãos maternos (dois), e ausência de contato com os paternos (cinco). Evidenciou característica de liderança entre os pares, e de valorização quanto aos seus atributos nas práticas esportivas, desde a infância. Atualmente, ainda pratica o futebol, participando de campeonatos quando convidados, indicando satisfação ao relatar suas conquistas nessa área.

Para Fabiano, a prática do esporte tende a reforçar seu comportamento de liderança e exercício da agressividade, que pode ser canalizada de forma positiva ou não, no contexto inserido.

Nas relações de amizade, indicou convívio em grupos de adolescente, com abuso de substâncias psicoativas entre os pares, negando porém a sua utilização: Questionado, destacou:

Ultimamente... anda melhor, porque eu andava muito com esses caras que usa droga. Mas eu nunca cheguei a usar. Ano passado eu ficava andando muito com eles, saía muito junto sim, ia pra tal festa aí, os guri tudo junto lá. Agora não. Agora tá mais de boa (Fabiano).

Os comportamentos de riscos se mostraram mais evidentes nessa fala do adolescente, que confirmou a participação em grupos com uso de substâncias psicoativas, mesmo negando o consumo da droga. Tende a atribuir a si, uma postura de invulnerabilidade em relação ao ambiente.

A proximidade com o uso de drogas, é apontada por Pacheco e Hutz (2009), como uma variável preditora do comportamento antissocial.

No ambiente escolar trouxe histórico de baixo rendimento, suspensão, e práticas de *bullying* com os colegas, com o uso de apelido e xingamento. O adolescente também naturaliza seu envolvimento em brigas escolares, aos 12 anos de idade, com grupos rivais, desqualificando as figuras de autoridade escolares:

Não, a gente... brigava a gente brigava, mais era entre os amigos. A gente tinha o nosso grupo lá. Se outra pessoa da escola, tipo quando a gente fez o sétimo ano, era nosso grupo inteiro da sala que ninguém mexia e ninguém falava nada. Era só entre nós, agora, tipo assim, de outra sala; o povo do ensino médio a gente brigava muito com eles. Falavam alguma pra gente, alguma coisa assim, aí a gente partia pra briga. (E aí, acontecia na sala?). - Não, na sala não, perdão. Na interclasse jogando futebol. A gente já começa a quebrar, aí... se os caras já machucassem alguém do nosso time a gente já avisava né?! Se quebrar vai sair soco! Se quebrar vai sair soco! E o diretor nem “tchum”, o diretor é uma comédia! (Vocês nunca chegaram a ser suspensos?) - Não... sim, várias vezes! (Fabiano).

Winnicott (1939/2002) aponta que a agressão pode assumir duas formas de significação, como reação à frustração ou como fonte de energia. No caso de Fabiano, seu comportamento de transgressão iniciado ao final da puberdade, nas disputas entre grupos de pares rivais, indica falhas de contenção no ambiente. Ademais, o esporte é visto para o adolescente, como mais um meio de supremacia e uso da força, e não como forma de interação e valores de cooperação. A liderança de Fabiano se sobressai nesses espaços, como autoafirmação e há a dificuldade de reconhecer os excessos, com a supervalorização dos atos praticados, sem efetiva contenção.

No **caso 3**, Lucas também indicou se relacionar de forma extrovertida, relatando boa convivência fraterna e com os amigos. O esporte também é apontado pelo adolescente como área de grande interesse e de socialização, sendo bolsista da escola desde os nove anos, pela prática de esporte. Negou, contudo, frequentar festas noturnas, em grupos de amigos.

Nota-se que nesse caso, o esporte assumiu outra conotação, além de ser meio de integração com os pares, o compartilhamento do interesse pelo genitor favorece o seu caráter educativo. Pode-se fazer referência assim, a importância de um monitoramento positivo, exercido pelo pai nas atividades do adolescente (Gomide, 2017).

Na questão escolar, Lucas negou queda no rendimento ou histórico de agressões na infância. O adolescente retomou os estudos na escola particular, após pedir transferência, diante da acusação de abuso sexual ter sido na escola pública. Porém afirmou mudanças em seu comportamento, a partir do processo judicial.

Eu era mais extrovertido, mas aí com o passar do tempo eu fui amadurecendo mais e me comporto de uma maneira mais pacífica na sala. [...] Eu conversava mais, mantinha mais diálogos na sala, conversa mesmo, brincadeira e acho que todo jovem faz isso. Mas aí com o passar do tempo foi ficando cada vez menor e fico mais quieto na sala. (Você acha que essa sua mudança tem a ver com o processo que você tá respondendo?) Dizer que não seria hipocrisia, né. Mas sempre tem a ver. (Lucas)

Em relação a Carlos, do **caso 4**, observou-se prejuízos no relacionamento interpessoal, marcado pelo distanciamento, introspecção, sentimentos depressivos, e raiva contida na forma de se comunicar.

No momento da pesquisa, o adolescente se apresentou com perdas afetivas importantes, que comprometeram sua relação com o mundo externo: seja o luto pela morte do pai, morte da namorada, mudança de residência e escola, rompimento de vínculo com a irmã e a própria ação judicial.

(Como foi essa experiência quando a sua irmã foi para a outra casa?): A experiência tipo, a garota chega, fala um monte de coisa de você. E eu só queria, tipo assim. Eu sempre falei que eu queria estar com meu pai e minha mãe lá em Rondônia. Eu perguntei para as minhas tias se eu podia ir pra lá, eu parei de sair, eu fiquei mais trancado na minha, sem conversar, sem conversar muito mesmo. Eu falava com minha mãe de vez em quando, ia dormir cedo demais, e acordava tarde demais. Aí os cultos da igreja eu ia muito, mas era só para mesmo fugir um pouco de casa, não ficar lá naquele local. (Carlos)



Carlos se colocou como o filho desejado e preferido por sua mãe: “Que nem minha mãe falou, eu sou um filho que ela mais tem confiança. Meus tios também. Porque tipo assim, eu falo que eu vou fazer uma coisa, eu vou fazer aquela coisa.” (Carlos). Em contrapartida, indicou episódios de rebeldia, quando passa a desobedecê-la ao chegar tarde em casa, sob efeito de bebida alcoólica, causando estranhamento na genitora. Há um interjogo na relação estabelecida com a mãe, com falhas na comunicação, e uma tentativa de busca de autonomia.

Outro ponto de destaque, foi a tentativa do adolescente negar seus sentimentos de raiva, agindo de forma a reprimir as emoções, e conseqüente descarga de suas pulsões (Freud, 1905/1996). Trouxe histórico de briga escolar na 7ª série, porém explanou que atualmente, ao ser provocado por algum colega na escola, comparece para brigar porém não reage, permitindo ser machucado pelo adversário. Ao mesmo tempo, explanou que teme sua reação caso reaja:

Sim. É muito difícil eu reagir alguma coisa. Se um dia eu reagir, eu sei que não vai dar muito certo, por causa na minha outra escola eu só briguei umas duas vezes. Mas eu não sou aquele que briga só pra parar assim. Eu sou aquele que briga pra machucar. Aí desde o 7º ano eu prometi para minha mãe que eu não ia brigar mais. (Carlos)

O adolescente apresentou assim, uma aparente passividade, contudo, tende a utilizar mecanismos de defesa pouco resolutivo para sua descarga pulsional, sendo a possível ocorrência de abuso uma tentativa de reduzir a tensão.

No **caso 5**, Benício também indicou ser introspectivo e pouco comunicativo. O adolescente não trouxe queixas aparentes do convívio com os irmãos, em especial os paternos, com os quais mantém maior contato. Apresentou poucas amizades, restritas à escola. Fez referência que seu maior círculo de amizades encontra-se na cidade em que reside sua mãe. O adolescente teve dificuldade em organizar os períodos que morou com a mãe, e com o pai, indicando ser constante o rodízio de moradia, e conseqüente troca de escola e perdas de referências de amizade.

O futebol surgiu como um meio facilitador de comunicação para o adolescente, que gosta de praticá-lo nas aulas de educação física. Negou ter vivenciado ou praticado situações de *bullying* na escola, porém denunciou seu sentimento de invisibilidade nos grupos de pares: “Eu sentava lá no fundo, ninguém me via até.” (Ninguém te provocava então. E nos intervalos, recreio?) Fico andando na escola, sozinho.” (Benício)

Diante do isolamento e da invisibilidade, há a manifestação de uma fragilidade narcísica, ameaças à identidade e poucos recursos simbólicos, apontadas por Amparo e Pereira (2012), como possível de ser identificada em adolescentes que saem de uma posição passiva, para a passagem ao ato.

Renato, o adolescente do **caso 6**, também apresentou dificuldade nas relações sociais, isolamento, dificuldade na elaboração dos conflitos, sentimentos depressivos e autoagressivos, com a tentativa de suicídio. “Tentei cortar meu pescoço, mas minha mãe não deixou. Fui tentar cortar com a faca, mas aí ela tirou da minha mão.” (Renato). Há o agravante da doença mental da genitora, que potencializa os sentimentos de distanciamento e falta de perspectivas do adolescente, a cada nova internação.

O relacionamento com os irmãos também é distante, trazendo pouca interação e momentos de afeto. “Eu só ficava trancado dentro do quarto. Porque eu não queria ter contato.” (Renato).

Renato queixou-se que não tem amigos, em decorrência da denúncia realizada e da exposição ocorrida nas mídias sociais pela mãe e tia das vítimas. Reforçou o sentimento de exclusão e isolamento, e distanciamento de alguns amigos, depois da postagem na rede social. Quando questionado se sofrera *bullying*, respondeu: “Não, só no facebook. Quando alguns meninos me chamava de “jack”. (Renato)

Neste caso, se observou diversas privações sofridas pelo adolescente, pedidos de socorro explícitos ao ambiente, como descritos por Winnicott (1956/2002). A suposta prática do ato sexual desviante pode ser resultado da busca de satisfação e afeto (Furnniss, 1993).

Por fim, Eduardo do **caso 7**, expressa bom relacionamento interpessoal com os pares e colegas de escola, mesmo tendo ingressado na nova escola em 2017.

O adolescente fez referência aos grupos de amigos, denominados “bagunceiros” e aos “CDFs”, relatando que antes andava com os “bangunceiros”, porém, mudou de grupo, para evitar o envolvimento em brigas. Indicou transitar nos dois grupos, sem maiores conflitos.

Trouxe como amizade principal, o primo com o qual mantém maior afinidade. “Sim, a gente sempre sai pra andar de bicicleta, fazer várias atividades, que nem amanhã a gente vai pra Afonso Pena. [...] A gente sai pra se divertir mesmo, pra conhecer pessoas novas.” (Eduardo)

Quanto a escola anterior, local que cursou todo o ensino fundamental, trouxe duas reprovações na 7ª série, quando indicou ter se envolvido em conflitos: “Bagunça, muita bagunça mesmo e falta de prestar atenção no que o professor dizia. Hoje eu digo que estou mais quieto, mais calmo. Não fico tumultuando na sala.” (Eduardo). O adolescente também minimizou possíveis episódios de *bullying* que sofreu ou teria praticado, afirmando que as “zoações” eram brincadeiras, sem a intenção de agredir verbalmente o colega.

É possível pensar neste caso, em um movimento de transgressão transitória, apontado por Knobel (2003), em que o adolescente testa os limites sociais e familiares, e com o amadurecimento cognitivo, emocional e supervisão familiar, ultrapassa essa etapa fase do desenvolvimento.

O esporte para Eduardo também encontra-se presente como facilitador na interação com os amigos, inclusive com a participação do genitor: soltar pipa, jogar bola, videogame, bicicleta e tomar banho de rio em chácara da família. Iniciou luta na academia, que também tem se identificado.

#### 4.2.3 Experiência da prática abusiva

Procurou-se observar nos adolescentes como foi vivenciada a prática abusiva para aqueles que a reconheceram e/ou foram acusados de perpetrar o abuso.

No **caso 1**, João reconheceu o abuso sexual, relatando sobre os acontecimentos, porém, minimizando-os:

Bom, na minha opinião, se eu tivesse feito alguma coisa com ela, seria ter estuprado ela, abusado ela, e não foi o que eu fiz... eu mal toquei nela, toquei nela uma vez só... na verdade uma ou duas vezes que eu encostei nela, só que nada de mais. Eu não toquei nas partes íntimas. (João)

Ao mesmo tempo, o adolescente revelou sentimentos de pesar e sofrimento quando confessou o ato na delegacia: “Foi muito ruim, foi péssimo. Eu me senti um monstro”. (João). Questionado, negou já ter tido pensamentos de conteúdo sexual com a vítima, contudo indicou dificuldade de entrar em contato com seus impulsos sexuais. “Não, pelo contrário, eu achava isso...sei lá...não tenho uma palavra certa para explicar, fugiu da cabeça, mas eu achava isso um ato muito sujo, aí depois que eu fui ver, eu tinha cometido esse ato”. (João).

Após a internação provisória, o adolescente retornou ao convívio familiar, e passou a frequentar de forma sistemática os cultos da igreja. Há ênfase nessa ação por parte do adolescente durante a entrevista, como forma de demonstrar arrependimento e garantia que não mais repetirá o ato. Contudo, manifestou o receio de que a comunidade religiosa venha a ter conhecimento dos fatos.

Furniss (1993) destaca a importância de distinguir a negação como mentira consciente no contexto da responsabilização legal, daquela negação como mecanismo de defesa psicológico. Aponta que mesmo quando um dos membros da família admitem legalmente o abuso, não necessariamente o assume psicologicamente, e pode utilizar-se de alguns recursos de negação como defesa: Ex: Negação dos efeitos prejudiciais do abuso, quando quem pratica afirma que o que fez não foi abuso, porque não machucou a criança.

No **caso 2**, Fabiano reconheceu parcialmente os fatos, apresentando um discurso de desvalorização da vítima, quanto a moral e “fama” da adolescente na escola, como justificativa para a ação cometida contra a mesma, sem sua vontade.

Apesar do foco deste trabalho não ser o estudo sobre as questões de gênero, nota-se nesse caso, no discurso do adolescente, a forte cultura de subjugação da mulher, da valorização do masculino em detrimento ao feminino, e a desvalorização quando consentimento ou não da vítima, em participar de práticas sexuais.

Há dificuldade do adolescente em reconhecer que efetivamente tenha abusado da adolescente, mesmo que esteja ciente que fez o uso de força para subjugá-la:

(Qual foi sua participação?) Ah é que tipo assim ela me puxou, ela queria beijar e eu namorava nessa época. Nessa época era com outra garota. Aí eu nem tchum, aí ela puxou e eu fiquei meio assim, né, aí ele tirou o pênis dele pra fora e começou a bater na cabeça dela. Aí eu participei, fiz isso, fiz também. Aí tipo, depois ele começou a forçar e ela falou não. E nessa parte eu já sai. (Qual parte que você fala?). A única coisa que eu fiz foi segurar os braços dela. (O que ele quis fazer que ela não queria?) Que ela... chupasse o negócio dele. (Então você está falando que teve sexo oral?) Ah, não. Não chegou também. Ele queria que ela fizesse isso, mas ela não fez. Ele tentou tirar a legging dela. Aí eu não sabia, nem fiquei sabendo, que ele tinha mordido a bunda dela. Não vi essa parte, porque eu estava de frente e ele de costa. Eu estava olhando, assim, a cara dela e ele de costas. Aí ele tentou tirar a legging dela aí teve uma parte que ela virou de frente pra ele, ele deu chupão nos seios dela e no pescoço dela. Que no outro dia tinha ficado a marca. Aí no finalzinho, aconteceu esse negócio de ele morder a bunda dela. Só que eu não fiquei sabendo dessa parte. Fiquei sabendo só no outro dia que a gente foi dar o depoimento para o delegado. (Tá, você falou que segurou ela. Por que você segurou ela?) Porque ele pediu e outra, tipo assim, ela estava querendo e não estava. Ela estava assim, e aí faço não faço, faço ou não faço... (Mas se você segurou é porque em algum momento ela não queria.) Sim, teve uma parte que ela não queria. Foi a parte de ele morder a bunda dela. (Aham...Como que você se sentiu com isso?) Ah sei lá, eu não fiquei meio assim: “nossa vai causar tudo isso, esse negócio”. Porque, tipo assim, lá na escola ela não era santa, santa assim. Todo mundo lá sabe o jeito que ela é. Eu namorei com ela uma semana, um mês. Não passou disso não. (Fabiano)

Neste caso tanto Fabiano, quanto Lucas (caso 3) foram acusados de subjugar a mesma colega de escola, pelo uso da força. Gabel (1997) aponta o abuso sexual como o desequilíbrio nas relações de poder, e o atentado contra o direito do outro sobre o domínio de seu próprio corpo.

O adolescente mostrou-se contraditório, ao verbalizar sobre a suposta vítima: “Porque, tipo assim, ela não ficou abalada. Não, abalada qualquer um ia ficar, só que com a gente ela agiu normalmente.” (Fabiano). Ao mesmo tempo, reforçou vários estereótipos sociais, quando desqualifica a vítima, que passa a sofrer piadas no ambiente escolar. “Não, porque vazou só entre as amigas delas e essas amigas para os amigos delas. Tipo assim, é que ficou só entre quinze e vinte pessoas, tipo assim, da nossa idade.” [...] “Vou falar a “real” pra senhora, ela não tinha boa fama na escola não. [...]” (Fabiano).

Quando convidado a pensar sobre seus sentimentos, novamente Fabiano rejeita maior reflexão sobre os atos. “Ah fiquei meio assim, né?! Mas tipo assim, os meus colegas e amigos que conhecem ela e me conhecem reagiram de boa, porque todo mundo conhece o jeito dela, por isso que eles ficaram assim de boa.” (Fabiano).

Já Lucas, **caso 3**, negou qualquer participação nos fatos, justificando ter sido envolvido na cena, e atribuindo a Fabiano toda possível responsabilização pelo uso de força a adolescente.

Destacou que não conversava com a suposta vítima, que a tentativa de responsabilizá-lo, era porque a jovem gostava de Fabiano, e pretendia assim, dividir com Lucas a responsabilidade dos fatos. O adolescente colocou-se na posição de mero acompanhante e vigia do casal:

Aí tinha uma rua que dava bem no bairro dela aí eu acompanhei, porque a gente tava conversando e eu fui mais pra acompanhar mesmo, porque eu sabia que eles tinham essa relação mais afetuosa. “Por isso que eu fiquei mais pra baixo, eu nem conhecia ela direito, a gente nem conversava. Ela mesmo falava que não gostava de mim. (Lucas).

Importante pontuar que ao mesmo tempo que o adolescente negou ter presenciado algum tipo de violência praticado por Fabiano, trouxe elementos que podem indicar um possível pedido de ajuda da adolescente:

Então, voltando ao processo, como eu disse se tava algum clima forçado eu não percebi nada. Porque se eu percebesse que ia dar alguma coisa ruim na mesma hora eu teria ido embora dali, né. Eu sabia do que estava acontecendo eu não era uma pessoa desinformada, tive minha orientação. [...] (E você também não escutou uma reação dela?) Não. A única coisa que ela falava era: “Lucas me ajuda”. Mas não era seriedade, ela falava em certo tom de sarcasmo, de brincadeira. Mas ela disse isso apenas uma vez. (Lucas).

No **caso 4**, Carlos também negou os fatos, e atribui a denúncia realizada pela irmã como tentativa de vingar-se, após não apoiá-la em uma briga escolar. O pano de fundo girou em torno do ambiente escolar, visto que a denúncia efetivamente se concretizou na escola, quando a irmã conta para a coordenadora.

O adolescente demonstrou sentimento de pesar e revolta, por sentir-se injustiçado pela denúncia da irmã, que se confundem com os sentimentos de tristeza e sofrimento pelas perdas afetivas, que se sucederam ao adolescente, após a denúncia.

Há uma dificuldade em diferenciar em Carlos, os sentimentos decorrentes do relacionamento com a irmã, familiares e terceiros, dos sentimentos que são decorrentes de suas recentes perdas afetivas. Habigzang et al. (2008), apontam a possibilidade de comportamentos de abuso sexual reproduzidos no meio familiar, e dos laços de proximidade entre perpetrador e vítima. Nota-se que a mãe dos adolescentes sofreu abuso sexual na infância, como destacado na Tabela 4, e será melhor discutido na entrevista com os pais.

Carlos colocou-se de forma vitimizada, reafirmando seu sentimento de incompreensão pela denúncia ocorrida, e que sempre teve o apoio da mãe e do irmão, que acreditaram em sua negativa.

O advogado falou pra minha mãe. Aí ela falou: “Eu sei que você não fez nada. Eu também não vou falar nada que você fez.” Aí eu falei, mãe se é pra

ela voltar pra casa fala que foi eu, pode falar, pode falar, eu sei que não fiz, eu tô com a consciência limpa. Pode falar que fui eu que fiz. Depois disso a gente foi pro coisa daqui, juíza daqui. Aí a juíza começou a falar um monte de coisa pra mim, tipo assim: quando eu tô com raiva eu chego a sorrir muito. (Carlos)

O adolescente, ao se referir a irmã, procura reforçar a imagem de uma criança voluntariosa, cheia de vontades e caprichos, que o denunciou por estar com raiva, por querer morar com o pai e por influência de programas televisivos. “Antes da denúncia eu levava ela pra igreja. Ela pedia eu levava. Ela pedia as coisas, vivia pedindo pra minha mãe pra eu levar ela pra sair, pra sair com ela.” (Carlos). A influência religiosa também mostrou-se bem presente na fala do adolescente.

No **caso 5**, Benício reconheceu o ato praticado contra a filha da madrasta, por três vezes, no ambiente doméstico. Apresentou dificuldade em expressar seus sentimentos em relação ao fato, com certo distanciamento afetivo. Atribui a ação ao uso de substâncias psicoativas, como o álcool: “Eu estava bêbado, nem sei o que se passava na minha cabeça nesse momento.” (Benício). Porém, reconheceu também que já havia praticado o ato, sem estar sob efeito da substância. Verbalizou que procurava estimulá-la pra saber como era, e sentia “tesão” com o ato praticado, negando contudo, já ter tido experiências semelhantes com outras crianças.

Novamente o mecanismo de negação se faz presente, e como Furniss (1993), descreve, nesse caso há a tentativa de associar o uso de álcool como forma do abusador não se sentir responsável pelo ato praticado. Contudo, a autora enfatiza:

Assim, como as admissões legais não podem ser vistas automaticamente como assunção de responsabilidade no nível interpessoal e psicológico, também é inadequado supor que a negação, por parte das pessoas que cometeram o abuso, torna impossível o tratamento. (Furniss, 1993, p. 25)

O adolescente afirmou que costumava suprir suas curiosidades em sites pornográficos, pela internet, com imagens de mulheres. Sanderson (2005) pontua sobre a influência da pornografia



como fator de estimulação sexual precoce para os adolescentes, diante do atual fácil acesso a sexo virtual na Internet.

Freud (1905/1996) fala da distorção do objeto sexual, e da criança ser utilizada como substituto para a descarga da pulsão libidinal. Contudo, apesar de se reconhecer as limitações de dados, diante de uma única entrevista com o adolescente, é possível pontuar o risco desta prática abusiva constituir como uma síndrome de adição para o adolescente, discutido por Furniss (1996). Benício reconheceu ter estimulado a criança em três momentos diferentes, durante a madrugada, enquanto a criança e os pais estavam dormindo, provavelmente utilizando-se da bebida alcoólica como desinibidor.

Benício destacou que inicialmente os familiares não acreditaram quando a criança relatou sobre os abusos para a avó materna. “Tipo, não acreditou que eu fiz. Achava que eu não fazia isso.”, demonstrando a tendência da família em desacreditar da palavra da criança.

Entretanto, destacou que optou por reconhecer o ato na delegacia, na frente do genitor, sinalizando a tentativa de recorrer ao ambiente, no caso, o sistema de justiça, a contenção e limite necessários (Winnicott, 1946/2002) diante da angústia desencadeada.

Eles me chamaram lá pra falar né? Ficaram perguntando pra mim se era verdade ou mentira. Aí até que na hora que ela falou que ia escrever o que eu estava falando, eu pedi para falar com o meu pai em particular. Aí falei pra ele e expliquei tudo. (Como foi a reação dele?) Foi ruim. (O que ele falou ou fez?) Ele falou para eu falar toda a verdade. (Como você se sentiu quando você confessou?) Eu me senti bem melhor em falar a verdade. (Benício).

No **caso 6**, Renato negou a prática do abuso, contudo, atribuindo sofrimento pelo tratamento recebido na época da denúncia. Sofreu agressões físicas pelos familiares da vítima e pelo avô paterno, exposição do caso na rede social e ameaças de grupos no bairro em que morava.

O adolescente justificou que não era o único a exercer os cuidados de higiene das meninas na fazenda, que ficavam sozinhas no local, enquanto a mulher do avô permanecia na cidade.

“Cuidar tipo, que era eu, meu vô, meu primo, que é enteado dele (avô) e meu tio. Tipo, era uma semana de um cuidar e dar banho, na outra semana, do outro cuidar e dar banho. [...] E acrescentou: “Dava banho, fazia comida, lavava roupa.” (Renato).

Renato ao se referir às crianças, demonstrou sentimento de rivalidade: “Elas eram muito nojentas. Elas faziam meu avô me xingar direto.” (Renato). Questionado sobre sua reação, ele completou: “Eu não fazia nada, falava para o meu vô e ele não ligava.”, Atribuiu a acusação a sentimento de raiva que a madrasta sentia por ele.

Verificaram-se falhas importantes na rotina familiar, que tende a favorecer a ocorrência de abuso sexual, no caso 6. O adolescente era quem ficava responsável pelos cuidados de higiene das crianças, assumindo função e responsabilidade que seriam dos genitores. A mãe não pernoitava na fazenda com as crianças, e o pai, avô do adolescente, delegava aos outros familiares, todos do sexo masculino, os cuidados das meninas.

Penso et al. (2012) fazem referência a características observadas em adolescentes que praticaram abuso sexual: a falta de projeto parental, a impossibilidade de identificação com os genitores, e a utilização dos adolescentes em uma posição de dominação doméstica, em que muitas vezes os jovens reproduziam, subjugando as crianças que ficavam em sua responsabilidade.

No **caso 7**, o adolescente Eduardo também negou os fatos, atribuindo a criança comportamento sexualizado. Que seria a criança quem teria pedido para ter relações sexuais com ele, e ao rechaça-la, contou a mãe que sofrera o abuso sexual. O adolescente atribuiu o comportamento da criança à atitude da genitora, que a seu ver era negligente, pois levava vários parceiros na vila, e deixaria a filha assistir filmes pornô e presenciar relações sexuais.

O que aconteceu foi o seguinte. Antigamente na minha casa, não tinha muro. E até hoje não tem. E só era três cômodos, eu e minhas irmãs dividíamos o mesmo quarto, e o nosso quarto era o cômodo dos fundos. E como minhas irmãs já conheciam a vizinha, nós estávamos no meu quarto jogando videogame, aí a menina, filha da moça que prestou queixa na delegacia, subiu em cima do tanque no fundo e perguntou se eu queria ter relações

sexuais com ela. Eu disse que não, e disse que eu ia falar pra minha mãe conversar com a mãe dela sobre isso. Aí gerou essa denúncia contra a mim. (Eduardo).

O adolescente mostrou-se confiante a maior parte do tempo, relatando o sentimento vivenciado com a acusação.

Eu fiquei um pouco estranho, tipo, porque eu não achei que a irmã dela ia denunciar, ou a mãe dela. [...] Pelo fato dela ter falado com minha mãe, de ter conversado com eles, eu achei que não ia ser nada, que ia deixar a guria afastada entendeu? Até porque todo mundo sabe o peso que isso tem. (Qual é o peso?) Sabe que isso é grave né? Se ocorreu ou não. Eu sei que não ocorreu. (Eduardo).

Eduardo justificou ainda, que posteriormente, a mãe da criança reconheceu que não houve abuso sexual, porém não pode retirar a denúncia. Que atualmente, a família mantém contato com a tia da vítima, sua vizinha, em “festas, churrasco, coisas de família, e que por vezes, encontra com a criança nesses eventos familiares.

Observa-se que a Eduardo também foi atribuído a função de cuidar e se responsabilizar pelas irmãs, que mantinha contato frequente com a vizinha; porém os pais do adolescente se mostraram mais presentes na rotina diária. Porém, apesar de atribuírem a família da vítima a suposta falsa acusação de abuso, continuam mantendo contato com os mesmos familiares.

#### 4.2.4 Consequências após a denúncia

No **caso 1**, João mostrou-se muito contido e com pouca abertura familiar para conversas sobre sexualidade, dúvidas e curiosidades. Manifestou o temor em entrar em contato com seus desejos: “Ah eu tento não pensar, não pensar nessas coisas, eu tenho um medo sabe? Assim, dentro de mim, de querer pensar sabe?”.

O adolescente enfatizou mais as consequências familiares do que pessoais, em especial o sofrimento paterno: “Eu não gosto de conversar isso com eles, porque... não sei se pra eles foi pior

do que pra mim, só sei que meu pai, ele está mal até agora, na verdade. Todo dia ele fica com essas paranoias na cabeça, com medo de eu voltar a ser preso.”

A internação temporária do adolescente foi vivenciada com forte angústia e trauma pela família. Por ter reconhecido a prática do abuso, João ficou detido temporariamente por 40 dias, punição esta que, em termos psicológicos, pode não ter contribuído de forma efetiva para a compreensão do ato praticado, pelo adolescente. Costa (2005) fala da importância de considerar o nível de desenvolvimento do adolescente, a natureza da infração e as condições que o Estado oferece, na tomada de decisão da aplicação de uma medida socioeducativa. No caso em tela, a reclusão foi temporária, pois não houve decisão judicial até o momento.

No **caso 2**, não houve orientação familiar para o adolescente, após a denúncia, visto que a mãe e a avó não conversaram diretamente com Fabiano “Eu cheguei a conversar com meu irmão mais velho. Com minha mãe não, ela ficou meio decepcionada. Minha avó, minha tia também não.” As principais figuras de autoridade e referência do adolescente, negligenciaram os fatos, omitindo-se de conversar com o mesmo, indicando, como observa Gomide (2017), falhas nas práticas educativas.

O irmão mais velho é apontado como a referência para o adolescente, quem exerce o mínimo de contenção e limite. Contudo, o próprio irmão, já foi preso e responde processos judiciais. O envolvimento de familiares em atos ilegais é um indicador de risco para o comportamento antissocial dos adolescentes.

O adolescente não destacou mudanças em sua rotina, apontando apenas como consequências a mudanças de amigos. “Ah, eu fiquei meio assim, aconteceu essas coisas de boa, de boa não, coisa ruim, aconteceu, mas eu não mudei nada do que eu fazia, só minhas amizades.” (Fabiano).

No **caso 3**, Lucas apresentou como consequências da denúncia, mudanças emocionais, como o temor de alguma represália por parte da família da vítima: “Na verdade eu não sei muito exato, eu tinha medo de... como eu não conhecia ela e a família dela e o povo tava falando que o pai dela queria matar a gente [...]”

Houve também maior supervisão paterna, como levar e buscar o adolescente na escola, mudança de instituição de ensino, restrição nas atividades extracurriculares desenvolvidas por Lucas, assim como a procura pelos pais de uma avaliação psicológica para o filho, a fim de subsidiar a ação judicial.

Lucas trouxe como necessárias tais intervenções dos pais, manifestando compreensão pelos limites impostos: “Ah eles me deixaram em casa. Na verdade, tudo que eles fizeram foi necessário eu entendi, não discordei. Eles mantiveram minhas atividades depois da escola, não tiraram, mas diminuíram, cortaram por um certo momento e eu concordei”. Nesse momento, há a necessidade do meio oferecer condições necessárias de contenção ao jovem (Bueno, Mishima & Barbieri, 2010).

No **caso 4**, após a denúncia, houve o rompimento temporário dos irmãos com a vítima: “Aí chegou o acontecimento disso aí, que ela falou. Aí parou o contato total. O irmão mais velho, o de 18 e o de 11 pararam de falar com ela por um tempo.” (Carlos).

Como consequência para o adolescente houve o afastamento dos amigos, perda de confiança dos colegas no ambiente social e maior retraimento emocional: “Eu perdi a confiança dos meus amigos, dos colegas, praticamente colegas de escola. E acho que também não queria mais fazer amigos, e também me fechei um pouco.”

O isolamento pessoal e as mudanças de convivência familiar mostraram-se mais significativas para o adolescente, após a denúncia

No **caso 5**, Benício não apresentou mudanças em sua rotina, com dificuldade em apontar possíveis repercussões sobre o ato praticado. O sentimento de negação por parte dos familiares

também mostraram-se bem presentes, não existindo nenhum tipo de sanção ao adolescente, ou busca de acompanhamento psicológico por parte do pai.

A invisibilidade de Benício continuou a existir, mesmo diante da revelação do abuso sexual, e da dificuldade do pai em reconhecer o pedido de ajuda do adolescente.

A única alteração observada na família do adolescente, foi a mudança de residência da vítima, que passou a morar com o pai e a não frequentar a casa materna.

No **caso 6**, Renato também apresentou vários prejuízos sociais e emocionais, como consequências da denúncia, apesar de ter dificuldades de reconhecê-las, indicando um empobrecimento simbólico e sublimatórios, como apontados por Amparo e Pereira (2010). Contudo, o risco de atitudes autodestrutivas, diante do afastamento social e familiar, revelou-se como um risco importante.

Já no **caso 7**, as consequências vivenciadas foram mais de ordem prática, como o fato de Eduardo ter que faltar aula para comparecer ao fórum, faltar prova, não trazendo prejuízos no convívio familiar ou social, ou mesmo mudanças de rotina diária.

#### 4.2.5 Expectativas quanto ao futuro

Por fim, em relação a expectativa quanto ao futuro dois aspectos se destacaram: a resolução quanto ao processo judicial e projeto de vida.

**João (caso 1)** manifestou o temor de ser interno novamente, e associou a medida socioeducativa de prestação de serviço comunitário ao trabalho braçal ou pagamento de cestas básicas. O adolescente conseguiu visualizar-se no futuro, manifestando a vontade de concluir o ensino médio e ingressar em faculdade de música.

**Fabiano (caso 2)** demonstrou o desejo de concluir o processo antes de completar a maioridade penal. O adolescente não conseguiu visualizar possibilidades de reparação do erro: “Já

aconteceu o que tinha que acontecer, processo, essas coisas, é só não repetir, né?”. Indicou como planejamento futuro concluir os estudos e viajar: “Ah, eu tenho um irmão que pretende ir para Portugal, né?! [...] Aí vou me formar, fazer o que tem que fazer e vou vazar, ficar bem distante desse povo aí.”

**Lucas (caso 3)** também apresentou o desejo de finalizar a ação judicial, demonstrando maior temor sobre sentença, porém demonstrou ter informações sobre as questões legais do seu processo: “Eu tinha muito medo desse negócio de internação, mas já falaram que isso não acontece por eu ser réu primário né?”. O adolescente indicou maior reflexão sobre seu envolvimento no caso:

Todo dia eu penso sobre isso, se eu não tivesse ido, se eu tivesse ido embora, se eu tivesse interferido, sei lá. Várias coisas, mas como a gente não pode voltar atrás do que a gente já fez tem que só continuar, assumir. [...] Eu tô me mantendo fora de qualquer zona de problema, se eu vejo algo estranho na mesma hora eu saio. Que isso aí serviu pra um aprendizado enorme, serviu para o resto da vida. (Lucas).

Quanto aos planos para o futuro, trouxe de forma genérica, manifestando o desejo de ter uma vida “normal”, como trabalho e filhos.

**Carlos (caso 4)** apresentou a expectativa de que a versão contada pela irmã, seja modificada no decorrer do processo: “Eu espero que a verdade seja dita, até por ela. Porque eu tenho certeza que ela esqueceu da história que ela contou. E a história que ela contou vai mudar totalmente o enredo dela”. O adolescente apresentou como planos de futuro cursar faculdade, alternando entre os cursos de Direito, Medicina ou Letras, relatando dúvidas quanto a melhor escolha, próprias dessa fase.

**Benício (caso 5)** apresentou também pouca reflexão sobre a ação judicial: “Eu espero que resolva isso tudo, e só. Espero que ele entenda o meu lado, que foi só por curiosidade mesmo. Eu sei que fiz errado, tô arrependido.” Houve dificuldade de pensar em possíveis alternativas de reparação do ato, associando com pagamento de cesta básica, ou pedido de desculpas. Quanto aos

planos de futuro, indicou desejo de ingressar no exército, aguardando o resultado do alistamento militar.

**Renato (caso 6)** também apresentou dificuldade em pensar sobre a ação judicial e suas consequências: “Não sei...quero ver o que vai fazer. Eu queria que parasse isso aí.”.

Também apresentou dificuldade de reflexão sobre o futuro. Mostrou-se apático e sem perspectivas: “Não sei.”, afirmando apenas, que se vê jogando bola, “Jogando em algum time grande”, mas sem nenhum relato mais concreto sobre a busca desse desejo.

Por fim, **Eduardo (caso7)** que também destacou o desejo de finalizar a ação judicial, com a comprovação de sua inocência. Mostrou-se ciente das etapas processuais, e da proximidade da audiência judicial. Quanto aos planos de futuro, evidenciou o desejo de ser militar de carreira do exército, aguardando inicialmente, o alistamento militar.

De forma geral, os adolescentes externalizaram a preocupação com a decisão judicial, e as consequências das denúncias para futuras oportunidades de trabalho e educação. Contudo, Benício e Renato foram os que apresentaram maior dificuldade no planejamento a médio prazo, com dificuldade de refletir sobre desejos e projetos.

### **4.3 Análise das entrevistas com os pais**

Dos dados coletados a partir da percepção dos pais sobre os adolescentes, estabeleceu-se três categorias de análise para estudo e discussão: 1) Cuidados parentais; 2) Relações interpessoais do adolescente; e, 3) Repercussão familiar com a denúncia.

#### **4.3.1 - Cuidados parentais**

No **caso 1**, os pais enfatizaram os cuidados exercidos ao adolescente desde o nascimento, ocorrendo o único afastamento do lar, com a internação provisória de João. Observou-se porém, que



a imposição de limites e controle, se intensificou após a ação judicial, principalmente exercido pela figura paterna.

A mãe demonstrou maior preocupação em reforçar seu papel enquanto cuidadora do adolescente, temendo o julgamento social. Contudo, sobre os membros familiares, evidenciou sua preferência afetiva ao terceiro filho do casal, “Aí depois vem o (3º filho). [...] esse aí é a minha paixão. Esse aí é nota dez da família. Ele é o que todo pai e toda mãe ia querer, um filho igual a ele. [...]”. Já em relação a João, trouxe poucas referências, recorrendo em vários momentos, a sua crença religiosa para embasar seus modelos de educação.

O pai mostrou-se voltado às necessidades de João, reforçando o afeto e proteção ao adolescente, independente do ato infracional praticado:

Eu olho pra ele assim, e sempre vejo um menino de boa índole, de futuro sabe? Pelo comportamento dele mesmo em casa. Um menino sossegado, um menino tranquilo. Não é um menino revoltado, sempre tava estudando. Tem seus coleguinhas, mas fora isso, não vi nada de anormal, pra eu falar 'esse menino não tem jeito, é isso, é aquilo.' O João sempre teve conosco, procurando sempre estar fazendo de tudo, de carinho, de atenção com ele. (Pai, caso 1).

É possível observar que se trata de uma família que busca se reorganizar, para auxiliar o adolescente. A figura paterna é representativa de afeto e tenta resgatar no filho aspectos positivos. A mãe, apesar de indicar preferências afetivas entre os filhos, também tenta proteger o adolescente.

Os pais temem reviver o aprisionamento do filho, em que a mãe se utiliza da religião como forma de tentar conter o adolescente, enquanto o pai, tende a exercer uma supervisão mais voltada para a fiscalização do adolescente (Gomide, 2017), com risco de obter um resultado inverso do esperado. Ao invés de oferecerem um ambiente de contenção e “suficientemente bom” (Winnicott, 1939/2002) a João, correm o risco de oferecer um ambiente opressor.

No **caso 2**, destacou-se uma mãe que superprotege os filhos e encontra dificuldade em rever seus modelos de maternagem. Há dificuldades de comportamento vivenciados pelos outros dois

irmãos mais velhos que Fabiano, que resultaram em abrigamento na infância e prisão na idade adulta. Em relação a Fabiano, há supervalorização das ações do adolescente, e minimização de seus comportamentos de risco: “O Fabiano gosta das coisas muito certa, muito correta sabe? Sabe? Dentro da escola, até agora, ele não me deu trabalho nenhum. Ele é do tipo se ele tem algum problema, ele chega, ele me fala”. Contudo, esta informação contradiz com fatos relatados pelo adolescente, que discorreu sobre dificuldades escolares e de comportamento no ensino fundamental.

Como aponta Gomide (2017, p. 81) “A importância das regras, a monitoria adequada e o modelo moral são as formas positivas de se relacionar com os filhos”, o que parece indicar falhas importantes no caso de Fabiano.

Quanto à figura paterna, o padrasto é apresentado como a referência em substituição ao genitor, sendo que inclusive Fabiano o denomina com “pai”, e segundo a genitora, mantém bom relacionamento com o mesmo: “E a identificação que ele tem com o meu marido é incrível. Não só ele, como os irmãos. O mais velho tem uma barreira de ciúmes, mas Fabiano e o irmão, é Deus no céu e o padrasto na terra.”

No **caso 3**, os pais manifestaram convívio próximo ao adolescente, com vínculos positivos, exercendo proteção e supervisão ao filho. O pai acompanha Lucas nas atividades esportivas e extracurriculares, indicando interação e conhecimento de sua rotina, compartilhando a paixão pelo futebol. Destacou que os demais filhos lhe atribuem sentir preferência pelo caçula, o que não concorda: “[...] 'Aaah esse vai ser o caçula, vou dar tudo pra ele '. Não, sempre tentei é, entre os três, fazer o que fazia pra um, fazer pro outro também. Apesar que eu sei, que eles acham que eu dou tudo pro Lucas.”

A mãe se definiu como a “general” da família, aquela que impõe limites e regras, que cobra o rendimento escolar, porém, mostrando-se reflexiva quanto a educação do adolescente: “Eu sou a

general. Eu faço questão e não tenho vergonha de falar não. O pessoal às vezes me critica: você só cobra e cobra... Eu falo: eu cobro, mas eu também abraço e beijo.”

Destacou-se dificuldades financeiras no passado, quando o pai ficou desempregado, motivando à época, o retorno do adolescente para a escola pública. Também há histórico de separação por um período de um ano, quando a genitora se ausentou da residência. Porém, não houve perda de vínculo com os filhos, que continuaram residindo com o pai na moradia da família. Após esse período, reatam o relacionamento conjugal, meses antes do envolvimento do filho na ação judicial.

Não, ele não. Eu que me afastei, ele deve ter até comentado, né. No ano retrasado eu me afastei de casa, por conta de um problema pessoal entre eu e o meu esposo. [...] Enquanto a gente alinhava algumas coisas que estava precisando. Ai eu retornei. Mas eles nunca saíram de casa. (Mãe, caso 3).

No **caso 4**, a mãe possui quatro filhos de relacionamentos diferentes, exerceu a maternagem sozinha, sem participação dos respectivos genitores. Possui relação próxima com a família extensa: avó e irmãos maternos, que inclusive, participam de forma ativa nos cuidados do adolescente e demais irmãos. Há nesse caso, uma participação mais ativa da família extensa, como mediadora do conflito familiar.

A mãe, apesar de se mostrar afetiva e verbalizar que procura aplicar regras e limites aos filhos, em relação ao adolescente e a vítima, mostrou-se em vários momentos contraditória. Negou qualquer possibilidade do adolescente ter praticado o abuso com a irmã, utilizando-se como recurso, a desqualificação da própria filha, em seu discurso:

Assim, eu falei pra minha mãe, como uma menina que o cara colocou lá: 'você não viu o cara abusando da sua filha todo o dia, e estuprando sua filha todo dia'? Ele falou desse jeito pra mim. Eu falei como que uma menina que é estuprada todo dia vai ficar desse jeito aí brincando, dando risada. Ela foi pro IMOL fazer o exame de corpo delito, ela fazia assim, pro meu filho, dando risada. [...] Eu sempre falo: “Senta direito”. Eles (os irmãos) brigam com ela. [...] Minha mãe: 'Vânia, põe uma roupa, Vânia veste um short por

baixo desse vestido, Vânia põe um short por debaixo dessa saía, sabe? O irmão do meio: Por que você não veste uma roupa menina. Eu acho que se fosse uns meninos malicioso eles ficavam olhando, mas eles falam. (Mãe, caso 4).

Furniss (1996), faz referência as mães que não conseguem reconhecer o abuso. Muitas vezes elas próprias sofreram o abuso sexual ou temem reconhecê-lo, diante do rompimento familiar. Muitas vezes tendem a se sentirem culpadas por não terem protegido os filhos, ou sofrerem acusações da família ou da rede de atendimento.

A mãe de Carlos, relatou o histórico de abuso sexual que sofreu, aos 11 anos de idade, pelo filho da madrinha, de 23 anos, porém negou ter lembranças do ato sexual em si. “Minha mãe falou assim, que ia dar parte dele, que ele tinha me estuprado. Só que pra mim não tinha acontecido nada. [...]” Em outro momento, acrescentou a fala do próprio rapaz que a abusou: “Depois de uns dois, três meses, ele falou pra mim: 'Você não viu que a cama tinha sujado de sangue?' Eu falei: 'Não, não lembro disso.' E eu não lembro mesmo”. Na época, foi obrigada a se casar com o agressor, permanecendo por um ano e sofrendo maus tratos da família dele. Conheceu o pai de Carlos, também com 23 anos, e foi ele então que saiu da casa da madrinha. “Ele sempre cuidou de mim”, referindo-se ao pai de Carlos.

Outra dificuldade observada, foi a dificuldade da genitora em lidar com as manifestações sexuais normais apresentadas pelos filhos, durante o desenvolvimento dos mesmos. Trouxe três situações relacionadas a questões sexuais, em que atuou de forma agressiva e descontrolada:

O primeiro episódio, quando Carlos contava com três anos de idade, e encontrou a enteada, na época com 9 anos, manipulando o filho. Ao surpreendê-los, bateu em Carlos:

Assim, eu não me arrependi de ter batido. Não me arrependi de jeito nenhum. Porque ele é meu filho. Assim.. (Mas você acha que ele entendia o que tava acontecendo?) Não entendia, mas assim, na hora da minha raiva... e assim, eu tava muito... é, eu tava grávida, e eu tava muito estressada por

causa do pai dela. [...] Aí então, eu fiquei cega na hora, entendeu? (Mãe, caso 4).

O segundo episódio, foi quando Carlos, então com seis anos de idade, estava se masturbando no banheiro. Novamente a mãe lhe aplicou uma surra. “Dei. Aí minha mãe brigou comigo, me esculambou. Disse que eu não podia fazer aquilo, vai que o menino pegava e se reprimia e ia querer virar viado. Foi o que ela falou pra mim. ”

O terceiro ocorreu com a filha, aos 6 meses de idade, quando a viu explorando seu corpo: “E assim, eu não bati, não fiz nada. Só briguei com ela: 'Que que é isso menina?' Aí ela assustou, e tirou a mão. Tava com a mão na vagina. Ela tava com seis meses. Fora isso não vi mais nada”.

As dificuldades apresentadas pela genitora, extrapolam dúvidas de como manejar conteúdos sexuais trazidos pelo filho, e sim, indicam a grande desorganização emocional e psicológica a que fica exposta, quando confrontada com tais questões, procurando reprimir a todo custo tais eventos.

Nesse caso é importante observar a possível perspectiva intergeracional, que o abuso sexual pode representar nessa família (Furniss, 1996), e que foi denunciada com a denúncia formal na justiça.

No **caso 5**, a vinculação familiar mostrou-se presente, mesmo após a separação conjugal dos genitores, que ocorreu quando Benício possuía seis anos de idade. O pai destacou que possui 12 filhos, que mantêm contato entre si, e reafirmou o respeito do adolescente quanto a hierarquia paterna.

Há contudo, o reconhecimento pelo genitor, da alternância de moradia do adolescente, que trouxe prejuízos escolares ao jovem, e ao estabelecimento de rotina. “É aquele tipo de coisa, não para. Foi depois que eu coloquei um ponto final: Filho, ou você fica aqui, ou você fica na sua mãe. Porque se não você perde tempo, perde tudo.”

O pai retratou bom relacionamento do adolescente com os irmão e a madrasta, definindo-o como um adolescente prestativo no ambiente familiar, e que não faz objeção às normas apresentadas pelo pai.

Reconheceu contudo, dificuldade em manter uma comunicação aberta com o adolescente, principalmente relacionado com as questões de sexualidade: “Não sei. É uma coisa que falta a gente conversar. Essa minha amiga, que é uma senhora de idade, ela fala: 'Você tem que conversar mais.' Mas na hora que eu tenho tempo pra conversar, eles não estão em casa.”

No **caso 6**, a mãe trouxe à tona, muitos conflitos familiares, que permearam os cuidados dispensados ao filho. Historiou a relação conjugal com o pai de Renato, quando tinha 11 anos, e vivia em situação de rua com a genitora. Conviveu com o ex-marido até os 14 anos, sofrendo violência doméstica. Separou-se quando passa a morar com o pai, que reatou com a genitora. Contudo, esta morre de câncer, e o pai, logo se casou com a atual companheira.

Vários foram os relatos de abandonos familiares e rompimento de vínculos, no discurso materno. Após desentendimento com a madrasta e já em novo relacionamento amoroso, a genitora deixa Renato e a irmã mais velha, aos cuidados do avô materno. Nessa época, o genitor de Renato já se encontrava preso, por tráfico de drogas, não estabelecendo contato com o filho. O adolescente então é criado pelo avô na chácara em que trabalhava.

A mãe relatou histórico de abuso sexual, quando tinha cinco anos de idade, pelo padrasto do pai. Também queixou-se de ser acusada injustamente de abandono de incapaz, tendo sido presa, e sofrido agressões por outras detentas. O atual companheiro encontra-se preso, por homicídio. Destacou o desenvolvimento de sua doença mental, informando que realiza tratamento no CAPS: “Eu tentei oito vezes suicídio. Tenho dez internação. Tô com Transtorno de Personalidade Borderline e Depressão Psicótica. Tomo calmante de manhã e à noite.”

Enquanto referência paterna, a mãe sinalizou como figura principal, a do avô materno, porém, desde a denúncia, a relação do filho com o avô ficou estremecida. Também destacou forte vínculo do adolescente com a irmã mais velha. “Ele abraça. Ele deita no colo dela. Quando ele quer conversar, ele conversa com ela. Porque os dois sofreram juntos né? O que eles passaram eles passaram juntos.”

Ademais, a genitora atribui a filha mais velha, a responsabilidade materna a qual não consegue exercer, reconhecendo e verbalizando abertamente essa dificuldade:

A minha filha ela é muito carinhosa, ela é a mãezona de todo mundo. Ela tem 17 anos e é a mãe de todo nós. Ela ama demais o Benício. Ela não gosta que brigar com ele. O carinho que eu não dou pra ele, ela dá. Ela agrada, ela se preocupa com os irmãos mais novos, a roupa que a irmã vai na escola. Ela levanta, ela acorda de manhã. Ela faz café, ela acorda todo mundo. Ela já quer limpar a casa. Ela pega e arruma a irmã pra ir pra escola. Ela é mãe de todo mundo. (Mãe, caso 6).

Os prejuízos ambientais e privações são recorrentes e constantes no histórico familiar apresentado, o que prejudica consideravelmente uma integração de personalidade saudável, de independência do adolescente (Winnicott, 1962/2007). Há também um pedido de socorro da própria mãe, que seria quem deveria exercer o papel de ambiente acolhedor e protetor ao jovem.

Por fim, no **caso 7**, as figuras parentais se mostraram presentes na rotina do filho, porém, devido às dificuldades laborais dos pais, desde criança, Eduardo assumiu a responsabilidade de cuidar das irmãs mais novas, na ausência dos genitores, como destacado nas falas da mãe:

Porque nós vivemos umas dificuldades, foi bem difícil, eu trabalhava de diarista. Então, ele falava assim, aos sete anos: “mãe, eu fico aqui com a Monica (irmã)”. Às vezes eu levava eles, para ele olhar a irmã enquanto eu trabalhava. Dai ele já criou uma responsabilidade né? Por estar me ajudando. E nessa época meu esposo trabalhava viajando muito, era somente nós três. Então, ele me ajudou muito, cuidando das irmãs dele. [...] eu saía ainda cedo de casa... Amanhecendo e chegava já quase escurecendo. [...] E aí eu sempre tive a preocupação de deixar ele sempre cuidando das irmãs dele, mesmo o horário que eles vão para a escola, os quatro juntos, voltam juntos e ficam juntos em casa. (Mãe, caso 7).

A genitora informou histórico pessoal de muita restrição social, afirmando que teve uma infância difícil: “Uma infância só na igreja, só em casa, na escola, não tinha vida social.” [...] “Eu não conhecia Campo Grande, fui conhecer só depois que eu casei”. Casou os 17 anos, engravidou sem planejamento, e acredita que o amadurecimento pessoal, veio com o nascimento da terceira filha.

A mãe revelou dificuldades em manifestar afeto ao adolescente, o que não acontece com as filhas, atribuindo essa condição à sua educação repressiva:

Eu falo assim: “Meus Deus, cria no meu coração amor assim, não amor, porque amor eu tenho, eu não tenho afeto, assim, aquele afeto assim, eu vejo mãe, filho, se abraçar, beijando, e eu não tenho. Quando ele vem me abraçar e me beijar, me dá um ... credo, eu falo, 'Meu filho, não repara não, é que a mãe ainda tem um bloqueio com isso.’” (Mãe, caso 7).

Já o genitor, demonstrou facilidade em interagir com Eduardo, participando de seus momentos de lazer, como soltar pipa, andar de bicicleta na orla, andar de skate nos parques. “Acho que é o melhor possível, porque desde eu convívio com ele até de brincar com ele, de sair com ele, ele sabe tudo.” Quanto precisa repreendê-lo, destacou não usar castigos físicos, e sim retirar a diversão que o adolescente mais gosta. O pai não destacou maiores dificuldades de relacionamento familiar com o filho.

#### 4.3.2 Relações interpessoais do adolescente

No **caso 1**, os pais não trouxeram queixas de João vivenciar *bullying* na escola, mesmo após a saída da Unidade de Internação.

A mãe apresentou o filho como um adolescente calmo e colaborativo: “Ele é um menino calmo viu? Até em casa ele não briga com ninguém. [...] Ele sempre fala: 'Deixa aqui gente, eu mesmo faço.'. Ele não é de discutir, ele não é de brigar. Essa é a vida do João.” O pai destacou que os amigos de João são de infância e decorrentes do ambiente escolar “Eu creio que são amigos



boas, amizades sadias”. Os pais negaram o envolvimento do adolescente com o consumo de substâncias psicoativas, ou conflito com os pares. Apresentaram um João mais passivo, conformista e pouco questionador.

No **caso 2**, a mãe reconheceu o filho como um jovem líder, que se destaca dentre os demais adolescentes: “Ele tem, deu pra você ver que ele tem um ar meio superior.” Valorizou o papel de sedutor do filho, destacando com orgulho a popularidade de Fabiano, e reforçando os comportamentos machistas:

Sim, as meninas sempre em cima dele, muito assédio. Que agora eu cortei o cabelo dele, porque ele tinha o cabelo aqui, liso. E desde pequeno, a (coordenadora) falava “Mãe, pelo amor de Deus, o que a gente vai fazer com o Fabiano dentro da escola, essa meninada tudo corre atrás de Fabiano”, então eu acho que os meninos, sempre destacaram ele, sabe? “Ah, o Fabiano é o cara.” Quando eu vejo que ele está muito pomposo, eu falo: “Fabiano, menos.” (Mãe, caso 2).

Quanto a prática de *bullying* pelo filho, naturalizou o fato, reconhecendo contudo, que Fabiano expõe a suposta vítima na escola: “*Bullying* todo mundo faz né, diariamente. Eu acho que não, o único *bullying* pra mim, foi quando ele falou pra Amanda 'sua estuprada', dentro da escola.”

Novamente a mãe reforça os comportamentos de risco do adolescente, sem proporcionar possibilidade de contenção e reflexão.

Os pais do **caso 3**, descreveram Lucas como um adolescente comunicativo, que mantém grupos de amigos diversos, seja no bairro, na escola, nas práticas de esporte. O genitor descreveu o filho como fácil de se relacionar: “Não é fechado, não tem assim, como posso dizer, é, intriga com outros colegas. No bairro que nós moramos a convivência social dele é bem espontânea”.

A mãe também apontou tal espontaneidade como uma qualidade do adolescente, porém, acredita que o envolvimento do filho no caso, e em especial, a amizade estabelecida com Fabiano, tenha se dado na tentativa de se integrar ao grupo:

[...] Tanto é que eu nem sabia que era esse Fabiano que tinha a fama que tinha. Eu sabia da existência desse menino, mas eu não sabia que ele era considerado o “bam bam bam” da escola, como dizem. [...] Dizem, eu não posso falar, a gurizadinha fala que tem medo dele porque ele tem aquela fama de líder, entendeu? E eu não sei o porque. Eles jogam bola no campo, com todo mundo, que é público, né, do bairro tal. E ele tem, esse menino parece que tem uma... Espírito de liderança. E talvez por ser aceito logo que chegou, o Lucas quis ser inserido no grupo, por isso ele ficou ali. (Mãe, caso 3).

Já no **caso 4**, a mãe descreveu Carlos como introspectivo, calado, que não manifesta seus sentimentos. Inclusive evidenciou a dificuldade do filho em externar sua dor pelo luto paterno, quando afirmou que Carlos não chorou:

[...] logo da morte do pai dele, ele só dormia. Eu levei ele na psicóloga, com o encaminhamento da escola. A psicóloga falou pra mim que não era para eu ficar incomodando ele, porque era o luto dele. Mas um luto que só dorme, que não conversa, que não chorou? Eu não vi ele chorar. (Mãe, caso 4)

Contudo, a mãe relatou mudanças recentes no comportamento de Carlos, indicando uma transição de postura mais passiva e contida, para uma mais ativa, o que pode indicar busca de diferenciação e maior autonomia. Carlos em companhia de amigos, experimentou bebida alcoólica, ultrapassou o horário estipulado pela mãe e passou mal ao chegar em casa.

As amizades são consideradas restritas. O amigo do tio é indicado como nova figura de referência para o adolescente, e segundo a genitora, não há o consumo de drogas pelo adolescente.

No **caso 5** o pai também retratou Benício como um adolescente introspectivo, com pouca rede de contatos, amigos restritos, que verbaliza pouco. Ao mesmo tempo, valorizou o fato do filho não ter atritos com terceiros, ser obediente, principalmente com os familiares: “Ah, ele é um menino bom, sem problemas, não tem problemas com ninguém, não cria problemas com ninguém. É um menino obediente. Comigo é muito obediente.”

Há bom convívio com os irmãos, que segundo o genitor, são mais calados que o próprio adolescente. “Ele vai pra casa dos meus filhos. Os meus filhos são tudo casado, tem casa própria, lá

eles ficam, conversam, brincam. E ele é o mais quieto, é o mais brincalhão da turma. Os outros é quieto mesmo. Só te respondem, se você perguntar alguma coisa. Se não perguntar, passa sem falar nada”.

Novamente o comportamento isolado e instrospectivo de Benício, é visto como naturalizado pelo núcleo familiar, enquanto para o adolescente, reforça a questão de sua invisibilidade social.

Renato, do **caso 6**, foi apresentado pela genitora com dificuldades no relacionamento social, isolamento, pensamento autoagressivos, tristeza, perda de amizades e fuga de casa. A mãe queixou-se de que o adolescente a culpabiliza por tê-lo abandonado, deixando-o aos cuidados do avô.

A mãe reconheceu que suas várias internações e tentativas de suicídio contribuíram para o agravamento do estado emocional e psicológico de Renato, porém, não conseguiu visualizar alternativas para ajudá-lo.

Tem dia que eu tô bem, tem dia que eu não tô. E aí, o Renato passa por isso, eu tento resolver os problemas dele, resolver das minhas filhas, mas não aquela vontade de levantar e seguir em frente. Tô estudando e tudo, mas não tenho sensação de vida, não tenho planos de vida. Eu acho que meus filhos estão indo tudo comigo, pro buraco. O Renato eu sei que ele precisa de mim. Como minha médica falou, “É nessa hora que ele mais precisa de você, e você não pode ajudar, e você também tá doente, tá precisando de ajuda.” E eu falei pra ela: “E eu vou deixar meu filho sozinho, passar por isso?” (Mãe, caso 6).

Quanto à escola, enfatizou que o coordenador conversou sobre o adolescente: “Mãe, eu tô sentindo que seu filho tá pedindo socorro. 'Como assim?' O seu filho está sofrendo demais. Seu filho está pedindo ajuda, no olhar dele tá pedindo ajuda.”

Nota-se que a apatia apresentada pelo adolescente e seu constante isolamento, pode representar mais do que um pedido de ajuda, mas uma desesperança que vem se tornando crônica.

Por fim, a mãe procurou enfatizar todo o sofrimento sentido pelo adolescente, mostrando identificação pela dor do filho, assim como imobilidade diante da desesperança destacada em sua fala.

Ele hoje em dia, é um guri que a gente não tem contato com ele. Ele vive em outro mundo, ele sofre calado, ele sofre em silêncio. Não tem o pai, não tem uma...só tem eu e ele vê a mãe dopada de remédio, vê eu internada... que nem eu, quando tento o suicídio, eles implora pra mim acordar. É a vida que a gente tá levando. (Mãe, caso 6)

No **caso 7**, os pais percebem Eduardo com boa interação social, vinculação positiva de amizades, em especial, o primo da mesma idade. As atividades estão relacionadas às práticas esportivas, pipa e bicicleta entre pares.

Nas entrevistas parentais, o genitor evidenciou dificuldades no comportamento do filho, no período de 12 a 13 anos, quando houve reprovação escolar e envolvimento com grupos de adolescente, sendo necessário mudá-lo de escola.

Entretanto, os pais não trouxeram queixas atuais de Eduardo quanto a interação social no ambiente escolar, apenas dificuldade quanto a chegar atrasado, participação nas atividades e notas. Em seu discurso, a mãe cobrou maior imposição de limites do marido, em relação ao filho: “Então... na escola, eu tive até... o Eduardo é assim, pelo pai passar muito a mão na cabeça dele, ele não tem tanta responsabilidade.” Os pais não fizeram referência ao consumo de substâncias psicoativas pelo adolescente.

#### 4.3.3 Repercussão familiar com a denúncia

No **caso 1**, os pais utilizaram a religião como forma de lidar com os sentimentos gerados após a acusação, na tentativa de conter os conflitos subjacentes com a ocorrência do abuso sexual. “O diabo. Deus pisou na cabeça dele e deu minha vitória” e não deu outra. E tudo que passou, Deus

só foi me dando vitórias, dando bênçãos, dando vitórias, pois até os pais da menina chegou pedindo desculpas, perdão pra mim”. (Mãe, caso 1).

O pai apesar de se mostrar mais reflexivo e consciente das consequências do ato praticado pelo filho, demonstrou receio quanto às questões legais. Evidenciou seu sofrimento e a experiência do afastamento temporário de João, ao ficar na UNEI.

Eu recebi de uma forma de muita tristeza, essa situação, e não tem assim, como expressar realmente o que eu sinto dentro de mim. Como uma dor, uma dor que tá dentro de mim, que tá me judiando ainda, a situação, eu creio que há de passar, resolvendo tudo. Mas abaixo de Deus, o melhor remédio vai ser o tempo, pra mim sabe [...] já passamos tanto constrangimento né? Ele já foi recolhido, foi internado. (Pai, caso 1).

No **caso 2**, a genitora optou por não conversar com o adolescente sobre a denúncia, esquivando-se de confrontá-lo e obter maior compreensão dos fatos elencados. Obteve apoio familiar da mãe, marido e pastora da igreja.

Observou-se em toda a entrevista a tentativa da mãe em desqualificar a vítima, fazendo referências a condutas passadas da adolescente, utilizando termos em tons pejorativos, como “biscate”, “se fazer de santa”. Minimizou a participação do filho, reforçando pensamentos naturalizados culturalmente como práticas masculinas, para justificar o possível uso de força do adolescente, assim, como desqualificar sua responsabilização nos fatos.

Garanto que preso meu filho não vai ser. E isso eu tenho certeza, mas sei lá, ele vai ficar bem abalado. Porque ele já sabe, tanto é que a delegada falou: “Oh Fabiano, preso agora você não vai ser, mas você vai responder. Você vai fazer alguma coisa educativa, não sei. Vai pagar, e só.” Aí eu falei pra ela: “Sim, mas e aí, quem que paga o abalo dele?” (Mãe, caso 2).

No **caso 3**, os genitores manifestaram a surpresa e constrangimento pelo envolvimento do filho na acusação de abuso sexual, externalizando os sentimentos desencadeados em toda a família.

Foi um choque pra família, tanto pra mim, pra minha esposa e meus filhos, quanto para os familiares, que também estão acompanhando. Uma coisa constrangedora não só pra ele, como para toda a família. Como te falei, o irmão mais velho é policial, o meu irmão mais velho é policial, meu pai foi policial também por toda a vida dele. Quer dizer, há gente mais do lado da lei do que contra a lei. (Pai, caso 3).

Nós levamos um susto. Eu fiquei... Eu mesma fiquei chocada quando eu soube né? Essa situação toda desse suposto envolvimento dele nesse grau que a menina acusa, ela e o menino acusam ele tanto assim. Porque esse não foi o filho que eu criei. Nem os outros também, tanto é que o meu mais velho ficou assim indignado também, muito triste... Nós ficamos muito tristes. Muito chocados. Foi um choque, nós ficamos até sem palavras. (Mãe, caso 3).

Após a denúncia, conversaram com o adolescente sobre a acusação, procurando reforçar que acreditavam na versão apresentada pelo filho, porém, compreendiam a ilicitude dos fatos narrados e pelo adolescente ter mentido e acompanhado os adolescentes: “Eu falei: 'Mas e aí, você pensou nas consequências? É claro que, com certeza, não, né?' [...]” E destacou a reação do adolescente: “Chorou muito, porque assim, ele acha que ele está sendo acusado por uma coisa que ele não cometeu. Ele errou de ter ido, ele fala: eu erre, eu fui... Como eles usam a expressão: eu fui mané.”

Na narrativa apresentada pelo pai, houve momentos de tensão ao acompanhar o adolescente para o depoimento na delegacia, sentindo-se constrangido e “injustiçado” pelo tratamento recebido na instituição policial:

Eu senti a seguinte situação: que o poder público, ele fala e faz o que muitas vezes não é necessário. Expõe, julga né? Sem ter realmente a concretização dos fatos, simplesmente põe, é dessa forma, assim que tem que ser. Sem direito de defesa, sem os fatos realmente ser elucidados. Assim, na delegacia. Até então a gente achava que era de uma forma, e a gente viu que não é. O poder público tem assim, entre aspas, a obrigatoriedade de cumprir a lei né? E em vários momentos, acabam extrapolando o que realmente tem que fazer. Tudo bem, se houve a denúncia eles tem realmente que cumprir aquilo que estão destinados, mas muitas vezes tem situações eles acabaram extrapolando o poder que eles tem. Foi o que eu senti. Até então, nunca tinha tido problema na delegacia, nunca tinha assim, acompanhado ninguém pra depor. Assim, pra mim foi uma coisa, uma situação vexatória. (Pai, caso 3).

No **caso 4**, a repercussão da denúncia envolveu tanto a genitora quanto a família extensa. Os familiares se organizaram para acolher inicialmente a vítima, que ficou residindo com um dos tios maternos, após ser afastada temporariamente do convívio da mãe e dos irmãos. E posteriormente, a mãe e irmãos passaram a residir com o outro tio materno, voltando a vítima ao convívio materno, após autorização judicial.

A mãe rejeitou a possibilidade de Carlos ter abusado da irmã, trazendo o sofrimento pela acusação que se efetivou na escola, depois de desacreditar do discurso da filha. Na própria narrativa apresentada pela mãe, a filha teria contado sobre o abuso sexual primeiramente em casa, e posteriormente relatou o fato no ambiente escolar; podendo indicar que houve, como aponta Furniss (1993), o descrédito na comunicação da criança.

A genitora externalizou seu sofrimento por ter sido culpabilizada pelo conselheiro tutelar, de não proteger a suposta vítima. Demonstrou sentimentos ambivalentes de raiva em relação à filha, diante da denúncia contra o irmão:

E aí, aquele homem do Conselho... (choro), parece assim, que eu tô vendo ele o tempo todo gritando comigo. Falando o que ele falou. (choro). Apontando a mão pra mim e falando: “É, seu filho vai ser preso, vai ser preso como estuprador.” Eu tô com minha cabeça, que eu não sei mais o que eu faço. Eu vivo falando pra ela. Não sei, não sei que rumo tomar, eu não sei mais. (choro). Porque é uma situação que pra mim já tinha passado, sabe? Já tinha acabado. Eu não durmo direito, eu vou dormir, 3, 4 horas da manhã. Depois tenho que levantar 6:30 pra ir trabalhar. Tô muito, muito cansada. Cansada demais (choro). E pra ela assim, não aconteceu nada sabe? Dia 04, dia 05, dia 06, dia 07, dia 08 fiquei ruim no meu quarto. Nem fazer as coisa lá que eu gosto de fazer, eu tava (choro) e ela brincando, brincando, dando risada. (Mãe, caso 4).

No **caso 5**, a primeira reação apresentada pela família, também foi de surpresa diante a revelação, negação dos fatos e o descrédito na palavra da vítima:

Eu fiquei sabendo através da mulher. Que a menina falou pra ela, a mãe. Como essa menina, é uma menina pequena, mas que mente muito, ela inventa muito. Como eu falei pra Dra, ela inventa tanto, que ela olha muitas vezes pra senhora, que se ela leva uma bronca da senhora, ela chega ali e já fala uma mentira da senhora. E aí a gente não acreditou nisso. “Isso aí é conversa.” Nem a mãe dela mesmo, não acredita numa coisa dessas. (Pai, caso 5).

Posteriormente, mesmo diante da confirmação do abuso pelo próprio adolescente, houve dúvidas da mãe da vítima se o enteado não sofrera coação ao prestar o seu depoimento. O pai explanou sobre a dificuldade de reconhecer o ato praticado pelo filho, frente a confirmação do adolescente diante da autoridade policial:

Aí lá a Dra preno ele. E eu falei pra ele: “Conta a verdade do que aconteceu, se não eu vou ficar aqui de mentiroso, te defendendo.” Uma coisa que me tirou, eu não gosto dessas coisas. Aí ele falou: “É, eu tomei uma bebida alcoólica, no vizinho lá, que são os amigos, e aí eu não sei aonde estava na cabeça, e tal.” [...] Aí a Dra perguntou: “Mas não penetrou?” - “Não, não penetrou, eu só fiz, isso, isso e isso.” (o filho) . Ah rapaz, doeu lá na frente da Dra. (Pai, caso 5).

Contudo, após a revelação, o pai não manifestou mudanças na rotina do adolescente, nem no tratamento dispensado pelos familiares ao filho. Assim, como não havia buscado acompanhamento psicológico para Benício.

No **caso 6**, a repercussão familiar se misturou com os conflitos familiares anteriores e a condição de saúde mental da genitora. Houve a exposição do caso na rede social do adolescente, afastamento dos demais tios que tem filhos e o rompimento temporário de contato de Renato com o avô materno, que veio a ser restabelecido com as recorrentes interações da mãe.

Ademais, pontuou a necessidade de intervenção do padrasto, para que o filho não fosse morto no bairro em que moram.

Porque eu moro em um bairro bem perigoso, no Dom Antônio, porque lá tem muita bandidagem. E eles não aceitam estuprador. Aí teve uma vez lá, que tinha uns carinhas que queriam matar ele lá. O meu marido tava na rua nessa época. O meu marido foi lá e conversou, explicou para os caras que não era



assim. Que aquilo lá era face falso. Aí elas começaram a falar que como eu gostava de visitar marido preso, eu ia começar a visitar meu filho estuprador na cadeia. (Mãe, caso 6).

Pontua-se que dias após a entrevista, a mãe foi novamente internada no CAPS, por tentativa de suicídio, sendo o avô materno quem acompanhou o adolescente na audiência designada no Fórum.

Por fim, no **caso 7**, não foram trazidos prejuízos familiares ou mudanças de tratamento ao adolescente, visto que os familiares atribuíram a acusação a má fé da família da vítima.

A mãe destacou que apesar de acreditar na inocência do filho, procurou conversar com o adolescente e as filhas sobre a acusação: “Eu fiquei muito preocupada. Eu procurei saber se foi, que nem eu disse. Se foi comprovado mesmo. E após a denúncia, eu sentei até com minhas filhas. Eu conversei com elas.” Mostrou-se ciente das questões processuais e da necessidade de investigação, conseguindo colocar-se no lugar da outra parte: “Eu acho assim, que se fosse com a minha filha eu teria tomado a mesma decisão, entendeu? [...] eu acho que procuraria os mesmos meios, para verificar se realmente aconteceu, de ter a investigação, porque eu vou querer saber.” Entretanto, externalizou o receio de algum tipo de penalização do adolescente, ante a denúncia:

Tanto que eu fiquei bem assustada. Eu não consigo ver, imaginar o meu filho em um ambiente daquele. E sofrendo aquilo que aqueles homens lá dentro sofrem. Não, tanto que meu marido falou: “Vamos orar, vamos orar que Deus é maior, que ele é justo, ele vai fazer a justiça.” - Mas marido você já viu aquela frase que diz: 'Que às vezes a justiça é cega', muitas vezes, eu tenho medo. “Medo por quê? Você não confia em Deus, não confia no seu filho?” (marido). No meu filho eu confio, eu não confio nos homens. Olha o que a gente foi fazer, a gente confiando que tava ajudando, e olha o que veio a acontecer. (Mãe, caso 7)

O pai também corroborou a mãe, no sentido de conversar com o adolescente sobre o fato: “Aí foi quando eu pensei ele e falei: 'Oh, se você fez, você precisa contar. O que você fez com

ela?"". Pontuou que a mudança observada, foi que o filho ficou mais arredio com as irmãs, evitando abraça-las, e estabelecer maior contato físico com as mesmas.

#### 4.4 Análise do Desenho Família-Estórias com os adolescentes

##### 4.4.1 João (caso 1)

Título: Família Normal: “Bom, esse poderia ser um pai trabalhador, que passa praticamente o dia inteiro fora de casa. Essa é a mãe presente, que fica o dia inteiro em casa. E o filho, uma criança normal, que estuda e brinca. E acho que isso, mais ou menos.”



Figura 1: Desenho de uma família qualquer (caso 1).

Na primeira produção, João apresentou uma concepção de família tradicional, com a configuração da mãe, pai e filho, sem referências a irmãos. Há elementos idealizados do meio familiar, relacionando com pessoas felizes e unidas. Ao pai foi atribuído o papel de provedor econômico da família, e a mãe, que permanece maior tempo em casal.

Esse modelo familiar contrasta com a atual formação familiar do adolescente, em que a genitora é principal provedora do lar. É possível pensar em uma queixa velada, de maior presença da mãe, na visão do adolescente, e o desejo de um pai mais potencializado. Penso et al. (2012) traz a

reflexão das figuras paternas despotencializadas em suas funções de autoridade e colocação de limites. É possível que no caso em tela, o adolescente perceba o pai como figura mais enfraquecida, por não ser a referência econômica na família. .

Em contrapartida, na produção gráfica (Figura 1), pai, mãe e filho são colocados lado a lado, porém, somente o pai é desenhado com os olhos abertos. Van Kolch (1984) descreve que a representação dos olhos reflete a comunicação social e contato com o mundo externo. O genitor de João mostrou-se como a referência afetiva e de apoio ao adolescente, acompanhando-o durante todas as etapas judiciais.

Título: Família Feliz: “Primeiro dá pra ver que pode ser eles se casaram, e queriam filhos. Eles tiveram filhos, e como ele se sentia sozinho, adotaram o cachorro pra brincar com ele. Só que aí, com o tempo eles tiveram a menina. Foi isso que eu pensei.”

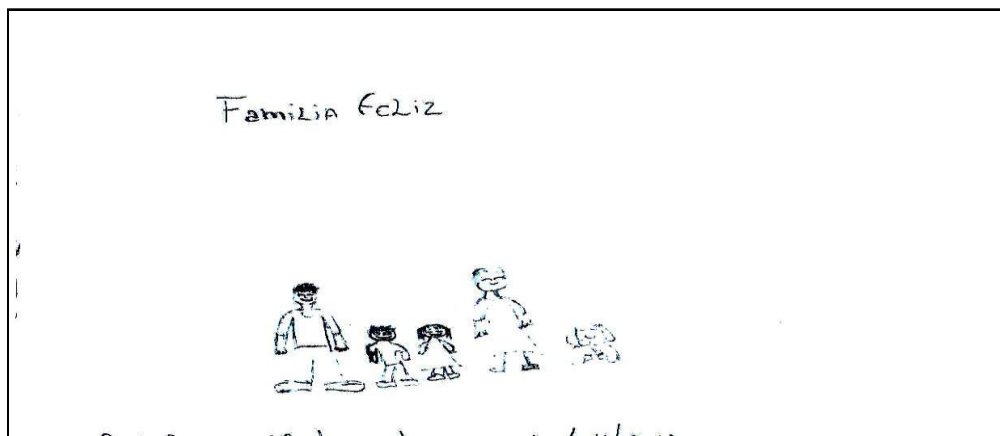


Figura 2: Desenho de Uma família ideal (caso 1).

Na segunda produção (Figura 2), João trouxe elementos como mãe, pai, filhos, cachorro e destaca a chegada de uma menina na família. Associou que a chegada da filha constitui felicidade para os pais, que agora se sentem completos. Contudo, enfatizou a disputa entre os irmãos, sentimentos de menos-valia e inveja. Demonstrou ora se identificar com o menino, ora se identificar

com o cachorro, em uma ambivalência de sentimentos expressos: “(P) Pelo que entendi, quando você começou a contar a estória. Primeiro eles tiveram um filho, depois pegaram o cachorro, é isso? (J): Isso. (P): E depois eles tiveram a menina? (J): Isso. (P): E porque eles pegaram o cachorro mesmo? (J): Porque o menino se sentia sozinho, não tinha ninguém para brincar. (P): Ah entendi. Então foi pra fazer companhia. E quando nasce a menina, o que acontece? (J): Ah aí eu acho que eles brincam com o cachorro. Os dois. (P): Os dois brincam com o cachorro. Você acha que eles ainda se sentem sozinhos? (J): Eu acho que não, porque agora tem mais gente pra brincar. (P): Tá. E o cachorro, como ele se sente? Quando nasce a menina? (J): Acho que com inveja, porque ele não é mais o foco. (P): E o que o cachorro faz? (J): Ele para de brincar um pouco, porque todo mundo só quer brincar com a menina, com o bebê”.

Chama a atenção o fato do adolescente trazer uma menina no contexto familiar, visto que somente possui irmãos do sexo masculino. Tal referência nos remete a vítima do caso, que é uma criança do sexo feminino, e que era cuidada pela mãe de João, desde os três meses de vida. Nota-se possível relação de rivalidade que se estabeleceu com a chegada desse novo membro na relação familiar, dividindo a atenção e cuidados de João, principalmente em relação a figura materna, que era a cuidadora da criança.

Nos aspectos formais do DF-E a constelação da família apresentada em todas as consignas deve ser observada em comparação com a família real do avaliado, pois a eventual distorção do tamanho das figuras em relação às idades, inclusões ou exclusões da própria pessoa no desenho, assim como as posições dos membros da família entre si, podem indicar a percepção de proximidade ou distanciamento emocional vivido nesse contexto familiar (Villela, 2013).

Título: “Uma família conturbada”: “Eu vejo nesse desenho, tem um menino que ele é o filho, que ele quer ser uma coisa, e fazer uma coisa, e os pais não deixam, ou não querem. Eles tipo, tem uma ditadura sabe? (tosse) aí, parece que ele está triste, por ele não poder ser o que ele realmente é.”



Figura 3: Desenho de uma família que alguém não está bem (caso 1).

Na figura 3 é possível observar que João desenhou o menino no centro da folha, entre os pais, e reforçou o traçado. Van Kolck (1984) destaca que tratamento diferencial em qualquer área é indicativo de conflito, e o reforço na linha, é representativo de ansiedade.

O adolescente expressou de forma mais evidente sua insatisfação, projetando conteúdos de oposição em relação ao meio, em especial à relação familiar. Indicou sentimentos alternantes de medo e oposição, com tentativa de diferenciação individual. A repressão mostrou-se intensificada. Nesse momento João conseguiu sair do discurso mais regrado e contido da entrevista individual, e revelar os conflitos internos quanto a reinserção na igreja, e tentativa de controle exercida pelos pais, e por si mesmo.

A função das técnicas projetivas auxiliou na diminuição das defesas presentes nos discursos. No caso do DF-E, as consignas provocaram a emergência de conteúdos inconscientes, como os conflitos, as defesas, identificações e ansiedade (Villela, 2013); assim como, permitiu comparação

entre as histórias familiares construídas conscientemente, daquelas em que o sujeito conseguiu expressar os conflitos inconscientes, decorrente dessa relações (Lima, 2013).

João também manifestou o desconforto quanto ao controle excessivo, que se instalou após a denúncia de abuso. A igreja surgiu como mais um instrumento institucional para conter esse adolescente, instalando um mecanismo de repressão que a princípio tem se mostrado gerador de mais ansiedade para João. Questiona-se assim, o quanto os referenciais religiosos dessa família, não vem contribuindo para o não reconhecimento dos desejos e pulsões sexuais desse adolescente, que pode vir a buscar formas equivocadas de descarga dessa tensão sexual, distorcendo o objeto sexual, como descrito por Freud (1905).

Título: Família se reerguendo: “Bom, olhando assim, parece uma família feliz. E, parece que é uma família que aconteceu várias coisa, em que as pessoas estão unidas, aparentemente a mãe tá feliz, o irmão também. O pai tá mais sério, parece que tá indo tudo bem, apesar de um grande problema que aconteceu”.



Figura 4: Desenho da sua família (caso 1).

Na última produção (Figura 4), o adolescente fez referência ao filho com o “o grande

problema” de sua família. Destacou a mãe, o pai, o irmão que residem consigo e ele. Revelou no inquérito sentimentos de pesar, tristeza e vergonha. Trouxe aspectos positivos de reorganização familiar, enfatizando a possibilidade da família se reerguer, através do afeto e da união. Contudo, retomou os conflitos quanto as divergências paternas, quando questionado ao final do inquérito, como o filho enxerga a própria família hoje. (J) “Um pouco mais carinhosa, mas não mudou muita coisa hoje.”

Há novamente uma queixa de distanciamento emocional sentida pelo adolescente, que apesar de reconhecer a família "um pouco mais carinhosa", denuncia que ainda há falhas na comunicação estabelecida.

#### 4.4.2 Fabiano (caso 2)

Título: “Vida Futura”: “Aaah é um casal que não pretende ter filhos, que pretende adotar. Sei lá, adotar entre um ou dois. Começaram, se encontraram em uma festa, foram se conhecendo... a sei lá, há são jovens entre uns 20 e 26 anos.”



Figura 5 - Desenho de uma família qualquer (caso 2).

Nas três primeiras produções do DF-E, Fabiano apresentou a sequência de uma mesma família: um casal que adota dois filhos.

Na Figura 5 o casal não tem o desejo de ter filhos, pontuando as dificuldades em lidar com as crianças em uma eventual separação do casal. “(P): E por que você acha que ela não quer ter o filho? (F): Aaah sei lá... daqui a pouco dá separação, deve dar trabalho né? Se vai ficar com o pai, se vai ficar com a mãe.”.

Ao mesmo tempo, ao fazer alusão ao filhos por adoção, reforçou o imaginário de ser uma filiação de segunda categoria, talvez sendo esta a condição como se percebe em seu meio familiar: “(F): Aaah sei lá, esse negócio de adotar vai assim, das pessoas né? Sabe-se assim, se você separar né? Se separar o filho vai ficar com o cara, ou o filho vai ficar com a mulher. (P): Mas tem alguma diferença de gerar o filho e de adotar o filho em relação a essa separação? (F): Aaah eu acho que tem. (P): Qual seria essa diferença? (F): Aaah porque quando você vai adotar, não vai ser um filho seu, de sangue. Vai ser o filho de outra pessoa, só que seu. Agora se forem deles ter, aí não, se fosse ia ser uma confusão.”

Observa-se como se dá a relação de pertencimento do adolescente a esta família, e os possíveis sentimentos contraditórios que perpassam Fabiano: ao coabitar com a avó, ausência da figura paterna e a presença de uma figura materna que exerce pouca contenção ao adolescente. É possível pensar em falhas no *holding* deste adolescente, que é apresentado por Winnicott (1960) como a provisão ambiental, estabelecido pelos cuidadores no desenvolvimento do bebê.



Título: Família dos Sonhos: “Aaah. Essa aqui é a continuação de lá. (risos). Então, eles não tiveram os filhos próprios dele. Eles decidiram adotar. Um garoto e uma garota, de idades diferentes. Eles tem entre cinco e o outro oito anos, o mais velho. Sei lá... ela tá fazendo o terceiro ano do ensino fundamental, e ele ainda está na creche. (Humm). Aaah deixa eu ver... (pausa) Ele pratica judô, faixa cinza, desde os quatro anos, aonde eles ficavam lá no CEINF. E ela faz música. Ela toca violino. Aulas particulares.”



Figura 6: Desenho de uma família ideal (caso 2).

Posteriormente, o casal adota dois filhos (Figura 6) definindo-a como a família ideal. Novamente os sentimentos ambivalentes dessa filiação são pontuados no inquérito: (P): E como que foi pra família quando eles adotaram as crianças? (F): Aaah foi difícil porque da parte dela não foi difícil, porque ela já estava querendo adotar. Mas da parte dele, ele acertou normal, foi de boa. (P): Em que momento a família decidiu que era a hora de adotar as crianças? (F): Depois de sete anos de casados.

Segundo Bueno, Mishina e Barbieri (2010) a ausência de confiança na relação estabelecida com os pais, torna o afastamento mais presente que a proximidade afetiva, fazendo referência a dificuldade de estabelecer um espaço potencial adequado, descrito por Winnicott.

Título: “Alegria em cacôs”: “Aaah é um pai conversando com o filho. O filho está chorando falando pro pai que na escola, que dois amigos praticam *bullying* com ele, zoam ele, xingam ele, por conta dele ser adotado. E por causa da cor dele. Tipo o pai dele é branco, a mãe dele é branca, a irmã dele é branca, e só ele é de cor escura lá na família. E os colegas... os colegas não, os amigos de classe dele zoam ele, xingam ele, fazem um racismo com ele. Aí ele tá contando para o pai, que ele não tá se sentindo bem, por causa de tudo isso que anda acontecendo com ele na escola.”

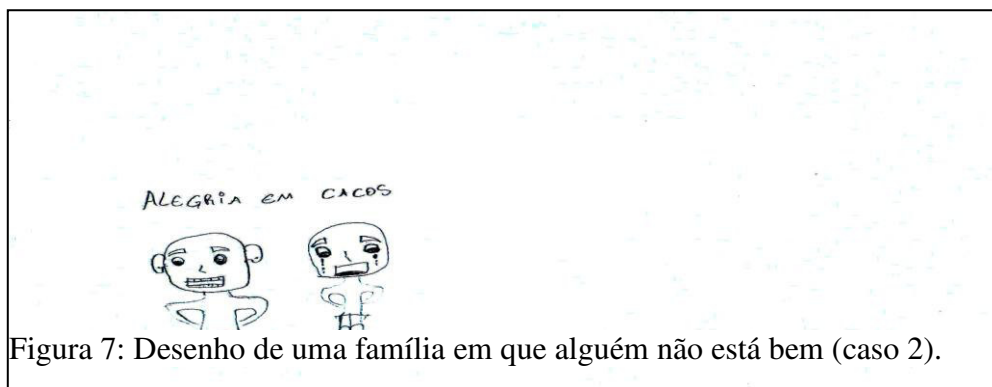


Figura 7: Desenho de uma família em que alguém não está bem (caso 2).

Os mesmos personagens se estenderam até a terceira produção (Figura 7), quando Fabiano trouxe à tona a questão do *bullying* vivenciado por uma as criança no ambiente escolar, manifestando o conflito tanto pela questão da raça, quanto pela questão do tipo de filiação.

Nota-se que na entrevista individual, o adolescente desqualificou os episódios de *bullying* vivenciados no ambiente escolar, e se colocou mais como agente ativo, do que passivo, nesses episódios. Já no DF-E, Fabiano se identifica com a posição da criança vítima: “(P): Como que ele lida com esse *bullying*? Porque você me falou duas coisas: uma pelo fato dele ser filho por adoção e por ele ser da raça negra. (F): (pausa) Deixa eu ver (pausa) Aaah ele aguenta né? Ele suporta, mas por dentro ele tá arrasado, em pedaços. (P): Humm. E como ele reage a esses sentimentos dentro

dele? (F): Ele chora muito. No quarto dele, ele chora muito. Ele fica pensando em mudar de escola, em pedir para os pais dele mudar de escola. [...]

Ponderando juntamente com Barbieri (2013), pode-se pensar em uma baixa autoestima do adolescente, com a desvalorização de si e o uso da formação reativa em relação aos pares, quando se utiliza da agressividade como recurso de defesa, nos comportamentos de transgressão.

Titulo: “Família alegre”: “Aaah vou falar (pausa) são eu e meus dois irmãos né? Entre nós três, o mais protegido é o menorzinho, o mais novo de 15, vai fazer 15, o G. Aí vem eu e o P. O P não é tão assim, porque já é maior de idade, já é vacinado. Ele já resolve os B.O.s dele. Depois vem eu, eu sou o complicado. (Por que você é o complicado?) Não, porque eu... vamos ver, eu já aprontei bastante. Aí vem o Gi, ele é o mais certinho de nós quatro, o mais certinho. Não faz nada de errado. É o mais protegido. Pode fazer qualquer coisa comigo, com o P e com o C, só não pode fazer com ele (Gi). Porque de nós quatro, o que dá bem com o nosso padrasto é ele, aí vem eu e vem o P. Eu, e o P. (apontando para o desenho) Eu sou aqui do meio, e esse é o meu padrasto.”



Figura 8: Desenho da sua família (caso 2).

A representação da própria família de Fabiano somente apareceu no quarto desenho, quando então reproduziu a mãe, padrasto, ele e os irmãos (Figura 8). O adolescente fez alusão as dificuldades dos membros dessa família de estarem separados, enfatizando porém, aspectos positivos da mãe que se desdobra em visitar os filhos, e a manifestação de alegria de outros membros familiares, como os tios. O padrasto surgiu com maior ênfase nesse contexto, elencando o relacionamento estabelecido com ele e os irmãos. Fabiano se define com o “complicado”, talvez pelas suas questões judiciais.

Ao final das quatro produções, observou-se que, apesar do adolescente mostrar-se indiferente ao convívio paterno e reforçar o bom relacionamento com a genitora e familiares durante toda a entrevista individual, é na produção do DF-E, que o adolescente expressou os sentimentos de angústias existentes. Barbieri (2013) retrata que muitas vezes a criança ou adolescente sente-se ameaçado diante da sua expressão pulsional, e, não pode contar com a ajuda de contenção efetiva dos pais, temendo a destruição do objeto amado.

#### 4.4.3 Lucas (caso 3)

Título: “Família diferente de outros olhos”: “Uma família, tipo, não, todos pensam que uma família é composta de pai, mãe, filhos, mas uma família não é feita disso. Tipo, feita de amizade, de companheirismo. E esses dois tem bastante. (P): Que família é essa? (L): Pensei como penso em uma família mesmo, uma mãe, um filho, mesmo tipo não tendo pai nem irmãos, eles são uma família.”



Figura 9: Desenho de uma família qualquer (caso 3).

O adolescente apresentou no primeiro desenho (Figura 9) uma família composta por duas pessoas, destacando a diversidade das famílias atuais, compostas por apenas um genitor e um filho. A figura central destacada é a mãe, representada como uma mulher mãe forte, que desempenha vários papéis na família e supre as necessidades do filho: (P) Como que se sente o filho, que convive com essa mãe, nessa família? (L) Aaah ele se sente bem, um filho normal, mesmo que nesse desenho, nessa minha tentativa de representação, não tenha um pai, nem irmão, a mãe já faz o papel de todas. O filho sente isso.

Lucas usou da racionalização para explicar a família apresentada, reforçando em vários momentos tratar-se de uma família unida, que mantém o diálogo, sem entrar em contato com sentimentos despertados dessa relação: (P) Por quê você escolheu essa concepção de família para você? (L) Porque muitas pessoas acreditam que a família é composta de vários indivíduos, filhos, mas não é isso, é parceria, é um grau de parentesco de conversa, de aliança, de brigas, tudo mais. Mesmo sendo uma família de poucas pessoas, tudo isso existe.

A representação gráfica do desenho é imatura para sua idade, trazendo um reforço no grafismo, principalmente na figura feminina, representativa de mãe, e a ausência de pescoço, o que

pode indicar, segundo Van Kolck (1984) uma grande dificuldade em coordenar os impulsos intelectuais e agressivos, gerando muita ansiedade

Título: “Uma família que alcançou seus bens”: “Essa família, essa família ideal é uma família que praticamente é realizada né? Tem uma casa, pai e mãe né? Filhos, cachorros, carro. Ela praticamente já conseguiu o básico para ser uma família ideal né? É o praticamente hoje em dia tem que ser né? Tem filhos, pai, mãe, cachorro.”



Figura 10: Desenho de uma família ideal (caso 3).

Na Figura 10 o adolescente apresentou a família voltada às questões materiais, a aquisições de bens de consumo, a estabilidade financeira como o foco principal: (P) O básico seria o quê na família? (L) Não o básico, o avançado assim, sabe? Praticamente o que todos querem alcançar quando querem ter uma família. Casa, moradia, transporte, essas coisas.”.

Apresentou uma rotina voltada ao trabalho e estudo, procurando retratar o bom relacionamento familiar, porém, com uma constituição familiar diferente da formação real do adolescente. “É um bom relacionamento, mãe com filha, pai com filho. Todos se dão bem e... é uma família ideal.”

Notou-se associações empobrecidas, o que pode indicar, segundo Villela (2013), repressão na manifestação dos desejos inconscientes ou conteúdos manifestos.

Título: “Uma família forte”: “Tem uma pessoa que não está bem, mas que não está bem no sentido doente. Se é uma família que alguém não está bem, se fosse em outro sentido não seria uma família. Se a pessoa não está bem, tipo, eu represento assim uma pessoa doente, certo?”



Figura 11: Desenho de uma família que alguém não está bem (caso 3).

Na produção da família em que alguém não está bem (Figura 11), Lucas mostrou-se muito defensivo, procurando ressaltar que pensou em problemas de família apenas nas questões de saúde orgânica. Há dificuldade do adolescente em entrar em contato com possíveis sentimentos de angústia ou conflitos familiares: (L) [...] Minha concepção de família é sempre uma coisa alta sabe? Buscar sempre, é igual eu fico dizendo, harmonia, coisas boas. Se essa pessoa tava mal nesse sentido, acredito que essa família não sabe certo a concepção de ser uma boa família, certo? Por isso eu representei um hospital, uma pessoa mal no sentido de doente. (P) Mas você acredita que na família, todo mundo está sempre bem? (L) Olha, uma família que tem alguém mal vai buscar deixar

essa pessoa bem. Mesmo com problemas, e nas coisas que estão acontecendo com essa pessoa, essa família se mantém presente e sempre conversa, certo? E busca fazer a pessoa ficar bem.

O adolescente encontrou dificuldade de explanar sobre sua concepção de doença e apoio familiar, evidenciando fantasias de doença e de cura, negando possibilidades de sofrimento psíquico em sua produção. Há, como aponta Villela (2013) uma tentativa evasiva ante a angústia desencadeada com a proposta do desenho.

Título: \*\* (Sobrenome da Família): “Uma família de cinco pessoas, eu, meus irmãos e meus pais. Sou mais novo, meu irmão é do meio, tem 21, e meu irmão mais velho 25, meu pai, 51 e minha mãe, 51. Essa é a nossa família. É isso.”

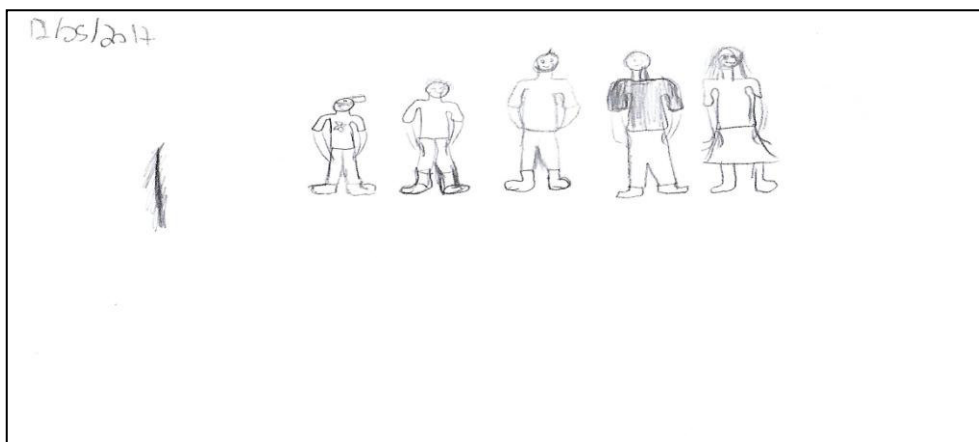


Figura 12: Desenho de Sua família (caso 3).

Em sua última produção (Figura 12), o adolescente retratou sua família, incluindo os pais e irmãos, e novamente procurou reforçar que está inserido em uma família unida e com bom relacionamento. Demonstrou preocupação com a avaliação psicológica e a percepção da psicóloga, procurando reforçar apenas os conteúdos positivos da família.



Bom, como estou falando sobre o conceito de família, é por causa da minha família. Isso você já deve ter percebido. É uma família boa, todos tem problemas, mas todos buscam conversar bastante, sair pra comer, pra jantar, pra conversar, pra fazer várias coisas, atividades que se sintam bem, e esquecem um pouco da rotina que ficam presos. (Lucas).

Somente ao final, sinalizou que apesar da proximidade dos familiares, pode haver pouca coesão entre eles: (P): O que mais chama a atenção na sua família? (L): Aaah, uma família meio desfalcada, que ela sempre se junta. Não para muito em casa, porque sempre está trabalhando ou estudando. (P) Quando você fala desfalcada, você fala em que sentido? (L) Tipo, tem uma pessoa na casa, outra sai. Aí, volta, e essa sai. Fica nesse vai e vem, nesse sentido.

Lucas também trouxe a problemática da acusação judicial, como o fato que marcou sua família, porém, reafirmou a confiança que os mesmos depositam nele, supervalorizando tais qualidades: “Bem, sempre minha mãe, meus irmão, não me veem com outros olhos. Eles acreditam em mim, eles são uma família de verdade. Isso na minha casa não falta.”

Villela (2013) pontua ser comum alguns examinando resistirem em apresentar associações nesta unidade, pois podem remetê-los de forma mais direta aos conflitos vivenciados na própria família.

#### 4.4.4 Carlos (caso 4)

Título: “Família da Vida”: “Tô entediado demais pra inventar história. (pausa de um minuto). [...] Não vem nada na cabeça. [...] Um professor de história (pausa), uma doutora, um guri do segundo ano e a filha mais velha. E a casa que eles acabaram de se mudar. [...] (pausa) Um professor de história conhece uma doutora na fila do cinema, eles começam a conversar, aí eles começam a sair, depois de um tempo ele pede ela em noivado, e depois do casamento vem a primeira filha.”



Figura 13: Desenho de uma família qualquer (caso 4).

Carlos criou com facilidade os quatro desenhos propostos, porém, apresentou resistência em construir e narrar histórias para as produções, principalmente nas duas primeiras. O adolescente mostrou-se muitas vezes arredio, com comportamento sarcástico, defendendo-se das propostas realizadas.

Destaca-se que em todos os desenhos, Carlos omitiu o corpo nas figuras humanas, a partir da cintura pra baixo. Há reforço nas linhas desenhadas, com ênfase nos cabelos, e áreas dos olhos e uso de adereços, como óculos. Van Kolck (1984) aponta que a recusa em desenhar o corpo abaixo da linha da cintura ou da região das pernas, é sugestivo de perturbação sexual aguda. Assim, como a ênfase nos cabelos pressupõe também uma luta pela virilidade e insegurança. Os olhos podem estar associados a uma conduta mais persecutória ou voyerista.

A resistência de Carlos mostrou-se intensa na Figura 13. O adolescente demorou para iniciar um enredo para o desenho, após as intervenções e insistência dessa pesquisadora.

Carlos trouxe uma família genérica, formada por um casal, com ênfase nas profissões desempenhadas. A breve história girou em torno das mudanças de casa, de cidade e de país.

O adolescente não aprofundou a temática, mas fez referência ao status financeiro da família, que residem no exterior. Ao ser convidado a pensar como foi para essa família, a mudança, mostrou-se desconfortável e concluiu a atividade. É possível que o conteúdo mobilizado esteja relacionado com a própria mudança de casa que o adolescente vivenciou, após a denúncia sexual.

Título: “Família da Pesada”: “Eu, meu irmão mais velho de 18, meu irmão, o E., minha mãe e minha irmã. Tipo, a história não tem como eu contar uma história, ou inventar uma história, tipo, porque nem começou direito as coisas, tipo, minha história direito nem começou direito.”

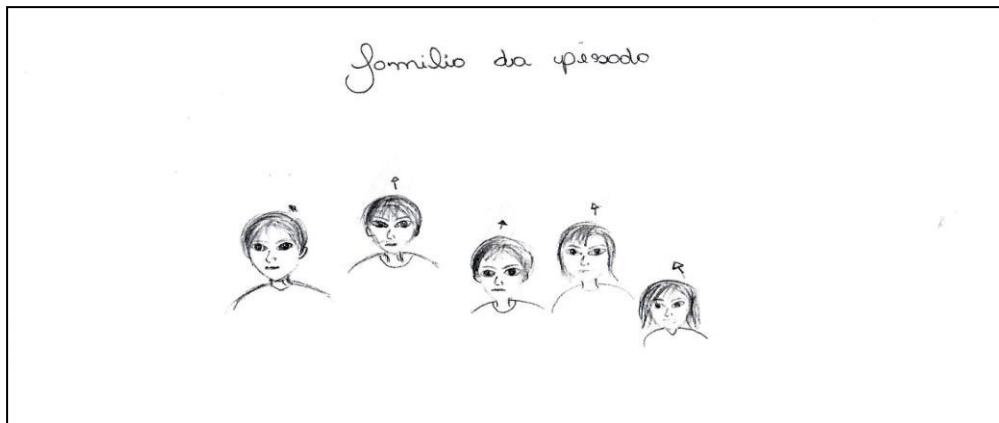


Figura 14: Desenho de uma família ideal (caso 4).

Na figura 14 Carlos apresentou a própria família, também de forma bastante resistente, descrevendo os membros enquanto dados gerais de idade e grau de escolarização. Fez autorreferência, alegando que não tinha o que contar sobre sua história de vida: “Eu acho que não. Eu não presto atenção no meu dia de hoje. Eu não ligo praticamente pra nada no meu dia de hoje.”, colocando-se em uma posição de apatia. (Carlos).

Em contrapartida, o adolescente manifestou seu sentimento de raiva e menos valia, respondendo de forma ríspida e pouco acessível. O discurso foi racionalizado e determinista, ao explicar porque considerava sua família, a família ideal: “Porque eu acho que não poderia escolher outra, e também, nem quero escolher outra. Que foi a vontade de Deus ser essa, será essa.”.

O adolescente atacou a figura desta pesquisadora, verbalizando sua irritação em participar da aplicação: “Porque assim, eu coloco, eu sempre falei pra minha mãe que eu nunca fui de falar para um psicólogo. Isso me deixa mal pra caramba. (P) Hamm. (C) Tipo, eu nunca gostei. Uma vez ela me levou quando o meu pai morreu e eu não abri a boca pra falar nada, só confirmei. Essa foi a

primeira vez, assim, me deixa um pouco entediado. (P) Hamm, ter que vir aqui, falar de você. (C) Exatamente. Tipo, é a mesma coisa que eu falei semana passada, só que dessa vez tem os desenhos. (P): Hamm. Então, não é a mesma, é diferente. (C) É. Quase a mesma coisa. (P) A mesma coisa é você vir aqui. (C) É, exatamente. (risos)”

Desta forma, foi possível verificar que o DF-E permitiu acessar as angústias, mecanismos de defesa, os receios e desejos manifestados pelo adolescente, durante sua produção. (Bueno, Mishima & Barbieri, 2010).

Título: “Família da Escuridão”: “Um filho em Depressão, e os pais, quer dizer, a mãe e a filha brigada.”



Figura 15: Desenho de uma família que alguém não está bem (caso 4).

Na terceira produção (Figura 15), Carlos projetou toda sua angústia, sentimentos de menos-valia e autoagressividade, identificando-se com o personagem principal. De forma bem sucinta, verbalizou sobre o filho, que está em Depressão, a mãe e a filha, que estariam brigadas.

No desenho é possível ver o menino isolado, em um canto da parede, representando o quarto, e a expressão de raiva da mãe e da irmã. O reforço no grafite ficou bem evidente na figura do menino.

O conflito com a mãe e a irmã foi retratado, com destaque a rivalidade fraterna, em que a irmã sente ciúmes do adolescente, por ser o preferido da genitora. Carlos procurou demonstrar indiferença, colocando-se em uma posição de vitimização e incompreensão. “Pela mãe dar atenção ao filho, ela acha que a mãe tem mais amor pelo filho do que por ela (irmã). Aí ocasiona as brigas. (P). E o que o filho acha disso tudo? (C) Ele não liga pra nada.”

Novamente, Carlos manifestou no DF-E seus sentimentos ambivalentes e pedidos de ajuda. Busca atenção e apoio, quando informa que o menino já perdeu muita coisa e tem pensamentos suicidas. Que inclusive já teria tentado se cortar, porém, não efetivou o. Acredita-se que Carlos comunica sua dor através do desenho, na expectativa de receber intervenção.

(P): Alguma vez ele já pensou em morrer? (C) Já tentou. (P): Já tentou. O que ele fez? (C) Se cortou. (P): E parou no hospital? (C): Não. (P): Alguém viu? (C) Não. Ninguém viu. (P): E aonde ele se cortou? (C) Nos pulsos. (P) Mas foi fundo? (C) Não, não saiu sangue. (P): Ele teve pensamento, tentou fazer, mas não foi profundo. (C) Não foi o suficiente. (P): Tá. Mas cortou? (C): Quase. Foi mais um arranhão. (P): E o que ele pensou disso depois que ele fez? (C) Em tentar de novo. (P) E ele pediu ajuda? (C) Não. (P) Ele as vezes tem vontade de pedir ajuda? (C) Não. (P) Essa dor, ela tem períodos que ela é mais forte? (C) Ela é forte toda a hora. (P) Todos os dias? (C) Todos os dias. (Carlos).

Percebe-se em Carlos a grande dificuldade em elaborar os impulsos destrutivos, e a redução no julgamento da realidade, como observado por Amparo e Pereira (2010), talvez mobilizado pelo sentimento de culpa e a falta e suporte familiar efetivo.

Título: “Família Feliz”: “É uma família mais pra frente essa. [...] Hum hum. Tipo, do futuro. [...] O P. com 30, o E. com 20 e alguma coisa, A. com 18 ou mais, e minha irmã velhinha. [...] Estão se reencontrando.”

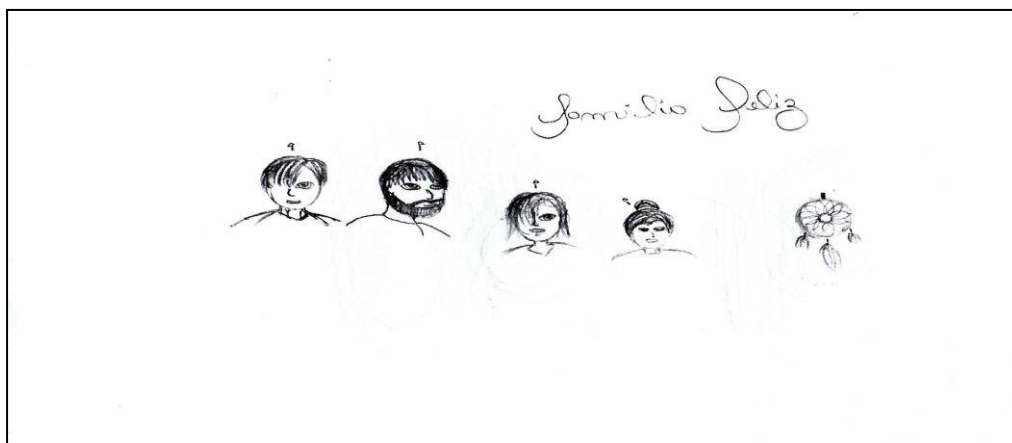


Figura 16: Desenho da sua família (caso 4).

Por fim, no último desenho (Figura 16) Carlos representou a própria família no futuro, que estavam felizes, se reencontrando. Quando questionado, afirmou que o adolescente “Resolveu o problema”, e não estava participando da reunião familiar.

Apesar de não verbalizar que o personagem morreu, durante todo o diálogo, o adolescente procurou enfatizar essa condição, reforçando que a família não se lembrava dele. Os sentimentos depreciativos de Carlos são enfatizados durante toda a narrativa.

O adolescente não conseguiu se ver no futuro, manifestando seu sofrimento. Contudo, no decorrer da atividade, Carlos passou a desenhar, o que ele denominou "filtro dos sonhos." Segue o diálogo

(P): Hum, está aparecendo mais um personagem? (C) Não. (riso) é um filtro de sonho aqui. (P) Aaah, um filtro de sonhos.. (C) É que tô entediado demais...(P): Então desenha o filtro. (C) (sorriso) (P) E me explica como é esse filtro de sonho, porque eu não entendo muito de filtro de sonho, o que que é? (C) Peraí ... É um... que eu já escutei falar muito. É um objeto utilizado para colocar na borda da cama, ou no espelho da cama para não ter

pesadelo. [...] Mas esse filtro ele foi utilizado em muitas culturas pagãs antigamente. (P) E as culturas pagãs os utilizavam por que razão? (C) Para se comunicar com os espíritos malignos. (P): Entendi. Então ele pode ter duas funções: uma para afastar os maus sonhos, ou os próprios espíritos malignos, ou uma forma de comunicação com eles. É isso? (C) Ham, ham, pelos sonhos. (P): Aha, pelos sonhos. E você tem algum? (A): Não! (risos)... eu só gosto de desenhar mesmo. (P): Humm. Acredita neles? (C): Acredito. (Carlos).

Apesar dos sentimentos de menos valia, tristeza e a fragilidade de ego apresentada por Carlos, o desenho do filtro dos sonhos pode representar a expectativa de mudanças e esperança, de um ambiente que seja acolhedor e "suficientemente bom", para conter seus impulsos agressivos e sexuais, e canalizá-los, sublimando-os.

#### 4.4.5 Benício (Caso 5)

O adolescente não apresentou dificuldades na execução dos desenhos, mostrou-se sucinto na criação das histórias, apresentando maior dificuldade de expressão no primeiro desenho.

Título: "Família Desunida": "Um homem chamado L, encontrou uma mulher chamada A. Se casaram, e teve quatro filhos. (Mais? - pausa) [...] Ficaram juntos vinte anos, seus quatro filhos cresceram, foi morar pra Campo Verde, outro em Cuiabá, e os dois ficaram com o pai."

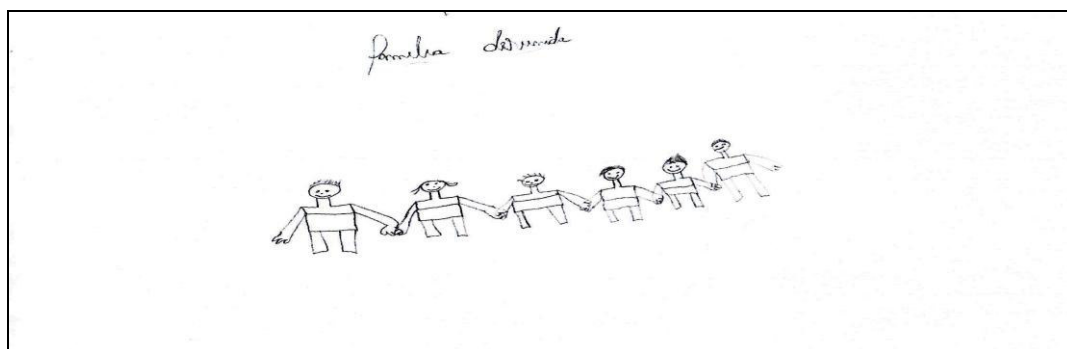


Figura 17: Desenho de uma família qualquer (caso 5).

Na Figura 17, o adolescente representou a própria família, e o momento da separação dos pais, depois a dos irmãos, indicando o sentimento de pesar pela perda do convívio diário. Mantém convívio com ambos os genitores e externalizou conformismo diante da situação. (B) “Termina (pausa) de um jeito que cada um (pausa) aonde está se dê bem, e fique bem. [...] (P) O que é esse ficar bem pra você hoje? (B) É que no lugar aonde eles estão eles já tem um trabalho, já tem uma casa, já tem outra vida.”

Apesar de resoluto, o título escolhido para a primeira produção, revelou possível distanciamento afetivo sentido pelo adolescente, das figuras parentais.

Título: “Família Abençoada”: “Essa família ideal é uma família alegre, interativa. (pausa) que todos final de semana vão jogar bola entre família, vão a igreja. Uma família unida, todos moram na mesma casa. [...] São meus irmãos e eu jogando bola na praça. ”

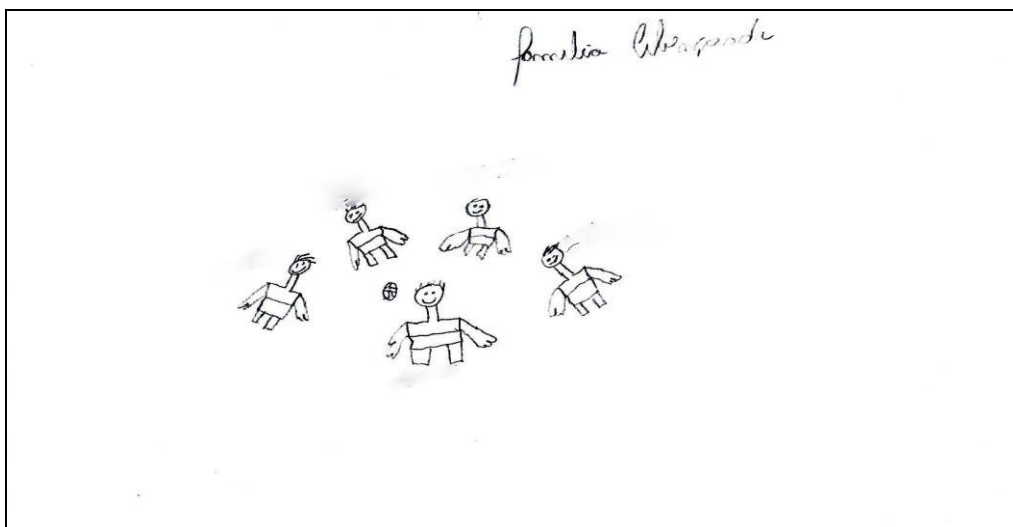


Figura 18: Desenho de uma família ideal (caso 5).

No segundo desenho (Figura 18), Benício manifestou vínculos fraternos positivos, revelando interação com os irmãos, convivência e reciprocidade, sendo este um aspecto importante em seu



desenvolvimento pessoal. Representou os irmãos jogando futebol, atividades que gostam de praticar juntos.

Diante do número significativo de irmãos que o adolescente possui, doze ao todo, é possível que os irmãos mais velhos sirvam de referências familiares positivas (Silva-Costa & Fortunado Costa, 2013) e representantes de autoridade (Araújo, 2014), na busca de apoio e proteção ambiental.

Título: “Só Deus salva”: “Um dia meu irmão estava indo ao trabalho, e se acidentou de moto. E aí nós tá no hospital junto com ele. [...] Eu e meu pai.”

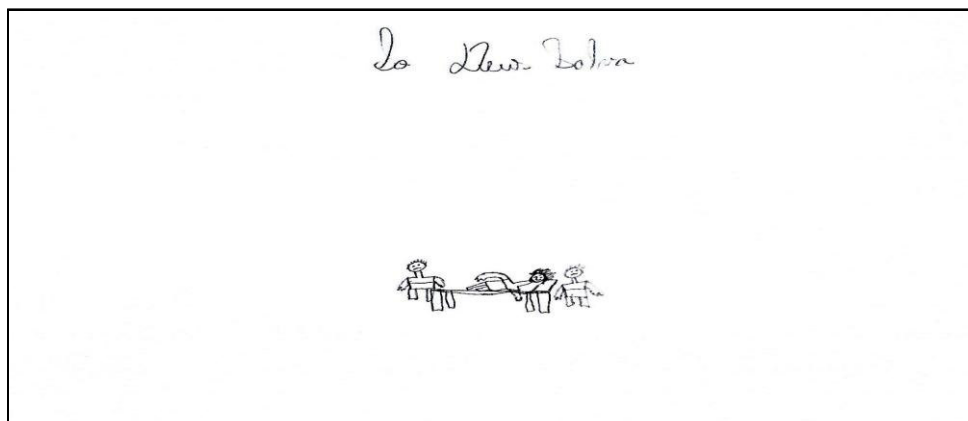


Figura 19: Desenho de uma família que alguém não está bem (caso 5).

Na terceira produção (Figura 19), novamente surge a importância dos vínculos fraternos para o adolescente, e o pai como ponto de ligação na dinâmica familiar. A pessoa que não está bem é um dos irmãos, que se acidenta de moto e é cuidado por Benício e genitor.

Os conteúdos trazidos por Benício ficam em torno da relação de cuidado durante e após o acidente, intensificando a importância desses vínculos afetivos para a manutenção de sua saúde emocional. Houve breve referência religiosa, ao criar o título da história.

Título: “Confusão familiar”: “Aqui tá meu pai triste por ter separado da minha mãe. Aqui na minha mãe tá meus irmãos com ela. Aí estamos felizes, até que meu irmão descobre que meu pai tá acidentado. Um resolve ir pra casa dele, o outro também (pausa). Daí minha mãe fica triste que eles dois foi morar com meu pai, mas eles dois mantém contato com a mãe.”

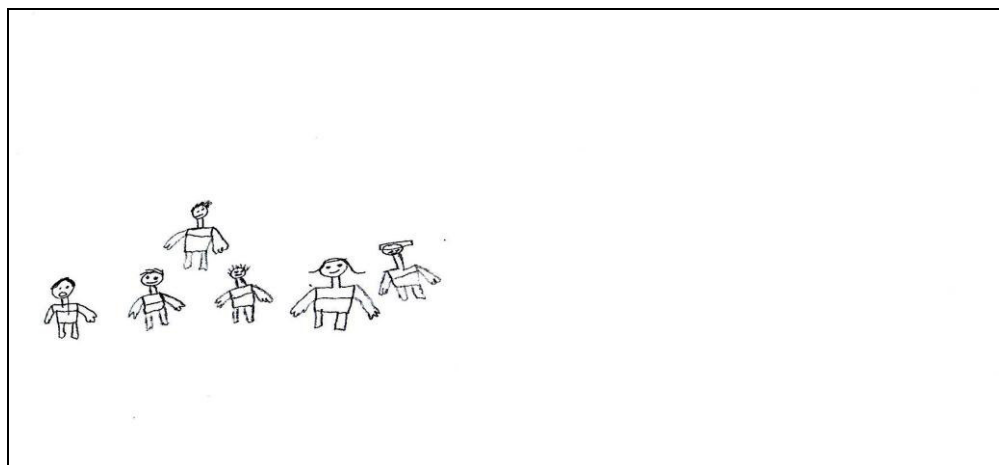


Figura 20: Desenho de sua família (caso 5).

Por fim, no quarto desenho (Figura 20), Benício retomou o conteúdo da separação dos pais, trazido na primeira produção. Relembrou que após o acidente do genitor, os filhos decidiram voltar a morar com o pai, deixando a genitora sozinha. O adolescente atribui de forma velada, culpabilização à mãe pela separação familiar, por ter sido ela quem tomou a iniciativa da separação conjugal. “Termina que como ela foi com os filhos todo, e agora não ficou com nenhum, e o pai ficou com dois, ela que ficou triste, por ficar sozinha.”

Observou-se que Benício atribuiu muita importância a dissolução da conjugalidade paterna indicando dificuldade de realizar um movimento de busca de autonomia, aquisição de novos papéis e responsabilidade, e assim estabelecer novas relações parentais com os pais, passo importante para o desenvolvimento de uma adolescência saudável apontada por Aberastury (1992).

#### 4.4.6 Renato (caso 6)

A qualidade do desenho do adolescente, indicou componentes regredidos, as pessoas em sua maioria foram desenhadas pequenas, em forma esquemática, com uso de traços finos, sem indicação dos rostos (Van Kolch,1984).

Título: “Meu pai e minha mãe”: “O meu pai e minha mãe. O meu padrasto e minha mãe. [...] O meu padrasto é capoeirista. Minha mãe gosta de treinar com ele, a gente também. Meu irmão, ele gosta do meu sobrinho, gosta de mim e dos meus irmãos também ... Só que ele foi preso.”

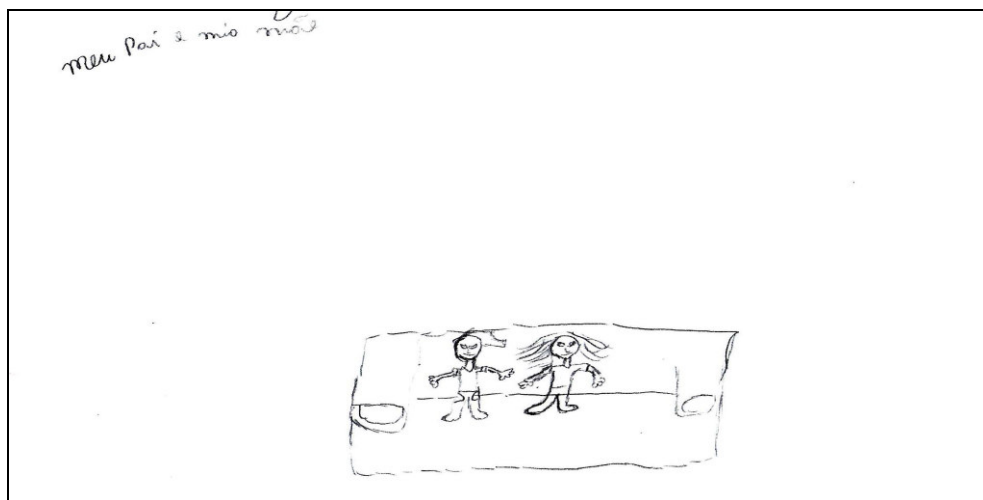


Figura 21: Desenho de uma família qualquer (caso 6).

Na Figura. 21, Renato representou a própria família nas figuras do padrasto e da mãe, com referência aos irmãos, indicando momentos de lazer como assistir TV ou jogar capoeira. Ao mesmo tempo, trouxe o pesar pelo afastamento do padrasto, verbalizando como se deu a prisão do mesmo, e o contato que a mãe estabelecia, ao visitá-lo na cadeia.

Manifestou ter o padrasto como atual referência afetiva e de regras, projetando neste o ideal de figura paterna. O adolescente atribui a piora da saúde mental da mãe, a prisão do padrasto. “Os

dois eram de boa, os dois, de vez em quando assim brigavam. Ele cuidava dela e ela cuidava dele. Eles iam para a chácara juntos.” (Renato).

O padrasto, mesmo na prisão, é quem protege o adolescente, representando uma “ordem e lei”. Na entrevista com a genitora, ela descreveu a intervenção do padrasto para que o adolescente não fosse morto no bairro, devido a acusação de estupro. No DF-E, o adolescente traz essa representação de proteção e cuidado.

Há uma busca constante do adolescente em preencher esse espaço de referência paterna, e o risco de se estabelecer uma transmissão geracional familiar, de outras práticas ilegais, como do abuso sexual, mostrou-se evidente.

Título: “Família Feliz”: “Todo mundo na sala, feliz assistindo. Todo mundo junto, unido. (pausa) [...] Aqui minha mãe, meu padrasto, meu irmão, meu irmão. Eu, minha irmã e meu sobrinho. [...]. Meu padrasto e minha mãe estão no sofá. Meus irmãos, eu e meu irmã no chão sentado, conversando.”

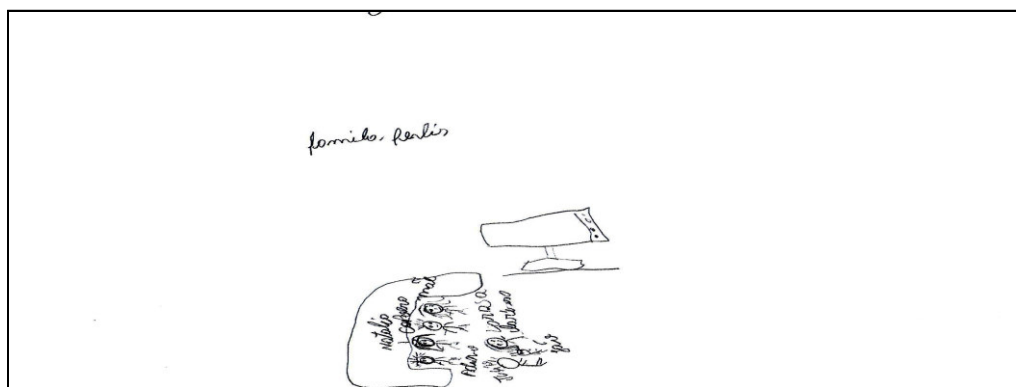


Figura 22: Desenho de uma família ideal (caso 6).

No segundo desenho (Figura 22), o adolescente trouxe como Família Ideal, a própria família em situação de harmonia e convivência. Fez nova referência a prisão do padrasto e a ausência que o mesmo faz em sua família.

O adolescente externalizou também seus sentimentos depressivos, e a situação de isolamento que vivencia. Quando questionado o que falta nessa família, respondeu: “Nada. Só meu padrasto sair da prisão. E eu sair de dentro do quarto.”, fazendo uma analogia da sua condição de se sentir preso em seu mundo interno, demonstrado pelo quarto.

Ao mesmo tempo, Renato se dá conta, ao descrever as pessoas representadas no desenho, que não sabe o primeiro nome do padrasto, pois o chama apenas pelo apelido. Observa-se a construção de uma vinculação frágil, com vários aspectos idealizados por Renato.

Título: “O solitário”: “Esses aqui são meus dois... três irmãos, meu sobrinho. Aqui eles estão na sala, aqui é meu quarto, aqui sou eu. Eles estão ..., mas eu não to bem. [...] Não sei, não consigo ficar com eles assistindo.”

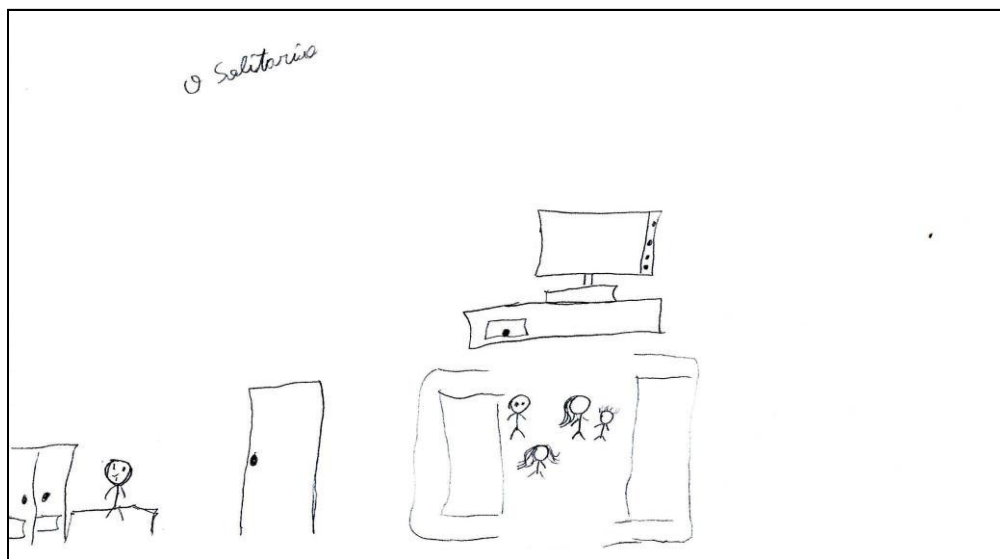


Figura 23: Desenho de uma família em que alguém não está bem (caso 6).

Na terceira produção (Figura 23) Renato expressou sua condição de isolamento, apatia e tristeza. Permanece sozinho em seu quarto, mantendo pouca comunicação com a família.

O adolescente e a genitora já haviam manifestado tal situação nas entrevistas individuais, e o mesmo sentimento ficou evidenciado no DF-E, quando Renato expressa no inquérito: “(R) De

repente eu estou sentado assistindo com eles e me dá vontade de ficar dentro do quarto. Ai eu vou pra lá e fico lá dentro do quarto e eles ficam assistindo. (P) E quando vem essa vontade, o que você sente? (R) Nada. ”

Renato atribuiu sua mudança de comportamento a acusação judicial, evidenciando seu sentimentos de irritação, raiva e solidão, utilizando o quarto como um refúgio. Apesar disto, manifestou o desejo de estar mais próximo dos familiares, o que indica que ainda não perdeu a esperança desse reencontro (Winnicott, 1939/2002). “(P): Você consegue pensar num outro desfecho para essa história? (R) Eu queria tá junto com eles né ... (P): Humm... (R) Mas eu não consigo. (P): Mas você tem vontade de mudar isso de alguma forma, ou entender isso um pouco. (R) Tenho vontade de mudar né? ”

Houve dificuldade do adolescente em dar um título para sua produção, sugerindo que a proposta apresentada o mobilizou emocionalmente. Somente após a intervenção desta pesquisadora, Renato resolver dar um título, porém não o verbaliza, apenas o escreve no desenho: “O solitário”.

Como aponta Villela (2013), cada unidade de produção do DF-E é construída de processos associativos que a tarefa desencadeada, suscitando muito mais um ato de organização das operações psíquicas mobilizadas, do que um processo de imaginação.

Título: “Minha família”: “Essa é a minha irmã, minha mãe e minha sobrinha, na frente, sentada na frente de casa ... Ai meu irmãozinho mexendo no celular no quarto da minha mãe, minha irmã assistindo e eu assistindo televisão com ela.”

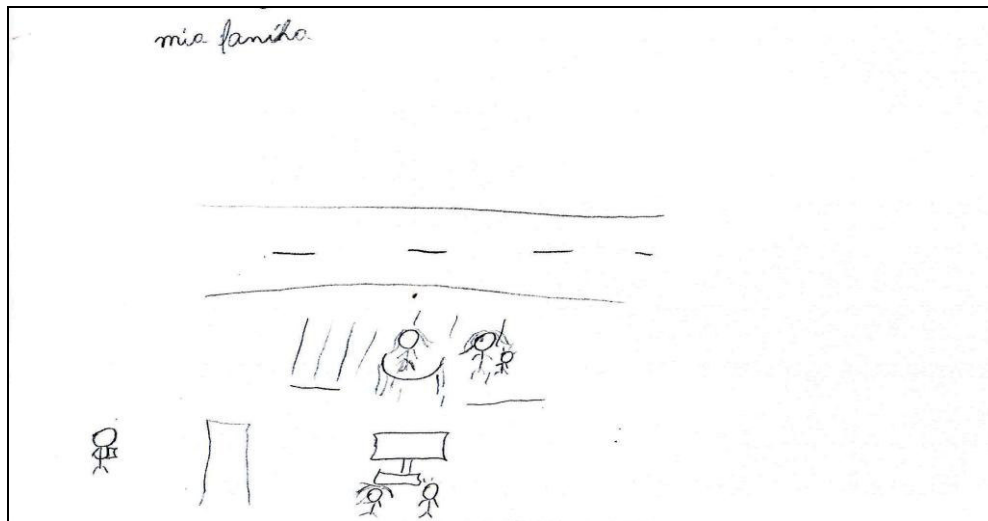


Figura 24: Desenho de sua família (caso 6).

Por fim, na última produção (Figura 24) o adolescente conseguiu apresentar um desfecho mais positivo da família apresentada, em que se encontra reunido com mãe e irmãos, realizando atividades juntos.

O desejo de reorganização emocional e maior aproximação familiar se reaviva no quarto desenho do DF-E, demonstrando que o adolescente ainda possui recursos emocionais positivos, esperança em reconstruir seus vínculos, e expectativas de melhora em suas condições emocionais. “(P) Como é que você acha que termina essa história? (R) (pausa) De novo? (P): Aham. (R) Todo mundo feliz.”

#### 4.4.7 Eduardo (caso 7)

Título: “Família sem contato”: “Era uma tarde que... Estava fazendo muita chuva, e era aniversário do garoto, do rapaz. Nesse aniversário ele queria ganhar um presente do pai dele, que era um cachorro... Mas, ao invés de ele ganhar um cachorro, ele ganhou um celular. E quando ele ganhou o celular, ele ligou pela primeira vez, ele ligou e falou: 'Que que eu vou fazer com isso? Não

tem como brincar.' Ai o pai dele mostrou como brinca com o celular, mostrou aplicativos de jogos e baixou. Ai esse garoto tendo o celular dele, viu que a irmã também queria brincar. Só que por ... Só que, ele não queria deixar porque era perigoso ela deixar cair, estragar e tal. E quando dai ... Foi no outro dia, ela ganhou um cachorro. Ele olhou pro cachorro, olhou pro celular e perguntou para o pai dele: 'Por que você deu um cachorro para ela e um celular para mim? ' Ai ele ... O pai dele respondeu: 'porque os jovens de hoje usam mais o celular e querem ser mais antenados, querem ser. Querem estar um passo a frente, quer estar sabendo mais das notícias. Já a criança não, a criança ela quer brincar, o tempo todo, com um amigo, seja cachorro, boneca ou brinquedo.'. E é isso.”

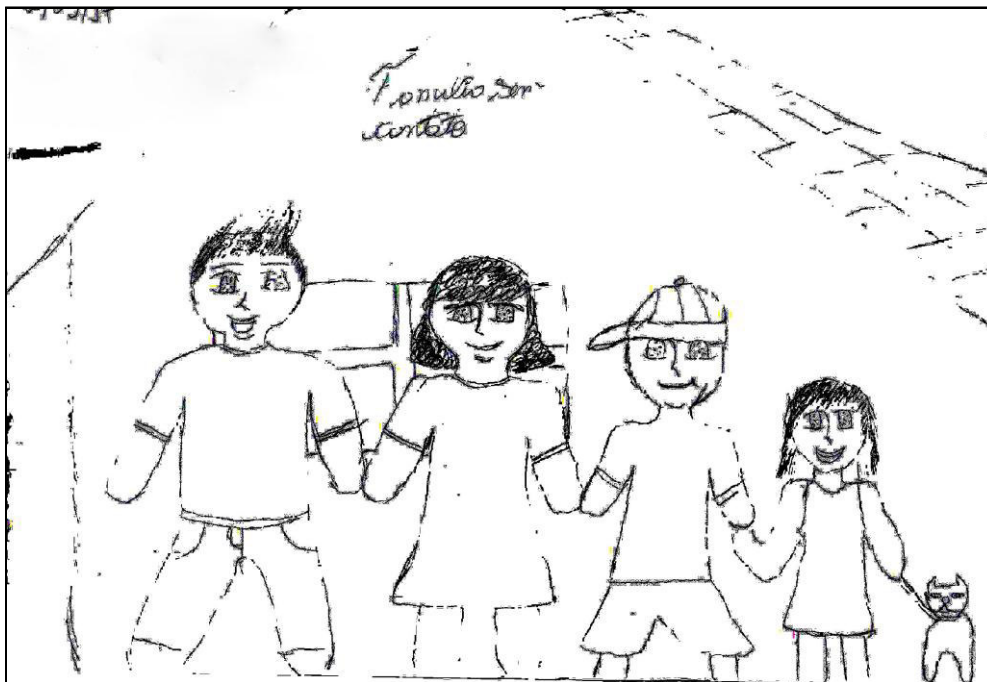


Figura 25: Desenho de uma família qualquer (caso 7).

Na primeira produção (Figura 25), Eduardo iniciou contando uma história genérica e ao final representou a própria família no enredo criado. A história presentes entregues pelo pai aos filhos, sendo o celular para o menino e o cachorro para a menina. O cachorro surge como objeto de disputa do adolescente - possível representante de afeto, visto que o jovem se sente preterido em relação a



irmã. Ao mesmo tempo, há uma discussão do uso de tecnologia, do celular pelo adolescente, como forma de afastamento do convívio familiar, e ausência de efetivo diálogo.

Eduardo apresentou os possíveis conflitos familiares de forma sutil. Na representação gráfica apresentado todos estão de mãos dadas, as expressões faciais são harmônica e há interação entre eles. A problemática se evidenciou de forma mais efetiva, no título da história “Família sem contato”, do que no próprio enredo apresentado.

O adolescente faz uma crítica racionalizada, pontuando que possíveis afastamentos familiares são decorrente de suas próprias atitudes, na tentativa assim de preservar as figuras parentais. Quando questionado como que termina a história, pontua: “(E): (pausa) Termina que... Ele quer dar mais atenção pro celular dele do que para a irmã, e pro cachorro, e que ele quer saber mais dos amigos que da família. (P): Certo, por que ele acaba tendo essa atitude? (E) Porque quando a gente vem pra cidade, a gente quer saber mesmo dos amigos, do que acontece fora da família, e a gente não presta mais atenção na família, a gente não dá atenção, a gente não conversa, é movido por causa de internet, computador, celular.”

De todos os adolescentes da pesquisa, Eduardo mostrou o mais criativo, e que conseguiu estabelecer uma história organizada, independente das possíveis defesas surgidas em seus desenhos. Trinca (2013), aponta o D-E por se constituir uma atividade lúdica, preserva a mente, mesmo quando há mobilização de angústias e defesas.

Título: “Família Feliz”: “Bom... Uma família ideal, para mim, é aquela que conversa, que se comunica, que qualquer problema conta um pro outro, que divide qualquer coisa. E, no momento ideal, que a família tá bem unida mesmo, é na hora do almoço ou janta, que todo mundo conversa, todo mundo respeita um ao outro... E é isso. [...] Bom, é um... É uma família de dois... Dois filhos,

o pai e a mãe, e os dois são... Dois casal de... Um casal de pai e um casal de filhos, e os dois são irmãos, claro. E eles estão almoçando e conversando como foi o dia a dia, o que o pai fez no trabalho, o que a mãe fez em casa e os dois, o que os dois fizeram na escola.”

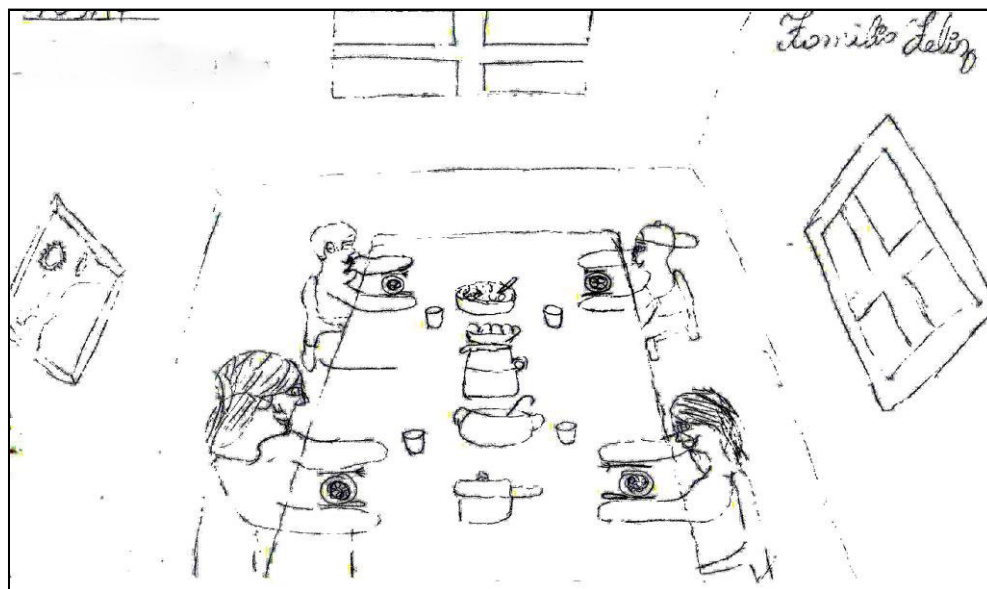


Figura 26: Desenho de uma família ideal (caso 7).

Na segunda produção (Figura 26) o adolescente retratou uma cena do cotidiano, relacionando o afeto, a união, nos momentos de alimentação, em que há a reunião familiar. Trouxe o momento de diálogo entre a família, quando os filhos são questionados sobre a escola.

Novamente Eduardo atribui ao adolescente comportamentos no passado que dificultavam o bom convívio familiar, afirmando mudanças de conduta no ambiente escolar, e melhor rendimento quanto as notas. “Bom, ele bagunçava muito no começo do ano, né? Agora ele viu que ia apertar um pouco pra ele, que se ele não conseguisse... É, conseguir as notas, ele não ia conseguir passar de ano, ele ia atrasar um ano na vida dele, ai decidiu mudar e estudar de verdade agora.”

As figuras parentais são representadas como presentes na rotina dos filhos e interessadas em suas atividades.

Título: “Família pobre”: “Na verdade, a família inteira não está bem, porque ela é uma mãe solteira, que cria dois filhos e ela não tem condições de dar uma vida melhor para eles. Eles moram numa barraca de lona, e lá onde eles moram, tem muito lixo... E... Ela está muito triste, porque ela não tem condições de cuidar dos dois e trabalhar ao mesmo tempo. E eles vivem sem estrutura nenhuma: sem água, sem energia... E eles estão muito triste por causa disso.”



Figura 27: Desenho de uma família que alguém não está bem (caso 7).

Na terceira produção (Figura 24), Eduardo fez referência a uma família que sobrevive de catar lixo, retratando situações precárias de subsistência e sobrevivência dos filhos. O adolescente destacou que toda a família não está bem, pois vive em uma situação de miserabilidade.

O adolescente enfatizou a importância das questões materiais e de substância em sua vida. Nota-se que na entrevista individual com a genitora, esta indicou que a família já passou por situações financeiras difíceis no passado e que no momento estariam estabilizados.

Nesse contexto, surgiu também a questão da responsabilidade atribuída ao filho mais velho, em relação aos cuidados dos irmãos, quando destaca na história que é necessário o menino mais

velho crescer para cuidar do irmão e permitir então que a mãe trabalhe. Tal situação é vivenciada por Eduardo, quando cuida das irmãs mais novas - condição está que foi destacada pelos genitores.

Silva e Milani (2015) apontam que as vezes, mesmo que os pais tentem prover da melhor forma possível os filhos, poderá ocorrer falhas sentidas pelos eles como significativas, situações esta às vezes muito difíceis de serem controladas.

Título: “Passeio em conjunto com os parentes”: “Essa ai foi a vez que a gente foi na orla junto, só que a gente não tirou foto. A gente só passou junto, na Orla. A gente foi passear na orla com cachorro. [...] Foi legal, a gente caminhou um pouco, a gente andou junto, a gente saiu mais para se distrair. Estava a família inteira: eu, meu pai, minha mãe, minhas três irmãs... e o cachorro.”



Figura 28: Desenho de sua família (caso7).

Na última produção (Figura 25), Eduardo finalizou com a representação de sua família, apresentando-as em uma reunião familiar de lazer e diversão, trazendo aspectos positivos desse convívio quando estão reunidos. A orla foi o espaço retratado, local este, que foi citado pelo adolescente e genitores, como ponto de encontro para as práticas de esporte e interação social de Eduardo.

Retratou todos os membros familiares, como os pais, as irmãs e os animais de estimação. Evidenciou o afeto positivo entre eles, e os recursos saudáveis na construção dos vínculos, indicando boas perspectivas em seu desenvolvimento.

#### 4.4 - Discussão integrada dos casos

Os dados apresentados evidenciaram a influência de privações ambientais e afetivas importantes, em pelo menos quatro dos sete adolescentes pesquisados.

João (caso 1), Lucas (caso 2) e Eduardo (caso 3) apresentaram maior estabilidade familiar, constância quanto a rotina, convivência diária com ambos os genitores, monitoria e supervisão das atividades de escola e de lazer. Nos três casos, o monitoramento e imposição de regras se intensificaram após a denúncia realizada, porém, a forma de exercê-la mostrou-se diferenciada para cada grupo familiar.

Para João, a supervisão assumiu um caráter de fiscalização e controle, que tem desencadeado intensa ansiedade no adolescente. Diferente de Lucas e Eduardo, que já apresentaram um monitoramento mais participativo e organizado de seus genitores. Gomide (2017) argumenta que o tipo de supervisão estressante, caracteriza pela exagerada vigilância ou fiscalização dos pais em relação aos filhos, com elevada frequência de instruções repetitivas, reforça o sentimento de desconfiança dos adolescentes, e indica falhas na forma de educação exercida por esse núcleo familiar. É necessário práticas educativas positivas, para evitar a ocorrência do novo comportamento delitivo.

Importante pontuar que João foi o único adolescente que passou pelo afastamento familiar, e permaneceu 40 dias na Unidade de Internação. Tal experiência pode indicar que os pais temem a repetição dos fatos, e ainda estejam revivendo o evento traumático, utilizando a repressão com o adolescente, como mecanismo de defesa, na tentativa de reorganização emocional.

Outro dado significativo observado nos três casos iniciais, foram as presenças das figuras paternas, de forma participativa e afetiva. Todos acompanharam os filhos durante as demandas processuais, assim, como demonstraram conhecimento da rotina dos mesmos, participação dos momentos de lazer e interação com os adolescentes.

Winnicott (1960/2007) fala da importância da família proporcionar a provisão ambiental necessário (*holding*) para que o indivíduo se reconheça e posteriormente, busque a independência. A presença paterna torna-se fundamental nessa função, como reguladora do ambiente, e representante de regras e limites, que devem sempre ser pautados no afeto e proteção.

Acredita-se que o exercício da paternagem participativa desses pais, cria um prognóstico positivo, propiciando que o comportamento transgressor apresentado venha a ser transitório, sem a manutenção e persistência do ato no futuro.

Nos demais adolescentes, Fabiano (caso 2), Carlos (caso 4), Benício (caso 5) e Renato (caso 6), as falhas familiares e privações ambientais se mostraram mais evidentes, com prejuízos significativos nos estabelecimento de condutas morais e amadurecimento emocional.

Somente Benício possuía contato com a figura paterna. Apesar da existência de hierarquia, a comunicação era distante e pouco afetiva, sem participação ativa do pai na rotina do filho. Já Fabiano, Carlos e Renato eram desprovidos da convivência paterna, sem vínculo afetivo. Carlos, apesar de se referir ao pai com afeto, não o via desde os 9 anos, e somente reatou o convívio, na eminência da morte do pai. Fabiano também não conviveu com o genitor. Já Renato, possui tanto o pai como o padrasto reclusos, por envolvimento em crimes, como tráfico de drogas e homicídio. Como aponta Penso et al. (2012), a falta de projetos parentais para esses adolescentes, e a ausência de figuras de autoridade, com falhas no processo de identificação, contribuem significativamente para a manutenção do comportamento transgressor.

Apesar de todos responderem pelo ato infracional de estupro de vulnerável, somente João, Benício e Fabiano reconheceram terem perpetrado o abuso sexual. A relação estabelecida com as vítimas foi diferenciada. João e Benício conviviam diariamente com as crianças, em seus espaços domésticos, e na oportunidade que ficaram sozinhos, estimularam sexualmente as vítimas, sem o uso de força. Em relação a Fabiano, a convivência com a vítima também era frequente, porém no ambiente escolar, e o fato ocorreu na companhia de mais um adolescente, sendo utilizado de violência, na tentativa de subjugar a vítima ao ato.

As escolhas dos objetos sexuais, como descrita por Freud (1905/1996) indicou funcionar de forma diferenciada para os três adolescentes. Para João, o abuso restringiu-se a um único episódio, de estimulação e pedido para que a criança o masturbasse, ocorrendo a intervenção imediata, com a revelação da criança aos pais. A intenção era ser tocado e estimulado para obtenção do prazer. Benício já apresentou certo ritual pra prática do abuso: esperava a criança e pais dormirem, ocorria em geral de madrugada, no leito da criança, e quando ela acordava ele se ausentava. Às vezes, fazia o uso do álcool como desinibidor, e os episódios ocorreram no mínimo por três vezes. O prazer do adolescente indicou estar associado mais a uma relação voyerista e de toque da criança, do que ele mesmo ser estimulado. Os dois adolescentes mostraram-se contidos quanto a sexualidade, com dificuldade na manifestação dos afetos: João pela questão religiosa que perpassa toda sua constituição familiar, com uma educação mais repressiva; e Benício, pelo distanciamento afetivo observado em seu contexto familiar e dificuldade na interação social.

Em relação a Fabiano, já se observou o uso da força na tentativa de subjugar a vítima, outra adolescente da mesma idade, e com qual teve breve namoro no passado. Há um jogo de poder, em que o ato sexual surgiu como mais um exercício de virilidade e potência para Fabiano. A dificuldade em lidar com a frustração e reconhecer a alteridade do outro, quando a vítima se recusa a realizar

outras práticas sexuais propostas, demonstrou falhas na reconhecimento de imposição de regras e limites ao adolescente.

Em relação aos adolescentes que negaram a prática do abuso sexual, observou-se em Carlos e Renato forte conflito familiar, histórico de abuso sexual sofrido por suas genitoras, tentativas de suicídio e sentimentos depressivos manifestados pelos adolescentes. Tratam-se de acusações de abuso sexual intrafamiliar, envolvendo a irmã e tias. Foi possível observar, como aponta Amparo e Pereira (2010), a fragilidade narcísica, com ameaças a identidade e reconhecimento do outro e o reduzido reconhecimento da realidade. Os pensamentos de conteúdos autodestrutivos mostraram-se presentes nos dois casos, o que também pode indicar possibilidades de ataque e culpas inconscientes, que perpassam esses adolescentes.

Em ambos os casos, as mães se recusaram a aceitar a possibilidade dos filhos terem abusado sexualmente das crianças. Furniss (1996) descreve sobre a dificuldade de algumas mães que sofreram abuso sexual no passado, reconhecerem o ato, utilizando-se da negação, como defesa diante da angústia desencadeada, sendo pouco protetivas em relação as crianças vítimas, e o abuso sexual passando a ter um caráter transgeracional.

Dos adolescentes estudados, somente Fabiano respondia por outro ato infracional - Vias de Fato - por agressão realizada contra um adolescente. Para o restante, não houve correlação dos abusos sexuais praticados com outros atos infracionais.

A princípio não se observou na maioria dos casos pesquisados, um comportamento antissocial persistente, de violação das normas sociais e ataque ao outro, o que pode sugerir que o ato do abuso sexual para alguns desses adolescentes, esteve mais relacionado ao exercício da sexualidade, que se deu de forma equivocada, com escolhas objetivas inapropriadas para a descarga da pulsão sexual, descrita por Freud (1905/2006).



O uso do DF-E com os adolescentes mostrou-se muito importante para a emergência dos conteúdos latentes, e compreensão da relação familiar estabelecida, com a manifestação das potencialidades e queixas presentes. Conteúdos que não foram verbalizados nas entrevistas individuais, foram projetados na execução e história dos desenhos.

Todos conseguiram executar sem dificuldades os desenhos propostos, surgindo em alguns casos dificuldade em contar a história, seja por inibição, seja pelos conteúdos mobilizados, sendo necessário o manejo na aplicação.

Barbieri (2013) defende que na tendência antissocial, o DF-E é importante para a compreensão do caso e para traçar estratégias de intervenção visto que primeiro aborda a especificidade dos dinamismos familiares e segundo, devido sua característica expressivo-projetiva, consegue alcançar o significado do que ocorre no relacionamento destes grupos.

Em relação a ação judicial, apesar da ausência da sentença transitado em julgado, durante a pesquisa os adolescentes foram encaminhados para acompanhamento psicológico em uma instituição conveniada com o Tribunal de Justiça. Em contato posterior com a instituição, verificou-se que João e Carlos compareceram e aderiram a psicoterapia. Já Benício, o pai agendou por duas vezes a consulta inicial, porém o adolescente não compareceu. Os demais não iniciaram o acompanhamento psicológico.

## 5. Considerações finais

Por meio do estudo realizado, é possível considerar que os abusos sexuais praticados por estes adolescentes estiveram mais relacionados à falhas no manejo familiar, com práticas educativas equivocadas e/ou ausências afetivas importantes em seu desenvolvimento, do que reduzido a uma característica patológica individual do adolescente.

Observa-se, com frequência, a estigmatização social desses jovens, o que dificulta a compreensão do fenômeno do abuso, que em alguns casos parece indicar, serem pontuais e mais voltados à busca de obtenção de afeto e satisfação, do que o desejo de proporcionar sofrimento e prejuízos à suposta vítima.

Outro aspecto importante a ser ponderado, é a possibilidade do adolescente reconhecer a prática do abuso sexual de forma mais recorrente do que no adulto. Três dos sete adolescentes reconheceram que abusaram das vítimas, mesmo que em suas narrativas, surgissem defesas e minimizações, como terem feito uso de álcool, não as terem machucado, ou apontarem a conduta da vítima como forma de justificativa do abuso.

Reconhecer o ato praticado traz perspectivas positivas de reparação para esses jovens, que caso encontrem o apoio familiar, segurança necessária e a intervenção adequada, podem externalizar sobre seus conflitos e angústias. Acredita-se que pelo fato do adolescente ainda não possuir mecanismos de defesas tão cristalizados, como no adulto, a possibilidade de intervenção e remanejamento dessas pulsões desviantes possam ter maior resolutividade, evitando a reincidência do ato infracional.

Também observou-se nesse estudo que quatro dos sete adolescentes pesquisados possuíam convivência com a figura paterna, enquanto outros dois possuíam substitutos, como avô e tios. O contato era contínuo, o que destoa da literatura apontada nesses casos, em que em geral, há uma ausência total dessas figuras de referência, e a responsabilidade dos cuidados recai sobre a genitora.

O abuso sexual por ser um fenômeno multifacetado, pode ocorrer em diversos contextos, condições sociais e constituições familiares, reforçando a importância de se compreender a comunicação estabelecida nesses espaços e com as figuras de referência, assim como , compreender como esse adolescente irá internalizar todas essas demandas e reproduzi-las no ambiente.

Apesar do enfoque desta pesquisa não ser a avaliação psicológica, pode-se pensar em contribuições para o exercício do psicólogo jurídico nesse campo. Em que pese o volume de trabalho e prazos geralmente restritos para a realização do estudo, ampliar a avaliação com a utilização de técnicas projetivas complementares às entrevistas mostra-se relevante, como forma de facilitar o acesso à conteúdos não apresentados pelo adolescente em seu discurso.

O DF-E apresenta-se como um possível recurso a ser utilizado, por ser um material de baixo custo, não exigir níveis de escolarização e ser de fácil manejo em sua aplicação com os adolescentes. Ademais, propicia a eles associações em relação as suas interações familiares, oportunizando assim, uma visão ampliada sobre o caso.

Compreender as motivações e as características desses abusos sexuais, a partir das avaliações psicológicas, também contribuem para aplicações de medidas socioeducativas mais específicas, que realmente atendam as necessidades e demanda desses jovens. Quando o sistema de justiça é chamado para intervir nesses casos, muitas vezes se tem um olhar generalista, sem programas específicos para trabalhar os adolescentes e suas famílias.

Espera-se assim, que essa pesquisa possa motivar os profissionais a atuarem com o adolescente que praticou abuso sexual, diminuindo a rejeição e preenchendo algumas lacunas que existem nessa temática, seja em futuras avaliações ou projetos de intervenção, antes ou após aplicação da medida socioeducativa.

## Referências

- Aberastury, A. (1970/1992). O adolescente e a liberdade. In A. Aberastury & M. Knobel. *Adolescência Normal*. (S.M. G. Ballve, Trad., 10a ed., Cap.1, pp.13-23). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Amparo, D. M. D., & Pereira, M. S. Adolescência e passagem ao ato violento: aspectos clínicos e psicodinâmicos. In D. M. D. Amparo, S. F. C. D. Almeida, K. T. R. Brasil & F. Marty. (Orgs.). *Adolescência e Violência: Teorias e Práticas nos Campos Clínico, Educacional e Jurídico*. (Cap. III, pp. 67-88). Brasília: Líber.
- Araújo, M. M., & Santos, A. P. R. D. C. (2008). Do Ato Infracional: aplicação e eficácia das medidas sócio educativas em meio aberto. (pp. 375-398). *Revista do Caap*, Minas Gerais.
- Araújo, S. M. B. (2014). Pai, aproxima de mim esse cálice: significações de juízes e promotores sobre a função paterna no contexto da justiça. Curitiba: Maresfield Gardens.
- Areco, N. M., Silva, R. C. D., & Matias, C. A. (2010). Caracterização dos serviços que atendem adolescentes: interfaces entre saúde mental e drogadição. *Psicologia & Sociedade*, Porto Alegre, 23(1) 103-113.
- Barbieri, V. (2013). Contribuições do Procedimento de Desenhos de Família com Estórias para a compreensão da Tendência antissocial infantil. In: W. Trinca (Org.). *Formas Compreensivas de Investigação Psicológica: Procedimento de Desenhos-Estórias e Procedimento de Desenhos de Família com Estórias*. (pp. 305-335). São Paulo: Vetor.
- Bardin, L. (1995). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70. (Obra original publicada em 1977).
- Bee, H. (1997). *O ciclo vital*. (R. Garcez, Trad.) Porto Alegre: Artes Médicas.
- Bianchini, F., & De Antoni, C. (2012). Adolescentes que abusam sexualmente de crianças e de outros adolescentes. In L. F Habigzang, & S. H. Koller. (Orgs.). *Violência contra crianças e adolescentes: teoria, pesquisa e prática*. (pp.123-133).Porto Alegre: Artmed.

- Boll, J. (2014). *O adolescente infrator, medidas socioeducativas e práticas restaurativas: considerações sobre a efetividade das medidas em meio aberto*. (Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização). Curso de Direito, Departamento de Ciências Jurídicas e Sociais - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Três Passos. RS, Brasil.
- Bordin, I. A., & Offord, D. R. (2000). Transtorno da conduta e comportamento anti-social. *Rev. Bras. Psiquiatria*, 22 (supl II), 12-5. Recuperado de: <http://www.scielo.br/pdf/rbp/v22s2/3789.pdf>
- Brusius, A., & Gonçalves, L. L. (2012). Adolescência e o ato infracional: reflexões sobre o sentido da socioeducação na privação de liberdade. In. G. J. C. Gauer, S. J. L. Vasconcellos & T. R. Davoglio. (Orgs.). *Adolescentes em conflito: violência, funcionamento antissocial e traços de psicopatia*. (Cap. 10. pp. 183-203). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Bueno, L. M. D. A. C., Mishima, F. K. T., & Barbieri, V. (2010). Percepção da dinâmica familiar por crianças antissociais: um estudo comparativo com o procedimento de desenhos de famílias com histórias. *PSICO*, Porto Alegre. 41 (1), 93-102. Recuperado de: [revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/download/5242/5221](http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/download/5242/5221)
- Cardoso, M. R. Transgressão pulsional e geracional: a perpetuação da adolescência. In M. R. Cardoso, & F. Marty (Orgs.), *Destinos da Adolescência*. (P. H. B. Rondon. Trad. pp. 69-80). Rio de Janeiro: 7letras.
- Carvalho, M. C. N. D., & Gomide, P. I. C. (2005). Práticas educativas parentais em famílias de adolescentes em conflito com a lei. *Estudos de Psicologia*, Campinas. 22 (3) 263-27. Recuperado de: <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v22n3/v22n3a05.pdf>
- Costa, C. R. B. S. F. D. (2005). É possível construir novos caminhos? Da necessidade de ampliação do olhar na busca de experiências bem-sucedidas no contexto socioeducativo. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro. 2 (5) 79-95.

- Chagnon, J. (2008). Distúrbios de comportamento, narcisismo fálico e luta contra a passividade na adolescência. In M. R. Cardoso, & F. Marty (Orgs.), *Destinos da Adolescência*. (P. H. B. Rondon. Trad. pp. 121-138). Rio de Janeiro: 7letras.
- Fagundes, D. F., & Ribeiro, F. N. (2016) O real da prática psicológica na Vara da Infância e Juventude. In III Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão da UCDB, *Anais Saberes em Ação 2016*. (pp.320-332). Campo Grande: Universidade Católica Dom Bosco. Recuperado de <http://anais.saberesemacao.ucdb.br/edicoes/2016/Direitos-Humanos-Etica-e-Justica.pdf>
- Francischini, R., & Campos, H. R. (2005). Adolescente em conflito com a lei e medidas socioeducativas: Limites e (im)possibilidades. *Psico*, Natal, 36 (3) 267-273. Recuperado de <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/viewFile/1397/1097>
- Freud, S. (1905/2006). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In S. Freud. *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*. (Vol. VII, pp. 119-231, J. Salomão, Trad.). Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1905).
- Furniss, T. (1993). Abuso Sexual da Criança: Uma abordagem multidisciplinar, manejo, terapia e intervenção legal integrados. (M. A. V. Veronese. Trad.) Porto Alegre: Artes Médicas. (Obra original publicada em 1991).
- Gabel, M. (1997). Algumas observações preliminares. In M. Gabel. Org.). *Crianças vítimas de abuso sexual*. (S. Goldfeder & M.C. c. Gomes. Trad. 2a ed. pp. 9-13) São Paulo: Summus. (Obra original publicada em 1992).
- Gomide, P. I. C. (2017). Pais presentes, pais ausentes. Petrópolis: Vozes.
- Habigzang, L. F., Koller, S. H., Stroehler, F. H., Hatzenberger, R., Cunha, R.C., & Ramos, M. D. S. (2008). Entrevista clínica com crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. *Estudos de Psicologia*, Natal, 13 (3), 285-292.
- Herzog, R., & Mariante, I. (2008). Entre a infância e o infantil – vicissitudes da adolescência. In M.

R. Cardoso, & F. Marty (Orgs.), *Destinos da Adolescência*. (P. H. B. Rondon. Trad. pp. 39-53). Rio de Janeiro: 7letras.

Ikuma, D. M., Kodato, S., & Sanches, N. A. (2013). Significados de atos infracionais praticados por adolescentes em conflito com a lei. *Revista de Psicologia da UNESP*, 12(1) 51- 63.

Knobel, M. V. (2003). Visão Psicológica da Adolescência Normal. In V. Coates, L. A Francoso & C. W. Beznos (Eds.). *Medicina do Adolescente*. (2a ed. pp. 39-44). Sarvier: São Paulo.

*Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990* – Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Recuperado de: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm)

*Lei nº 12.015, de 7 de Agosto de 2009* – Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal e revoga a Lei nº 2.252, de 1º de julho de 1954, que trata de corrupção de menores. Recuperado de: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/112015.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112015.htm).

*Lei nº 12.594, de 18 de Janeiro de 2012* – Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-Leis nos 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943. Recuperado de: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112594.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112594.htm)

Lima, C. B. (2013). Procedimento de Desenhos de Família com Estória: Tendências Atuais. In: W.

- Trinca (Org.). *Formas Compreensivas de Investigação Psicológica: Procedimento de Desenhos-Estórias e Procedimento de Desenhos de Família com Estórias*. (pp. 227-248). São Paulo: Vetor.
- Lobo, S. (2008). As condições de surgimento da “Mãe Suficientemente Boa”. *Revista Brasileira de Psicanálise*, São Paulo, 4 (42), 67-74.
- Londero, A. D., & Souza, A. P. R. D. (2016). Prevenção e intervenção em casos de tendência antissocial em uma perspectiva winnicottiana. Alterações de linguagem como sintoma inicial da privação ambiental. *CEFAC*, Santa Maria, 18 (2), 544-554.
- Manzini, E. J. (1990/1991). A entrevista na pesquisa social. In *Didática*. (v. 26/27. pp. 149-158). São Paulo.
- Pacheco, J. T. B., & Hutz, C. S. (2009). Variáveis familiares preditoras do comportamento anti-social em adolescentes autores de atos infracionais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. 25 (2), 213-219.
- Papalia, D.E., Olds, S. W., & Feldman, R. D. (2006). *Desenvolvimento Humano*. (D. Bueno Trad. 8a ed.). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Penso, M. A., Conceição, M. I. G., Costa, L. F., & Carreteiro, T. C. O. C. (2012). *Jovens pedem Socorro: o adolescente que praticou ato infracional e o adolescente que cometeu ofensa sexual*. Brasília: Liber Livro.
- Provimento N. 9, de 23 de dezembro de 1991*. Acrescenta a categoria funcional de Psicólogo, como itens 34 e 34.1, no capítulo XXVI das Normas de Serviço da Corregedoria. Recuperado de <http://www.tjms.jus.br/legislacao/visualizar.php?lei=6222&original=1>
- Provimento N. 4, de 16 de maio de 1996*. Institui o Regulamento do Concurso Público para os cargos dos ofícios de justiça do foro judicial do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul. Recuperado de <http://www.tjms.jus.br/legislacao/visualizar.php?lei=14365&original=1>



- Provimento N.100, de 10 de julho de 2006.* Altera o quadro da Direção do Foro da Comarca de Campo Grande constante no anexo do Provimento n.84, de 20 de janeiro de 2006. Recuperado de <http://www.tjms.jus.br/legislacao90090--/visualizar.php?lei=22497&original=1>
- Provimento N.285, de 19 de março de 2013.* Divide a Coordenadoria Psicossocial Forense da comarca de Campo Grande, em dois grupos de atuação e dá outras providências. Recuperado de <http://www.tjms.jus.br/legislacao/visualizar.php?lei=28383&original=1>
- Samara, E.D. M. (2004). *A família brasileira.* (4a ed.) São Paulo: Brasiliense.
- Sanderson, C. (2005). *Abuso Sexual em crianças: fortalecendo pais e professores para proteger crianças de abusos sexuais.* (F. D. Oliveira Trad.) São Paulo: Mbooks. (Obra original publicada em 2004).
- Santos, E. P. D. S. (2004). (Des)construindo a 'menoridade': uma análise crítica sobre o papel da Psicologia na produção da categoria "menor". In: E. P. Brandão & H. S. Gonçalves (Orgs.). *Psicologia Jurídica no Brasil.* (2ª ed, pp. 205-248). Rio de Janeiro: Nau Ed.
- Silva, C. Y. G. D., & Milani, R. G. (2015). Adolescência e Tendência Anti-social: o Rap como Expressão de uma Privação Emocional. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 35 (2), 374-388. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v35n2/1982-3703-pcp-35-2-0374.pdf>
- Silva, F. B., & Brígido, (2006). E. A sexualidade na perspectiva freudiana. *Revista Contemplação.* (13), 125-138.
- Silva-Costa, B. N., & Fortunato-Costa, L. (2013). Perpetrador e vítima: o adolescente que cometeu ofensa sexual. *Rev. Latinoam.cienc.soc.niñez.juv.* 11(2), 633-645. Recuperado de <http://revistalatinoamericanaumanizales.cinde.org.com>
- Trinca, W. (Org.) (2013). *Procedimento de Desenhos-Estórias: formas derivadas, desenvolvimentos e expansões.* São Paulo: Vetor.

- Van Kolck, O. L. (1984). Testes projetivos gráficos no diagnóstico psicológico. In C. R. Rappaport (Coord.). *Temas Básicos de Psicologia*. (v. 5). São Paulo: EPU.
- Villela, E. M. B. (2013). Um modelo de interpretação clínica do Procedimento de Desenhos e Família com Estórias. In: W. Trinca (Org.). *Formas Compreensivas de Investigação Psicológica: Procedimento de Desenhos-Estórias e Procedimento de Desenhos de Família com Estórias*. (pp. 305-335). São Paulo: Vetor.
- Villemor-Amaral, A. E. D. (2015). *As pirâmides coloridas de Pfister – versão para criança e adolescentes- manual*. (2a ed). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Winnicott, D. W. (1939/2002). A agressão e suas raízes. In D. W. Winnicott. *Privação e Delinquência*. (A. Cabral, Trad. 3a. ed., pp. 93-110). São Paulo: Martins Fonte. (Originalmente publicado em 1939)
- Winnicott, D. W. (1946/2002). Alguns aspectos psicológicos da delinquência juvenil. In D. W. Winnicott. *Privação e Delinquência*. (A. Cabral, Trad. 3a. ed., pp. 127-134). São Paulo: Martins Fonte. (Originalmente publicado em 1946)
- Winnicott, D. W. (1956/2002). A tendência anti-social. In D. W. Winnicott. *Privação e Delinquência*. (A. Cabral, Trad. 3a. ed., pp. 135-147). São Paulo: Martins Fonte. (Originalmente publicado em 1956)
- Winnicott, D. W. (1960/2007). Teoria do relacionamento paterno-infantil. In D. W. Winnicott. *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. (I. C. S. Ortiz, Trad. 3a. ed., pp. 38-54). Porto Alegre: Artmed. (Originalmente publicado em 1960)
- Winnicott, D. W. (1962/2007). Provisão para a criança na saúde e na crise. In D. W. Winnicott. *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. (I. C. S. Ortiz, Trad. 3a. ed., pp. 62-69). Porto Alegre: Artmed. (Originalmente publicado em

1962)

Yin, R.K. (2015). *Estudo de Caso: Planejamento e Métodos*. (C. M. Herrera, Trad. 5a ed.) Porto Alegre: Bookman. (Obra original publicado em 2014)

## Apêndice A - Roteiro da Entrevista Individual (Adolescente)

### **DADOS SÓCIO-DEMOGRÁFICOS**

Sexo:

Idade: Data de nascimento: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Raça/ Cor:

Estado Civil:

Escolaridade:

Escola: Pública ( ) Particular ( )

Período: ( ) matutino ( ) vespertino ( ) noturno

Exerce alguma atividade remunerada? \_\_\_\_\_ Qual? \_\_\_\_\_

Renda: \_\_\_\_\_

### **CONSTITUIÇÃO FAMILIAR**

1. Quantas pessoas moram na mesma casa com você?
2. Conte-me sobre seus pais. Possuem contato atualmente?
3. Você foi educado pelos mesmos? Como é o relacionamento entre vocês?
4. Descreva como foi a sua infância.
5. Você possui outro familiar de referência afetiva?
6. Você possui irmãos? Se sim, mantém contato?
7. Relate sobre o seu relacionamento familiar.
8. Alguma vez já foi afastado do convívio familiar?
9. Se sim, como foi essa experiência?

### **CONVÍVIO SOCIAL**

9. Você possui amigos? Como é o relacionamento entre vocês?
10. O que costuma fazer nos momentos de lazer?
11. Como é sua rotina?

12. Como é o seu relacionamento na escola?
13. Já sofreu algum tipo de bullying na escola ou se envolveu em brigas?
14. Você pratica algum esporte ou realiza algum curso?

### **ATO INFRACIONAL**

15. Conte-me sobre a acusação de abuso sexual.
16. Você confirma ou nega os aspectos envolvidos no ato?
17. Houve a participação de alguém? Se sim, de onde o(a) conhece?
18. O que o levou a cometer o ato?
19. Como se sentiu após a ação?
20. Qual foi a repercussão do ato em sua família? Como se sentiram?
21. Houve algum tipo de repercussão na região em que você mora ou em sua escola?
22. Quais foram as consequências percebidas em relação ao ato?
23. Mantém contato com o outro(a) representado(a)/com a vítima?
24. Há histórico de abuso sexual intra ou extra-familiar, em sua família?
25. Você já sofreu algum tipo de abuso sexual?
26. Você já teve acesso a material pornográfico (vídeos, fotos, mensagens de celular, entre outros)?

### **SAÚDE**

27. Realiza/Realizou algum tratamento de saúde?
28. Faz/Fez uso de algum medicamento controlado? Qual?
28. Realiza/realizou algum tipo de acompanhamento psicológico? Por quanto tempo?
26. Já experimentou ou faz uso contínuo de substância psicoativa (bebidas alcoólicas, cigarro, maconha, pasta base, entre outros)?

### **FUTURO**

27. O que espera da ação judicial?
28. Você acredita em alguma forma de reparar o erro cometido? Se sim, quais?
29. Quais seus planos para o futuro?

## **DADOS SÓCIO-DEMOGRÁFICOS**

Sexo:

Idade: Data de nascimento: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Raça/ Cor:

Estado Civil:

Escolaridade:

Profissão:

Renda:

## **CONSTITUIÇÃO FAMILIAR**

1. Qual é o seu vínculo familiar com o adolescente?
2. Ele reside consigo? Se sim, quantas pessoas moram na mesma casa com vocês?
2. Você convive em união atualmente? Quanto tempo?
3. Possui filhos? Mantém contato?
4. Fale-me sobre o adolescente em tela.
5. Como quem o adolescente morou na infância?
6. O adolescente possui outro familiar de referência afetiva?
7. Ele possui irmãos? Se sim, mantém contato?
8. Relate sobre o convívio com o adolescente.
9. Ele já foi afastado do convívio familiar por algum período?

## **CONVÍVIO SOCIAL**

8. O adolescente possui amigos? Como é o relacionamento entre eles?
9. O que ele costuma fazer nos momentos de lazer?
10. Descreva sobre a rotina do adolescente.
11. Como é o relacionamento no meio social?

12. Ele sofreu algum tipo de bullying na escola ou se envolveu em brigas?

13. Ele pratica algum esporte ou realiza algum curso?

### **ATO INFRACIONAL**

15. Conte-me sobre a acusação de abuso sexual.

16. Como teve conhecimento? Qual foi sua reação, após a denúncia realizada?

17. Acredita nas acusações contra o adolescente?

18. O que pensa que o levou a cometer tal ato?

19. Vocês conversavam sobre sexualidade/sexo?

20. Como se sentiu com a presente acusação contra o adolescente?

20. Qual foi a repercussão do ato em sua família?

21. Manteve contato com familiares ou a vítima, após a denúncia?

23. Quais foram as consequências percebidas em relação ao ato?

24. Há histórico de abuso sexual intra ou extra-familiar, em sua família?

25. Acredita que o adolescente já tenha sofrido algum tipo de abuso sexual?

26. Acredita que ele já tenha sido exposto a material pornográfico (vídeos, fotos, mensagens de aplicativos, entre outros)?

### **SAÚDE**

27. O adolescente faz/fez algum tratamento de saúde?

28. Ele faz/fez uso de algum medicamento controlado? Qual?

29. Realiza/realizou acompanhamento psicológico? Por quanto tempo?

29. O adolescente já experimentou ou faz uso contínuo de substância psicoativa (bebidas alcoólicas, cigarro, maconha, pasta base, entre outros)?

### **FUTURO**

27. O que espera da ação judicial?

28. Você acredita em alguma forma do adolescente reparar o erro cometido? Se sim, quais?

29. Quais os planos para o futuro do adolescente?

## Apêndice C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Responsável Legal

O(a) Senhor(a) está sendo convidado(a) a participar, assim como autorizar a participação do adolescente na pesquisa: “O adolescente e a prática do abuso sexual”, do Programa de Pós-graduação em Psicologia (PPGpsi), em nível Mestrado em Psicologia, da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

O adolescente que responde a processos de abuso sexual ainda é um tema controverso e pouco discutido pela sociedade, visto que neste caso, o jovem ainda está em desenvolvimento e também requer a proteção do Estado. O nosso objetivo consiste em analisar o fenômeno do abuso sexual praticado por adolescentes, que respondem a processos judiciais pela Vara da Infância e Juventude da Comarca de Campo Grande/MS. Mais especificamente, verificar como os adolescentes compreendem o abuso sexual praticado e suas consequências; identificar quais as características psicológicas desses adolescentes e apurar se há fatores de risco e proteção para estes jovens, que podem contribuir ou não para o comportamento abusivo

A sua participação será através de uma entrevista individual gravada, e a participação do adolescente será através da entrevista individual gravada e aplicação do Procedimento de Desenho-estórias de Walter Trinca e o Teste das Pirâmides Coloridas de Pfister, versão para crianças e adolescentes, realizadas nas dependências do Fórum Central, na data combinada com um tempo estimado de 60 minutos para cada entrevista individual e 60 min para a aplicação dos instrumentos. Não existe obrigatoriamente, um tempo pré-determinado, para a entrevista, sendo respeitado o tempo de cada um para respondê-la.

Informamos que o(a) Senhor(a) e o adolescente podem se recusar a responder qualquer questão que lhe traga constrangimento, podendo desistir de participar da pesquisa em qualquer fase sem nenhum prejuízo para o(a) senhor(a) ou adolescente no seu atendimento.

O(a) senhor(a) receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa e lhe asseguramos que seu nome e do adolescente não aparecerá, sendo mantido o mais rigoroso sigilo através da omissão total de quaisquer informações que permitam identificá-lo(a)s.

Na expectativa de ocorrer possíveis danos decorrentes da participação da pesquisa, como o risco de exposição do relato dos adolescentes e familiares, por se tratar de entrevistas gravadas; destes apresentarem algum tipo de desconforto físico ou emocional, desencadeado pelo conteúdo das entrevistas ou aplicação dos instrumentos psicológicos; e dos participantes se sentirem



prejudicados caso interrompam a participação na pesquisa, por se tratar de uma avaliação psicológica que ocorre por determinação judicial nos autos, serão realizadas as seguintes providências e cautelas apresentadas:

- Após a transcrição e análise das entrevistas, os áudios serão apagados, resguardando assim a intimidade dos avaliados;
- Caso os participantes apresentem algum tipo de desconforto físico ou emocional, as entrevistas serão interrompidas, e serão acionados os serviços de saúde existentes no município de Campo Grande;
- Ao adolescente e responsável legal, serão garantidos que a desistência na participação da pesquisa não acarretará prejuízos a avaliação psicológica por determinação judicial, que inclusive será realizada por outro psicólogo, lotado na Vara da Infância e Juventude.

Caso venha a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, previsto ou não neste Registro de Consentimento Livre e Esclarecido, terá direito a assistência e a buscar indenização.

Os resultados da pesquisa serão repassados para o Senhor(a) e o adolescente, por devolutivas individuais e, de acordo com as demandas identificadas, poderão ser encaminhados para serviços externos ao Fórum, como acompanhamento psicológico, psiquiátrico, rede de apoio socioassistencial, entre outros.

Os resultados da pesquisa poderão ser publicados posteriormente em revistas especializadas. Os dados e materiais utilizados na pesquisa ficarão sobre a guarda da pesquisadora responsável.

Informa-se que a pesquisa foi submetida ao parecer do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), que são colegiados interdisciplinares e independentes, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criados para defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro dos padrões éticos. (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP). <http://portal.ufgd.edu.br/setor/comite-etica-pesquisa-humano/index> Está localizado na Rua Melvin Jones, 940, Jardim América, Dourados-MS, CEP 79.803-010, e-mail: [cep@ufgd.edu.br](mailto:cep@ufgd.edu.br) , telefone: (67) 3410-2853.

Se o(a) Senhor(a) tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, pode entrar em contato com esta pesquisadora Sandra Regina Monteiro Salles, Rua Brasília, lote A, Q2, S/n, Jardim Imã, [sandra.salles@tjms.jus.br](mailto:sandra.salles@tjms.jus.br), telefone (67) 3314-7631 / 99904-4971.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o pesquisador responsável e a outra com o sujeito da pesquisa.

---

Nome / assinatura:

---

Pesquisador Responsável

Nome e assinatura:

Campo Grande, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

## Apêndice D - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Adolescente

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa: “O adolescente e a prática do abuso sexual”. “O adolescente e a prática do abuso sexual”, do Programa de Pós-graduação em Psicologia (PPGpsi), em nível Mestrado em Psicologia, da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

O adolescente que pratica o abuso sexual ainda é um tema controverso e pouco discutido pela sociedade, visto que neste caso, o autor da agressão ainda está em desenvolvimento e também requer a proteção do Estado. O nosso objetivo consiste em analisar o fenômeno do abuso sexual praticado por adolescentes, que respondem a processos judiciais pela Vara da Infância e Juventude da Comarca de Campo Grande/MS. Mais especificamente, verificar como os adolescentes compreendem o abuso sexual praticado e suas consequências; identificar quais as características psicológicas desses adolescentes e apurar se há fatores de risco e proteção para estes jovens, que podem contribuir ou não para o comportamento abusivo.

A sua participação será através de uma entrevista individual e aplicação do Procedimento de Desenho-estórias de Walter Trinka e a o Teste das Pirâmides Coloridas de Pfister, versão para crianças e adolescentes, realizadas nas dependências do Fórum Central, na data combinada com um tempo estimado de 60 minutos para entrevista individual e 60 min para a aplicação dos instrumentos. Não existe obrigatoriamente, um tempo pré-determinado, para a entrevista. Sendo respeitado o tempo de cada um para respondê-lo.

Informamos que você pode se recusar a responder qualquer questão que lhe traga constrangimento, podendo desistir de participar da pesquisa em qualquer fase sem nenhum prejuízo para seu atendimento.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa e lhe asseguramos que seu nome não aparecerá, sendo mantido o mais rigoroso sigilo através da omissão total de quaisquer informações que permitam identificá-lo(a).

Na expectativa de ocorrer possíveis danos decorrentes da participação da pesquisa, como o risco de exposição do relato dos adolescentes e familiares, por se tratar de entrevistas gravadas; destes apresentarem algum tipo de desconforto físico ou emocional, desencadeado pelo conteúdo das entrevistas ou aplicação dos instrumentos psicológicos; e do participantes se sentirem prejudicados caso interrompam a participação na pesquisa, por se tratar de uma avaliação

psicológica que ocorre por determinação judicial nos autos, serão realizadas as seguintes providências e cautelas apresentadas:

- Após a transcrição e análise das entrevistas, os áudios serão apagados, resguardando assim a intimidade dos avaliados;
- Caso os participantes apresentem algum tipo de desconforto físico ou emocional, as entrevistas serão interrompidas, e serão acionados os serviços de saúde existentes no município de Campo Grande;
- Ao adolescente e responsável legal, serão garantidos que a desistência na participação da pesquisa não acarretará prejuízos a avaliação psicológica por determinação judicial, que inclusive será realizada por outro psicólogo, lotado na Vara da Infância e Juventude.

Caso venha a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, previsto ou não neste Registro de Consentimento Livre e Esclarecido, terá direito a assistência e a buscar indenização.

Os resultados da pesquisa serão repassados a você por devolutivas individuais; e de acordo com as demandas identificadas, poderá ser encaminhado para serviços externos ao Fórum, como acompanhamento psicológico, psiquiátrico, rede de apoio socioassistencial, entre outros.

Os resultados da pesquisa poderão ser publicados posteriormente em revistas especializadas. Os dados e materiais utilizados na pesquisa ficarão sobre a guarda da pesquisadora responsável.

Informa-se que a pesquisa foi submetido ao parecer do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), que são colegiados interdisciplinares e independentes, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criados para defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro dos padrões éticos. (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP). <http://portal.ufgd.edu.br/setor/comite-etica-pesquisa-humano/index> Está localizado na Rua Melvin Jones, 940, Jardim América, Dourados-MS, CEP 79.803-010, e-mail: [cep@ufgd.edu.br](mailto:cep@ufgd.edu.br), telefone: (67) 3410-2853.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, pode entrar em contato com esta pesquisadora Sandra Regina Monteiro Salles, Rua Brasília, lote A, Q2, S/n, Jardim Imã, [sandra.salles@tjms.jus.br](mailto:sandra.salles@tjms.jus.br), telefone (67) 3314-7631 / 99904-4971.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o pesquisador responsável e a outra com o sujeito da pesquisa.

---

Nome / assinatura:

---

Pesquisador Responsável

Nome e assinatura:

Campo Grande, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

## Anexo A - Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa



UFGD - UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA GRANDE  
DOURADOS / UFGD-MS



Continuação do Parecer: 1.858.831

Verificar como os adolescentes compreendem o abuso sexual praticado e suas consequências; Identificar quais as características psicológicas desses adolescentes que praticaram o abuso sexual; Apurar se há fatores de risco e proteção para estes adolescentes, que podem contribuir ou não para o comportamento abusivo.

### **Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

O benefícios e os riscos do protocolo estão bem descritos e definidos, atendendo adequadamente a Resolução no. 510/16.

### **Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

A pesquisa trata de um assunto de grande polêmica para a sociedade nos dias de hoje, as argumentações apresentadas pela pesquisadora demonstram que o protocolo de pesquisa trará informações de grande relevância para a produção científica referente à avaliação psicológica no contexto jurídico, visando o encaminhamento do adolescente a medidas socioeducativas mais coerentes. Consistirá, dessa forma, na articulação entre desenvolvimento social e da personalidade e avaliação psicológica.

### **Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Os documentos obrigatórios foram todos apresentados e estão de acordo com a Resolução no. 510/16.

### **Recomendações:**

Sem recomendação a fazer.

### **Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

A pesquisadora atendeu a todas as recomendações solicitados no parecer consubstanciado no. 1.813.319 pelo qual concluímos pela APROVAÇÃO do protocolo de pesquisa.

### **Considerações Finais a critério do CEP:**

### **Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_765002.pdf	19/11/2016 01:14:11		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de	TermodeAssentimento_Reformulado.pdf	19/11/2016 01:12:12	SANDRA REGINA MONTEIRO SALLES	Aceito

Endereço: Rua Melvin Jones, 940

Bairro: Jardim América

UF: MS

Telefone: (67)3410-2853

Município: DOURADOS

CEP: 79.803-010

E-mail: cep@ufgd.edu.br



UFGD - UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA GRANDE  
DOURADOS / UFGD-MS



## PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** O adolescente e a prática do abuso sexual

**Pesquisador:** PAMELA STALIANO

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 61257616.7.0000.5160

**Instituição Proponente:** Faculdade de Ciências Humanas

**Patrocinador Principal:** Faculdade de Ciências Humanas

### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 1.858.831

#### **Apresentação do Projeto:**

O adolescente que pratica o abuso sexual ainda é um tema controverso e pouco discutido pela sociedade, visto que neste caso, o agressor ainda está em desenvolvimento e também requer a proteção do Estado. O objetivo geral desta pesquisa é analisar o fenômeno do abuso sexual praticado por adolescentes, que respondem a processos judiciais pela Vara da Infância e Juventude da Comarca de Campo Grande/MS. Mais especificamente, verificar como os adolescentes compreendem o abuso sexual praticado e suas consequências; identificar quais as características psicológicas desses adolescentes e apurar se há fatores de risco e proteção para estes jovens, que podem contribuir ou não para o comportamento abusivo. Serão realizadas análises das entrevistas semidirigidas com os adolescentes e seus responsáveis legais, assim como a aplicação do Procedimento de Desenho-estórias de Walter Trinca e a Pirâmides Coloridas de Pfister, versão para crianças e adolescentes. Posteriormente, os dados serão correlacionados e discutidos a luz do referencial teórico.

#### **Objetivo da Pesquisa:**

**Objetivo Primário:**

Analisar o fenômeno do abuso sexual praticado por adolescentes, que respondem a processos judiciais pela Vara da Infância e Juventude da Comarca de Campo Grande /MS.

**Objetivo Secundário:**

**Endereço:** Rua Melvin Jones, 940

**Bairro:** Jardim América

**UF:** MS

**Município:** DOURADOS

**Telefone:** (67)3410-2853

**CEP:** 79.803-010

**E-mail:** cep@ufgd.edu.br



Continuação do Parecer: 1.658.831

Ausência	TermodeAssentimento_Reformulado.pdf	19/11/2016 01:12:12	SANDRA REGINA MONTEIRO SALLES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Reformulado.pdf	19/11/2016 01:10:22	SANDRA REGINA MONTEIRO SALLES	Aceito
Outros	resposta_as_pendencias_apontadas_na_plataforma_Brasil.pdf	20/10/2016 20:45:56	PAMELA STALIANO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	CORPO_Projeto.pdf	05/10/2016 00:13:09	SANDRA REGINA MONTEIRO SALLES	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.PDF	28/08/2016 11:26:49	SANDRA REGINA MONTEIRO SALLES	Aceito
Outros	ResolucaoUFGD.pdf	18/08/2016 10:40:29	SANDRA REGINA MONTEIRO SALLES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TermodeConsentimentoLivreeEsclarecido.pdf	18/08/2016 10:33:25	SANDRA REGINA MONTEIRO SALLES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_de_Assentimento_Livre_e_Esclarecido_ao_adolescente.pdf	18/08/2016 10:26:19	SANDRA REGINA MONTEIRO SALLES	Aceito
Outros	CAPA_Projeto.pdf	18/08/2016 10:08:59	SANDRA REGINA MONTEIRO SALLES	Aceito
Outros	Termo_de_Compromisso_TJMS.pdf	16/08/2016 09:53:33	SANDRA REGINA MONTEIRO SALLES	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

DOURADOS, 07 de Dezembro de 2016

Assinado por:  
**Leonardo Ribeiro Martins**  
(Coordenador)

Endereço: Rua Melvin Jones, 940

Bairro: Jardim América

CEP: 79.803-010

UF: MS

Município: DOURADOS

Telefone: (67)3410-2853

E-mail: cep@ufgd.edu.br